



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio  
do caminho: o potencial transformador das cotas raciais**

**Maristela Abadia Guimarães**

**CUIABÁ- MT – 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio  
do caminho: o potencial transformador das cotas raciais**

**Maristela Abadia Guimarães**

**CUIABÁ- MT – 2006,**

**MARISTELA ABADIA GUIMARÃES**

**No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio  
do caminho: o potencial transformador das cotas raciais**

**CUIABÁ, 2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE  
LINHA DE PESQUISA: MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICA E EDUCAÇÃO  
POPULAR  
NÚCLEO DE ENSINO E PESQUISA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS  
E EDUCAÇÃO (NEPRE)**

**No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio  
do caminho: o potencial transformador das cotas raciais**

**MARISTELA ABADIA GUIMARÃES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na Área de Concentração em Educação, Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

Orientação:

**Prof. Dra. Maria Lúcia Rodrigues Müller**

**CUIABÁ-MT, 2006**

G963n Guimarães, Maristela Abadia

No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho: o potencial transformador das cotas raciais/Maristela Abadia Guimarães. – Cuiabá: UFMT/IE,2006.

138p.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação na área de concentração em Educação, Cultura e Sociedade na linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Rodrigues Müller.

Bibliografia: p.133-138

CDU-378:323.118

### **No meio do caminho**

No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do  
caminho  
tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
no meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade

## EBULIÇÃO DA ESCRAVATURA

A área de serviço é senzala moderna,  
Tem preta eclética, que sabe ler “start” ;  
“Playground” era o terreiro a varrer.

Navio negreiro assemelha-se ao ônibus  
cheio,  
Pelo cheiro vai assim até o fim-de-linha;  
Não entra no novo quilombo da favela.

Capitão-do-mato virou cabo da polícia,  
Seu cavalo tem giroflex (rádio-patrolha).  
“Os ferros”, inoxidáveis algemas;

Ração pode ser o salário-mínimo,  
Alforria só com a aposentadoria.  
(Lei dos sexagenários)

“Sinhô” hoje é empresário,  
A casa-grande verticalizou-se,  
O pilão está computadorizado.

Na última página são “flagrados” (foto  
digital),  
Em cuecas, segurando a bolsa e a  
automática:  
Matinal pelourinho.

A princesa Áurea canta,  
Pastoreia suas flores.  
O rei faz viaduto com seu codinome.

- Quantos negros? Quanto furor?  
Tantos tambores... tantas cores...  
O quê comparar com cada batida no  
tambor?

\*\*\*\*\*

“- A escravidão não foi abolida; foi  
distribuída entre os pobres.”

Luiz Carlos de Oliveira



A Makshuel, Makson, Gustavo e Lucas.

## Agradecimentos

Agradeço primeiramente a **Deus**, força superior a iluminar minha vida, dando-me coragem para enfrentar as adversidades.

Agradeço aos meus **pais, Ornélio João Divino e Irani Francisca Guimarães**: a eles devo a minha vida, foram eles que me fizeram ser o que hoje sou. Principalmente, a minha mãe que muita roupa lavou para nos fazer estudar.

Agradeço as minhas irmãs: **Roziner A. Guimarães Gonçalves e Onélia F. Guimarães**: pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos, durante essa jornada e outras tantas. A Niner que me mostrou a importância do ser “mestre” seguindo primeiramente esse caminho e a Onélia que está construindo seu novo caminho, com paz.

Agradeço a **Makshuel G. Gonçalves, Makson G. Gonçalves, Gustavo Henrique K. Shiraishi e Lucas Fumyhiko Shiraishi**, meus sobrinhos-filhos, meus amores, motivo de não desistir nunca de alcançar meus objetivos, pois pelo exemplo se faz o caminho.

Agradeço a minha orientadora, professora Dra. **Maria Lúcia Rodrigues Müller**, cuja paciência e confiança em meu trabalho, contando-me a história dos “sapinhos”, permitiram-me escrever esta dissertação.

Agradeço a **Eliana Varoli, Giselma Dias da Cunha, Wesley Barbosa Thereza, Taisir Mahmudo Karim, Aninha e Cruzeiro Guia**: em todas as horas, em todos os momentos, somos um só.

Agradeço a **Paulo Alberto dos S. Vieira** porque me inspirou na construção deste tema, pela mão amiga e um tanto sofrida a mim estendida, mesmo quando não podia.

Agradeço a **Willian Silva de Paula**, seu ombro amigo, de irmão. Sua casa, meu refúgio.

Agradeço a **Ivone Jesus Alexandre** e **Joana Saira**, minhas colegas de mestrado, pelo apoio nas horas difíceis, pelos momentos de dúvidas e de incertezas divididos durante as aulas, eventos, viagens, durante todo o curso de mestrado.

Aos funcionários da pós-graduação **Luísa Maria Teixeira S. Santos**, **Mariana Serra Gonçalves** e **Jeison Gomes dos Santos** pelo carinho em todos os atendimentos, pelos conselhos e pela paciência.

Ao grupo de pesquisa do **Núcleo de Ensino e Pesquisa Sobre Relações Raciais e Educação - NEPRE** pelas experiências vivenciadas, pelos ideais compartilhados.

Agradeço a **Dejacy**, **Iraci**, **Clayte**, **Paulinha** e tantos outros colegas que fiz no mestrado. Talvez não mais nos encontremos, mas permanecerão no espaço da saudade, chamado memória.

Agradeço a professora Dra. **Mariluce Bittar** por aceitar o convite para ser minha avaliadora externa e que, com sua análise e julgamento, também me ajudou a trilhar o difícil caminho da defesa de uma dissertação.

Agradeço ao professor Dr. **Silas Borges Monteiro** que foi meu professor no mestrado e me permitiu ler e perceber que, de certo modo, *Tudo que é sólido se desmancha no ar* e também me deu alegria por aceitar participar como avaliador interno desta dissertação.

Agradeço a **Lucimara da Silva Pereira**, **Aldete B. Cardoso de Souza**, **Erotides Siqueira Neta** e tantas meninas negras, cotistas ou não que tiveram confiança em mim e que procuram, e conseguiram, superar o modelo estereotipado de incapacidade que ronda como espectro a população negra.

Agradeço a **todos meus alunos e ex-alunos**, são vocês que me inspiram a trabalhar. A ter amor pelo que eu faço.

Agradeço a **UNEMAT** (Universidade do Estado de Mato grosso) por me ter permitido ausentar tantas vezes para os estudos e por ser também o espaço onde pude observar os emaranhados das relações raciais.

Agradeço **e Edinerça, Gilmara, Maísa, Elaine e em extensão ao Núcleo de Estudos Sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade – NEGRA** – foi com vocês que me vi necessária, que me permiti querer algo mais além de apenas ser, é onde também quis e quero estar sempre.

Agradeço ao **Isaac Newton Ramos**, a “**tia**” **Mônica**, a **Ingrid Leite**, e a **Anapaula Vargas**, vocês não se conhecem, vivem em espaços diferentes, mas são meus parceiros nesta Caminhada, confiam em mim e sempre me deram oportunidades.

Como finalizar um agradecimento. Se há como, não o sei. A quem agradecer? Quem posso deixar de fora? Neste “fim” de “agradecimento”, volto os olhos para aqueles que não estão aqui expressos, mas que, de um modo ou de outro, permitiram-me trilhar essa jornada. Minha avô **Adelaide**, hoje com 93 anos, meus antepassados, meus contemporâneos, os que ainda estão por vir. A todos brancos e negros deste imenso país. Aqueles que fazem sofrer, aqueles que sofrem: este trabalho não é mérito meu. Eu não o fiz sozinha. Ninguém faz nada sozinho. É preciso oportunidade. É preciso apoio. É preciso coragem. É preciso saber que para “Ser grande [...] Sê inteiro”. A ninguém é dado palmilhar sozinho as estradas.

A todos vocês, meu **MUITO OBRIGADA!**

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva mostrar que as cotas raciais não visam somente a incluir a população negra na educação superior pública. Ela vai além desse papel, pois a discussão sobre esse instrumento de ação afirmativa tem permitido visibilizar, com muita clareza, o comportamento racista do povo brasileiro. Utilizando-se do site do orkut, esta pesquisa levanta vozes, de vários segmentos que compõem a sociedade brasileira, contrárias e favoráveis a respeito das cotas raciais. A pesquisa teve a duração de doze meses e está dividida em quatro capítulos. No primeiro, discuto, de modo geral, as políticas de ação afirmativa: o seu contexto histórico, a relação entre Estados Unidos e Brasil e os principais conceitos de ação afirmativa. No capítulo II, apresento um panorama das desigualdades raciais na educação em geral e no ensino superior. No capítulo III, analiso os discursos de mérito, de inconstitucionalidade, de necessidade de melhoria da educação básica e de que, no lugar de adotar cotas raciais, o correto é adotar cotas voltadas à população pobre, ou seja, cotas sociais. Discursos estes comumente apresentados pelos contrários ao sistema de cotas voltadas para a população negra, os quais contraponho aos argumentos de Munanga, Guimarães, Carvalho, Oliveira, Henriques entre outros. No último capítulo, apresento conceitos sobre preconceito e raça e procuro mostrar, por meio do levantamento das várias ofensas raciais largamente encontradas nas vozes dos “orkuteiros”, que somos um país racista. Concluo que nunca houve no Brasil “democracia racial”; que o Brasil não é “cordial” para com os negros que aqui habitaram e habitam; que a sociedade brasileira é preconceituosa, expressa-se como tal, porém, mesmo se expressando por meio de discursos preconceituosos, nega essa pecha; as ofensas raciais proferidas contra a população negra mostram um racismo intrínseco, estrutural e a discussão sobre as cotas raciais poderiam ser o caminho de transformação da sociedade brasileira.

**Palavras-Chaves:** Cotas raciais; orkut, potencial transformador; sociedade brasileira

## ABSTRACT

The goal of this research is to show that the racial quotas do not only aim to include the black population in the public university. It goes beyond this, because the discussion about this affirmative action instrument has allowed us to realize about the Brazilian people's racist behavior. Using orkut website as a field of research, this academic work raises voices of many segments that compose the Brazilian society and these voices are both, contrary and favorable regarding the racial quotas. The research last out twelve months and it is divided in four chapters. In the first one, I point out the affirmative action politics: its historical context, the relation between United States and Brazil and the affirmative action main concepts. In chapter II, I present a general panorama of racial inequalities in the educational system including the universities. In chapter III, I analyze merit and unconstitutionality discourses. I also analyze the necessity of improvement in the basic education and I point out that, instead of adopting racial quotas, the correct would be adopt quotas that would bring positive results to the poor population, and we could name them, social quotas. Those discourses are normally presented by the ones who are against the quotas systems for the black population, and I use Munanga, Guimarães, Oak, Oliveira, Enriques' among others arguments to point out my position in relation to this subject. In the last chapter, I present concepts about prejudice and race. Doing that, I try to show through racial offences examples in the people's speech in the orkut website, that Brazil is a racist country. I conclude that we never had in Brazil what we can call "racial democracy". I also say that Brazil is not "cordial" with black people who used to live here and still live. I point out that the Brazilian society is prejudiced and acts like that, however, even using a discourse that shows how prejudice brazilian people are, they deny that. But the racial offences pronounced against the black population show an intrinsic, structural racism and the discussion about the racial quotas could be a way to make some difference in the Brazilian society.

Key words: Racial quotas; orkut, transforming potential; Brazilian society

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA</b> .....	21
1.1. A respeito das ações afirmativas: contexto histórico.....	22
1.2. Breve traçado das experiências de políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos e suas relações com o Brasil.....	23
1.3. Ação Afirmativa no Brasil.....	25
1.4. Políticas implementadas no Brasil para a valorização da população negra: décadas de 80 e 90 do século XX.....	30
1.5. Discutindo o conceito de ação afirmativa.....	34
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2. SISTEMA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS</b> .....	38
2.1. Desigualdades raciais na educação.....	39
2.2. Desigualdades raciais no ensino superior.....	41
2.3. Cotas raciais: racismo às avessas?.....	45
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. COTAS RACIAIS: DISCUSSÃO NO ORKUT</b> .....	51
3.1. Comunidades sobre cotas no orkut.....	57
3.2. O discurso da meritocracia.....	58
3.3. Seriam as cotas inconstitucionais?.....	71
3.4. Cotas raciais? Não! Defendo cotas sociais e/ou a melhoria do Ensino Básico.....	81
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>4. NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA DISCRIMINAÇÃO. TINHA UMA DISCRIMINAÇÃO NO MEIO DO CAMINHO</b> .....	93
4.1. Conceituando preconceito.....	98
4.2. O conceito de raça.....	102
4.3. Preconceito, discriminação, raça e racismo: questão de cor.....	109
4.4. Quando insulto o negro, eu o insulto por quê?.....	114
4.5. Insultos raciais no orkut: destacando os elementos presentes nos insultos.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	131
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	138

## INTRODUÇÃO

*No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio do caminho: o potencial transformador das cotas raciais* é o título desta dissertação de mestrado, cujo fim é mostrar que as cotas raciais não visam a somente incluir a população negra no ensino superior público, vai além do papel inclusivo. Pois sua discussão tem permitido visibilizar claramente o comportamento racista da sociedade brasileira.

Utilizando-se de uma nova ferramenta para pesquisa: o site de relacionamentos criado em 2004, o orkut, esta pesquisa levanta as vozes de vários segmentos que compõem a sociedade no Brasil e que estão registradas nesse sítio para mostrar como esses segmentos - estudantes, profissionais liberais, professores - pensam as cotas raciais.

Durante doze meses, acompanhei os registros deixados por esses segmentos em comunidades do orkut e em seus respectivos tópicos. Busquei analisá-los à luz das teorias raciais de modo a retratar o que pensam as pessoas brancas e negras sobre a adoção de cotas raciais no país.

Esta pesquisa foi metodologicamente assim construída: primeiro fiz as leituras e levantamento bibliográfico sobre relações raciais e educação, selecionei os autores que discutiam cotas na educação superior, além de também as questões de raça, racismo e legalidade das políticas de ação afirmativa, por exemplo. A partir dessas leituras, busquei os discursos de mérito, de inconstitucionalidade, de necessidade da melhoria da educação básica e também da defesa de cotas sociais – reserva de vagas para alunos pobres - que são argumentos mais comuns usados pelos contrários à adoção desse instrumento de ação afirmativa que é a cota racial. Após levantar esses argumentos, iniciei a busca no site do orkut com o intuito de lá verificar se realmente esses discursos se faziam presentes.

O orkut é um site de relacionamentos criado em 2004, cuja finalidade é reunir amigos e pessoas com afinidades. Nesse site, podemos criar comunidades que discutem temas dos mais variados. Dentro das comunidades, existem os fóruns, ou seja, tópicos que se cria para depositar opiniões sobre assuntos vários.



Qualquer pessoa pode se filiar ao orkut, desde que tenha sido convidado por outro já cadastrado. Para a filiação tem de se preencher um cadastro onde constam dados dos perfis social e profissional do inscrito. Alguns dados são obrigatórios, outros não. A partir daí, o filiado pode mandar e receber “scraps” (recados), criar comunidades, tópicos e delas participar. Não há no orkut privacidade, qualquer filiado tem acesso a todos os demais.

Ao me interessar em estudar as cotas, passei a pesquisar quais comunidades discutiam esse assunto. Filiei-me a 23 comunidades, das quais levantei cerca de 67 tópicos. Os criadores dessas comunidades eram contrários e/ou favoráveis às cotas raciais. Embora haja opiniões contrárias em tópicos favoráveis e vice-versa.

A pesquisa dos depoimentos no orkut foi realizada no período de doze meses, no entanto com a velocidade no registro das opiniões e o aumento cotidiano e constante tanto das comunidades como dos tópicos, procurei ter cuidado em manter os dados os mais atualizados possíveis, por isso alguns deles são bastante recentes.

Após a explicação metodológica, creio eu, ser necessário explicar o porquê da escolha do título. Sou graduada em Letras, durante minha trajetória pessoal e também profissional sempre procurei buscar entender as ações das pessoas, assim como as minhas, por meio do mundo poético. Leio poemas desde pequena. Leio-os mais quando ou estou triste, ou sinto que preciso de explicação para algo. A necessidade de sentir e ver o mundo dessa forma não sei precisar de onde veio. Apenas sei que procuro também fazer com que meus alunos percebam o valor da poesia em nosso cotidiano.

Quando enveredei pelos caminhos do mestrado, procurei não a área de Letras, mas sim da Educação. Não compreendo que uma exclua a outra. Ao contrário, complementam-se, como deveriam ser complementares todas as ciências. Assim, acreditando nisso que refleti sobre com queria nomear este trabalho de pesquisa.

Busquei em minhas leituras poéticas, qual melhor “se casava” como este tema tão espinhoso, tão doloroso e, ao mesmo tempo, tão significativo. Lembrei-me de Drummond e, a partir dessa lembrança, construí analogicamente o título.

Drummond em sua vivência poética escreve: “No meio do caminho tinha uma pedra/tinha uma pedra no meio do caminho”. Na linguagem literária, a pedra é o símbolo da dureza, da solidez, também do obstáculo, da dificuldade. Quando polida, porém, ela se transforma. De uma pedra polida pode-se dar vida a algo, criando-se o novo.

É considerando essa possibilidade de analogia que uso pedra=discriminação. Primeiro, dura, sólida, um obstáculo, uma dificuldade. Essa é a discriminação racial, negativa, oriunda de um preconceito social arraigado e estrutural vigente no Brasil desde o período colonial e escravocrata.

É possível também a segunda interpretação: pedra=discriminação, quando, entretanto, polida, transforma-se. Do negativo origina-se o positivo. De uma ação que pode ser demorada porque solidificada, nasce uma possibilidade que pode modificar o pensamento e o comportamento.

Assim, busquei na linguagem poética construir o meu referencial. Ou seja, apoiar a adoção de cotas raciais não somente como condição para a inclusão da população negra na educação superior, mas também como instrumento que carrega em si um grande potencial transformador da sociedade brasileira, de onde se pode originar o novo.

No segundo poema que abre esta dissertação lê-se: “A escravatura não foi abolida; foi distribuída entre os pobres”. A partir dele, temos a assertiva de que ser negro e pobre são palavras sinônimas no Brasil.

Creio eu que é preciso um pouco de poesia quando tratamos de um tema tão difícil, tão contraditório, que carrega em si enorme carga negativa e, muitas vezes, pejorativa - durante esta estrada que caminhei para estudar meu objeto fui criticada e até apontada como “a professora branca que cuida dos negrinhos”-. Por isso, pensei a possibilidade da poesia, cujo poder de sensibilização e reflexão pode enternecer o mais duro dos homens.

Assim explico o título e também os poemas que abrem esta pesquisa, que está dividida em 4 capítulos, conforme descritos a seguir.

O Capítulo I se intitula *Políticas de Ação Afirmativa* e está dividido em 5 seções. Neste capítulo, traçarei o panorama das políticas de ação afirmativa, tanto no Brasil com nos Estados Unidos, estabelecendo uma relação entre esses dois países e discutirei o contexto das políticas de ação afirmativa no Brasil.

Na seção 1.1. – “A respeito das ações afirmativas: contexto histórico”, de modo sucinto, abordo o contexto histórico do surgimento do termo “Ação Afirmativa”. Na seção 1.2. – “Breve traçado das experiências de políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos e suas relações com o Brasil”, exponho a necessidade de comparar a aplicação das políticas de ação afirmativa nos dois países para melhor compreendê-las.

Estabeleço, assim, os pontos comuns existentes entre um e outro país no âmbito das ações afirmativas.

“Ação afirmativa no Brasil” é o assunto constante da seção 1.3., onde discorro sobre o contexto nacional das discussões das ações afirmativas, mostrando quando estas começaram a ser implantadas no Brasil, anteriores às duas últimas décadas do século XX.

A seção 1.4. “Políticas implementadas no Brasil para valorização da população negra: décadas de 80 e 90 do século XX” descreve as ações afirmativas que antecederam à Conferência de Durban, acontecida na África do Sul, em 2001. Traço, nesta seção, um panorama da trajetória das políticas de ação afirmativa no Brasil. E, na última seção, discuto o conceito de ação afirmativa, sob o olhar de teóricos como Andrew (1997), Guimarães (1997, 1999), Gomes (2003), Munanga (2003) e Castro (2005).

O capítulo II, *Sistema de cotas raciais nas universidades públicas*, discute as desigualdades raciais no campo educacional na seção 2.1., e as desigualdades raciais no ensino superior, na seção 2.2., apresentando dados de Henriques (2002), Petruccelli (2001), Cunha (2003), Guimarães e Munanga (2003), além de uma pequena mostra dos estudos comparativos entre Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México. Ao mostrar os estudos desses autores, pretendi avaliar a situação da população negra no campo educacional, seja no ensino médio e fundamental, como na educação superior.

“Cotas raciais: racismo às avessas?” é a discussão da seção 2.3. que apresenta as cotas como o modo mais imediato de minimizar as diferenças educacionais no ensino superior entre negros e brancos. Contrariando esse argumento, analiso que esse sistema permitirá que os estudantes negros ocupem os espaços universitários e também percebam o impacto transformador das cotas. Desse modo, nesta seção, reflito se as cotas podem ser consideradas uma forma de racismo às avessas como querem nos fazer acreditar alguns de seus oponentes.

A partir do Capítulo III, *Cotas raciais: discussão no orkut*, serão analisados os discursos de mérito, de inconstitucionalidade e de que, se no lugar das cotas raciais, o adequado não seriam as sociais, ou é preciso melhorar a educação básica e não adotar cotas. Nele estão enumeradas todas as comunidades e tópicos pesquisados. Dividido em 4 seções, a primeira – “comunidades sobre cotas no orkut” pretende alertar para a necessidade de analisar opiniões contrárias e favoráveis à adoção de cotas para entendê-las também como mecanismo de transformação social.

“Meritocracia” é o discurso analisado na seção 3.2.. Aqui, discuto o sentido do termo, por que é o argumento mais usado nos discursos e analiso algumas dessas vozes para que, ouvindo-as, possamos entender quem fala, de onde fala e por que fala. À luz das teorias de Guimarães (2003), Medeiros (2003), Segatto (2005), Nogueira e Nogueira (2004) e Carvalho (2005), essas vozes são refletidas.

“Seriam as cotas inconstitucionais?” é a reflexão que abre a seção 3.2.. Feriria o princípio da igualdade de direito? Como a justiça brasileira tem se posicionado diante das políticas de ação afirmativa, em especial as cotas? Para responder essas questões, trago as discussões de Gomes (2001), Piovesan (2005) e ilustro com uma decisão judicial contra a Universidade Federal do Paraná. Notamos, a partir desses estudos, que a ação afirmativa perpassa novos caminhos dentro do direito brasileiro, considerando hoje que para a igualdade se formalizar é preciso que se esboce um novo conceito: o da igualdade material ou substancial, para isso, tornando-se necessário em algumas situações a “desigualação positiva”.

A última seção, 3.4. “Cotas raciais? Não! Defendo cotas sociais e/ou melhoria do ensino básico” analisa os argumentos de defesa das cotas sociais e também da necessidade de melhoria do ensino básico, não sendo possível para os argumentadores a adoção de cotas raciais. Aqui, apresento dados estatísticos registrados pelo PNAD de 2006, que mostram significativas desigualdades manifestadas entre brancos e negros nos mais diferentes campos sociais, necessários para entender a afirmativa de que no Brasil a pobreza tem cor. Por isso, argumentos contrários que se balizam nessas defesas caem por terra, pois, ao contemplar os negros com a adoção de cotas raciais, estaríamos, certamente, contemplando a maioria pobre brasileira e, também, que discutir cotas raciais não significa ignorar a necessidade de melhoria da escola pública, mas sim discuti-la.

*No meio do caminho tinha uma discriminação. Tinha uma discriminação no meio do caminho* é o título do capítulo IV, homônimo ao título da dissertação. Aqui, pretendo descortinar como a discriminação negativa, revelada pelo preconceito e pelos agressivos índices de desigualdades raciais, perpassa o doloroso caminho das ofensas raciais, o que confirma a existência do racismo no Brasil, assim como da nítida divisão racial e de classes no Brasil. Aqui pretendo mostrar que a tão cantada “democracia racial” nunca existiu em nosso país, tal fato se revela nas vozes, muitas vezes, intolerantes dos contrários às cotas. Neste último capítulo, uma luz se vislumbra, isto é, usando o mesmo caminho: o da discriminação, porém re-elaborada de modo positivo, é

possível transformar a sociedade brasileira utilizando-se de um dos instrumentos de política de ação afirmativa, as cotas raciais, reconhecendo seu potencial transformador.

Dividido em cinco seções, nas três primeiras, 4.1. “Conceituando preconceito”; 4.2. “O conceito de raça”; 4.3. “Preconceito, discriminação, raça, racismo: questão de cor”, procuro, a partir dos conceitos, mostrar como se construiu a idéia de raça em nosso país, balizando-me, principalmente pelas teorias de Nogueira (1985) e Guimarães (1999...) para mostrar que a questão racial no Brasil contrói-se a partir da categoria cor que estigmatiza e marca a trajetória da população negra em nosso país.

Nas duas últimas seções, registro e analiso os insultos raciais no orkut, e também dou ênfase aos elementos mais presentes nesses insultos e o porquê de eles serem feitos.

Esta pesquisa simboliza a luta contra a hegemonia da população branca na educação superior e o seu título, *No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio do caminho: o potencial transformador das cotas raciais*, justifica-se porque, também simbolicamente, sabemos que só é possível lutar por algo quando conhecemos os caminhos que uma e outra, no caso, população percorreu.

As ações afirmativas só podem ser aplicadas em sociedades onde se é visível, formalizada e comprovada a existência de desigualdades. Caso contrário, elas têm de ser combatidas e, como não há dúvida que o Brasil é palco de profundas desigualdades sociais decorrentes das desigualdades raciais, por isso tem de ser também o palco onde se devem descortinar políticas de combates a essas desigualdades, mesmo que para isso seja preciso percorrer o mesmo caminho: o da discriminação.

**CAPÍTULO I**  
**POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA**

## 1.1. A respeito das ações afirmativas: contexto histórico

Este capítulo pretende traçar um breve panorama das políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra. Aqui será discutido o contexto histórico do surgimento do termo para, em seguida, falar sobre como se deu a ação afirmativa no Brasil e, posteriormente, sobre os principais conceitos de ação afirmativa.

A discussão, assim como a aplicação, das políticas de ação afirmativa embora não seja uma questão nova, sempre foi polêmica. O conceito do termo aparece pela primeira vez em 1961, quando o então presidente John F. Kennedy, assinou a Ordem Executiva de 3/06/1961 que determinava a igualdade no emprego para a população negra (BERNARDINO, 2002) e, posteriormente, o uso se estendeu para a inclusão de minorias discriminadas no campo educacional (GILLIAM, 1997).

Há, porém, diferentes opiniões sobre a época do surgimento do termo, apesar de todos os autores concordarem que a ação afirmativa surgiu primeiramente para minimizar as desigualdades havidas no campo de trabalho.

Walters (1997) mostra que o termo ação afirmativa foi empregado, pela primeira vez em 1963 nos Estados Unidos para descrever as práticas de emprego justas, quando também foi denominada de medidas construtivas. Tratava-se de termo usado para denominar políticas públicas voltadas para o benefício das populações marginalizadas, nesse caso, da população negra.

Para Gillian (1997), a expressão ação afirmativa originou-se durante o Movimento dos Direitos Civis em 1964, nos Estados Unidos, criada primeiramente para eliminar desequilíbrios raciais no mercado de trabalho, foi estendida, posteriormente, para a área educacional. Citando Bocanegra, Gillian diz que, nos Estados Unidos, a ação afirmativa não foi uma preferência, mas sim um “instrumento pelo qual as vantagens que tinham sido dadas a outros grupos seletos, seriam minimizadas” (p. 40).

Ainda que os Estados Unidos seja considerado pioneiro nessas ações concebidas a princípio como forma de atenuar a marginalização social e econômica do negro americano no mercado de trabalho, alguns autores lembram-nos da sua aplicação ainda na década de 40 do último século, na Índia, para promover as castas menos favorecidas: “Desde 1948 foi introduzido na Índia um sistema de quotas que ampara as ‘classes atrasadas’ para garantir-lhes acesso a empregos públicos, às universidades” (D’ADESKI, apud SILVA, 2003, p. 65).

Apesar de poder ser a Índia então precursora nesse campo, considerando que as políticas de ação afirmativa começaram ainda a ser implantadas quando do domínio inglês sobre aquela nação e ratificadas pela Constituição Indiana de 1947, é a experiência dos Estados Unidos, e não a indiana, a mais significativa para a ação afirmativa no Brasil pelas semelhanças nos acontecimentos históricos entre esses dois países ocidentais, concordando com a justificativa de Feres Júnior (2005), pois, segundo ele:

temos as similaridades históricas [...] as maiores colônias européias a utilizar extensamente o trabalho escravo de africanos e seus descendentes no Novo Mundo; temos a grande influência mundial da cultura norte-americana; no bojo da influência da cultura norte-americana aparece com visibilidade a cultura negra daquele país que, por seu turno, acumula um passado rico de lutas contra a discriminação racial [...] o movimento negro americano e suas formas de luta, mobilização e conquista tornou-se um referencial importantíssimo para o movimento negro brasileiro; [...] e [...] a influência norte-americana na academia brasileira (p.3).

Optamos por considerar o termo ação afirmativa, conforme cunhado na Ordem Executiva de 1961, como tendo sido usado e definido pela primeira vez em um país ocidental, considerando, porém, que se tratava de medidas a princípio aplicadas no mercado de trabalho e que depois se expandiram para outros campos, como o educacional. Do mesmo modo que também aconteceu no Brasil.

## **1.2. Breve traçado das experiências de políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos e suas relações com o Brasil**

O estudo do histórico das políticas de ação afirmativa é importante para compreender por que elas são necessárias em sociedades consideradas democráticas, como os Estados Unidos e o Brasil e para entender qual seu impacto na atenuação das diferenças.

Conquanto os contrários às ações afirmativas no Brasil assegurem que a aplicação dessas políticas em território nacional não obterá êxito, como não obteve nos Estados Unidos e que o que fazemos aqui é mera reprodução das políticas aplicadas em território norte-americano, os estudos e diagnósticos demonstram o contrário.

Para se compreender uma determinada situação, para entender a necessidade de adoção de determinada medida, é preciso ter um campo paradigmático.



E, por isso, analisar o acontecido nos Estados Unidos no campo da ação afirmativa é importante para o Brasil. Não somente para que não sejam cometidas as mesmas falhas que os críticos contrários apontam, mas para que primeiramente saibamos que, assim como lá, essas ações foram e são fundamentais para garantir uma igualdade concreta de direitos e não apenas de modo abstrato, como se apresenta nas legislações desses dois países.

Em se tratando dos Estados Unidos, qual foi, então, o impacto das políticas de ação afirmativa naquele país?

Considerando o que descreve Leonard (1997), quando analisa as ações afirmativas acontecidas nos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70, do século XX, essas ações atuaram efetivamente para aumentar o número de homens negros contratados e que também diminuíram a diferença salarial entre brancos e não-brancos, assim como aumentou o nível ocupacional dos negros. O autor salienta ainda que essas ações também atuaram na promoção de emprego para outras minorias como, por exemplo, as mulheres.

O autor faz importantes ressalvas, tais como assegurar que sem o apoio do poder público a ação afirmativa tem pouco ou nenhum impacto. Outro dado é a conjunção de políticas para atuar em diferentes áreas, o que faz ampliar o número de beneficiados e também de ações. Ao defender a ação afirmativa, aponta ele que essa ação no passado foi eficaz - ainda que muitos autores discordem - para promover a integração da população negra no âmbito do mercado de trabalho.

Leonard se prende à análise dessas ações no campo do trabalho, não as estendendo, porém, ao campo educacional. Já Skidmore (1997) analisa a situação educacional norte-americana, mostrando o quão foi importante naquele país a aplicação da ação afirmativa para minimizar as diferenças.

O autor parte da análise de sua própria experiência de vida ao relatar que quando cursava o ensino médio, em Cincinnati, dos cinquenta alunos de sua sala, dez eram afro-americanos. A maioria desses dez não foi para a universidade, ao contrário dos outros quarenta. Para ele, apesar de muito se dizer que a ação afirmativa apenas consolidou a classe média negra norte-americana e que os negros mais pobres não foram atingidos por ela, essa ação é importante porque se fundamenta em promover as minorias e isso se fez naquele país, mesmo que não integralmente.

O consenso entre aqueles que apóiam a aplicação das ações afirmativas está na necessidade de evidenciar as desigualdades. Se não houver desigualdades

significativas, não há porque aplicar ações que afirmem direitos. Sabemos que tanto nos Estados Unidos como no Brasil as desigualdades existentes entre brancos e negros são evidentes. Os primeiros gozam de privilégios que são negados aos segundos como, por exemplo, no campo da educação.

Os pontos comuns que podemos levantar entre Brasil e Estados Unidos consistem em que ambos são os maiores países multirraciais do mundo e a sociedade foi construída sob base colonialista o que se equivale dizer que, como resultado de uma política colonial, escravocrata, a multiracialidade existente nesses dois países foram segmentadas pelas diferenças baseadas nas raças, ou seja, a raça negra construtora<sup>1</sup> das nações norte-americana e brasileira por sua mão de obra escrava foi e está relegada a uma situação de subjugo porque ainda não alçou a condição de cidadania, pois lhe foram negados os seus direitos desde o princípio.

Ao aplicar a ação afirmativa nos Estados Unidos teve-se como objetivo mitigar essa diferença tanto no mercado de trabalho como na educação. E no Brasil? Qual é o objetivo? Por que aplicar ação afirmativa?

### 1.3. Ação Afirmativa no Brasil

Ao comparar Estados Unidos e Brasil, ao traçar um breve panorama das ações afirmativas no país norte-americano, não busco equivaler os dois países. Saliento, com isso, a necessidade de, assim como acontecido naquela sociedade, aplicar em território brasileiro ações que visem a beneficiar a população negra que, como sabemos, goza, desde sua vinda para o Brasil como escravo, de situação marginal.

Somos o segundo maior país com população negra do mundo, perdendo apenas para a Nigéria. Os Estados Unidos têm apenas 13% de negros em seu país (MARX, 1997). Naquele país, as barreiras raciais são distintas, aqui no Brasil são difusas, o que faz com que se torne mais difíceis de serem identificados tanto o preconceito racial como suas conseqüências. Por isso, talvez, possamos afirmar que em terras brasileiras as ações afirmativas são extremamente necessárias e venham a ter impacto maior do que nos Estados Unidos.

---

<sup>1</sup> “Construtoras da Nação” termo que pego emprestado de Müller: *Professoras Negras*: construtoras da nação, em estudo que a pesquisadora faz sobre a importância das professoras negras no Brasil do início do século XX.

Na última década do século XX, o Brasil foi cenário para amplas discussões no campo das políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra e tem, agora no século XXI, descortinado muitas discussões a respeito do tema que parece, a princípio, recente e se volta, particularmente, para o debate sobre as cotas raciais, objeto desta pesquisa.

A discussão ganhou terreno a partir de 1996, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, primeiro presidente a reconhecer a situação marginal da população negra: “Nós, brasileiros, pertencemos a uma nação cheia de contrastes e de desigualdades de todos os tipos, mas também de diferenças [...] de raça, de cor, de cultura” (1997, p. 13). Para, em seguida, dizer: “Nós, no Brasil, de fato convivemos com a discriminação e convivemos com o preconceito” (p.14). Essas palavras foram pronunciadas pelo então Presidente durante a abertura do “Seminário Multiculturalismo e Racismo”, acontecido em 1996, em Brasília, quando se iniciava a preparação para a participação na Conferência de Durban, que ocorreria em 2001 e da qual o Brasil participaria; e foi a partir dessa Conferência que a ação afirmativa, em particular as cotas voltadas para a população negra - um de seus instrumentos -- começou a ser implantada.

Naquele momento, Cardoso também colocava que deveriam ocorrer discussões sobre a necessidade ou não de aplicação de políticas de cotas para determinados grupos, o que, na atualidade, efetivamente acontece porque já se registra no Brasil 41 instituições de ensino superior que adotaram esse sistema (EDUCAFRO, 2006).

No entanto, o Brasil, antes mesmo do século XX já acionava medidas no campo das políticas de ação afirmativa, embora a princípio não voltadas para a população negra brasileira e também não reconhecidas sob essa denominação.

Teóricos como Guimarães (1999), Silva (2003) e Bernardino (2004) consideram determinadas ações advindas do poder público como pertencentes ao campo das políticas afirmativas, pois visariam a beneficiar determinados grupos e/ou regiões como ocorreu, por exemplo, na década de 40 (do século XX), no Brasil, que buscavam favorecer empregos para os brasileiros<sup>2</sup> e a legislação de incentivos fiscais que possibilitou a criação da Zona Franca de Manaus<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Dec.-lei 5.452/43 (CLT), que prevê, em seu art. 354, cota de dois terços de brasileiros para empregados de empresas individuais ou coletivas, desse modo protegendo o direito de contratar brasileiro em detrimento aos estrangeiros residentes no país; Dec.-lei 5.452/43 (CLT), que estabelece, em seu art. 373-

Defendendo as políticas de ação afirmativa para a população negra segundo a acepção de que visam a beneficiá-la, Guimarães (1999) retoma as leis de incentivos fiscais para comprovar que há muito o Brasil já se apóia em leis para beneficiar determinados segmentos, e, especificamente sobre a legislação de incentivos fiscais, expõe que sua aplicação “propiciou a criação de uma burguesia industrial e uma moderna classe média nordestinas” (p. 185) e critica que foram “amplamente justificadas, aceitas, [...] Ou seja, este país já conheceu antes correntes de solidariedade, baseadas em causas nacionais ou regionais que permitiram a aplicação de políticas de ação afirmativa” (p.185-186). Por que então não reconhecê-las como necessárias quando se dirigem a promover a população negra? É a indagação feita pelo sociólogo e que também faço aqui.

Outro exemplo necessário para mostrar a longa tradição brasileira de se promover grupos e modernamente reconhecida com ação afirmativa é a lei 5.465/68, conhecida como “Lei do Boi” que previa cotas nos cursos públicos de agricultura e veterinária para determinados grupos:

os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terra, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimento de ensino médio (SILVA Jr. Apud BERNARDINO, p. 15).

Outras leis podem, ainda, serem citadas como exemplos de ações construídas para favorecer segmentos considerados discriminados, porém, por não se tratar de objeto deste trabalho, serão exemplificadas apenas as leis 8.112/90, que prescreve cotas de até 20% para os portadores de deficiência no serviço público civil da União e a lei 8.213/91, art. 93, que reserva vagas para portadores de deficiência no setor privado, a lei 9.504/97, que preconiza cotas para as mulheres nas candidaturas

---

A, a adoção de políticas destinadas a corrigir distorções responsáveis pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres (SILVA, 2003, p. 70).

<sup>3</sup> O Projeto de Lei nº. 1.310, de 23 de outubro de 1951 propõe a criação em Manaus de um porto franco, convertido na Lei nº. 3.173, de 06 de junho de 1957, que transforma o porto em Zona Franca de Manaus, reestruturada pelo Decreto 288/67 que dispõe que sem incentivo, não haveria desenvolvimento econômico da região. SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados*. Vol. 19, no. 54, São Paulo: Scielo Brasil, Aug. 2005. (Dossiê Amazônia Brasileira II).

partidárias; Lei 8.666/93, art. 24, preceitua a não exigência de licitação para a contratação de associações filantrópicas de pessoas portadoras de deficiência (SILVA, 2003).

Foram citadas acima leis que, embora tradicionalmente não fossem denominadas de ação afirmativa, podem, por analogia, serem entendidas como tal, pois beneficiam grupos ou setores considerados discriminados e que, por isso, faziam jus a tratamentos diferenciados.

Se essas ações se concretizaram, se resultados foram e são obtidos por sua aplicação, por que não se pode compreender a ação afirmativa como necessária para promover a população negra? É a questão que aqui retomo e ilustro com dizeres da nossa Carta Magna.

A Constituição de 1988 mesmo não denominando de políticas de ação afirmativa ou cotas, reconhece o direito de tratamento “legal para grupos vulneráveis” como previsto no art. 1º., inciso III, cujo princípio resguarda o valor da dignidade humana; o art. 3º., inciso I, III e IV que reza constituir objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, além de dever também reduzir as desigualdades sociais e o art. 4º., incisos II e VIII, que tem como princípio observar o cumprimento dos direitos humanos e repudiar o racismo

O art. 5º., incisos XLI e XLII, onde se consagra o princípio de igualdade, tão venerado pelos opositores das ações afirmativas, e onde se prevê a punição para qualquer discriminação que atente contra os direitos e liberdades fundamentais, além de criminalizar o racismo, considerando-o como crime inafiançável e imprescritível aqui é destacado, pois, ainda que se criminalize o racismo, é muito difícil punir por isso: “quando uma pessoa chama a outra de ‘macaco’ é injúria [...] de ‘ladrão’ é calúnia [...] de ‘incompetente’ é difamação. Tudo isso aí é muito confundido com racismo, principalmente quando há um branco e um negro envolvidos” (TURRA, VENTURINI, 1995).

Retrocedendo na história da população negra e na legislação que, de certo modo e conforme os aspectos ideológicos de cada época, procurava proteger essa população, observamos: a lei Áurea de 1888 que aboliu a escravidão, precedida pela lei do Ventre Livre; o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de setembro de 1940 que, em seu art. 140, parágrafo 3º., instituiu como crime de injúria a utilização de elementos referentes à raça,

cor, etnia, religião ou origem, a lei 1.390 - Afonso Arinos, de 3 de julho de 1951 - que incluía nas contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor; a lei no. 7.437/85 - Lei Caó- que incluía entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. (www.soleis.adv.br). Poderiam ser essas leis denominadas de ação afirmativa para a população negra, como foi denominada a “Lei do Boi”, por exemplo?

Há nítida diferença entre essas leis. Enquanto leis como a do “Boi” buscavam promover por meio de cota um segmento, as leis voltadas para a população negra, mesmo na Constituição de 1988, atuam em plano formal, porém não material, ou seja, podem constituir-se em direitos e garantias, mas não de fatos concretos, como as cotas criadas para os filhos de fazendeiros, para as mulheres e/ou para os deficientes físicos.

Sobre a Lei Áurea, Florestan Fernandes (1989) apontou que essa data limita historicamente a data final do trabalho escravo no Brasil, configurando-se em uma nova sociedade pautada pelo trabalho livre, de acordo com os ideais do liberalismo econômico, contudo o negro continuou à margem desse novo processo:

no entanto, só os de cima faziam parte dessa ‘pátria’oligárquica emergente; os de baixo foram automaticamente excluídos da sociedade civil que se constituía. Os negros não foram somente espectadores passivos dessa revolução social espontânea. Mas dela foram banidos, de imediato e ao longo de mais de três décadas, postos à margem da condição de agentes do processo de redefinição do trabalho livre como categoria histórica (p.32).

Quando, então, se inicia de fato as políticas de ação afirmativa no Brasil dirigidas à população negra? Apontamos que em 1996, pela primeira vez, o Estado reconhece a existência de preconceito e desigualdades raciais no Brasil. Esse reconhecimento é fruto da luta do Movimento Negro, conforme observada pelos autores Fernandes (1989), Guimarães (1999), Jaccoud e Beghin (2003) e Silvério (2004). Foi essa luta responsável pelas conquistas adquiridas no campo das políticas de ação afirmativa para o direito da população negra.

Fernandes (1989) reconheceu a data de 20 de novembro - instituída em 7 de junho de 1978, em Salvador, pelo Movimento Negro Unificado - como o Dia Nacional da Consciência Negra e também um marco pela conquista de direitos que se contrapôs ao mito de 13 de maio, data oficial da Abolição. Para ele, “O 20 de Novembro evoca os laços econômicos, morais e políticos que prendem os oprimidos

entre si e subordinam todas as suas causas a uma mesma bandeira revolucionária” (p. 29).

As três últimas décadas do século XX foram fundamentais para o debate contemporâneo sobre a necessidade de implantação de políticas de ação afirmativa no Brasil, sustentadas pelos estudos de Fernandes e Bastide realizados na década de 1960 que fizeram ruir a crença de que o Brasil tratava com cordialidade os negros e que aqui se vivia numa democracia racial (SILVÉRIO, 2004).

O século XXI surge com um novo compromisso: o de resolver o legado deixado pelo século que se findava: o da cor como fator de divisão e de desigualdade: “o problema do século XXI será o problema da linha divisória de cor [...] Considerado por qualquer padrão de mensuração ou avaliação, esse problema não foi solucionado no século XX e, portanto, torna-se parte do legado e do ônus do novo século” (BOWEN; BOK, 2004, p.11).

Numa minuciosa análise encomendada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Jaccoud e Beghin (2002) discorrem sobre a trajetória das políticas de Ação Afirmativa no Brasil nos anos 80 e 90 do século XX e as demandas advindas da Conferência de Durban, em 2001, que serão relatadas a seguir de modo a pontuar essa trajetória e de analisar se o Brasil têm cumprido o compromisso firmado nessa Conferência.

#### **1.4. Políticas implementadas no Brasil para valorização da população negra: décadas de 80 e 90 do século XX.**

Em 2001, a temática racial passa a incorporar novos campos, a partir da “III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001. Nessa Conferência, o Brasil assume o compromisso de criar mecanismos que beneficiem a população negra. Porém, anterior à Conferência, na década de 1980 e 1990, são realizadas no Brasil diferentes ações e políticas cujo fim objetivava favorecer a população negra destituída de seus direitos.

Situando-nos na década de 80 do século XX, algumas ações, mesmo quando não bem sucedidas, precisam ser destacadas, pois significam trajetórias que

resultaram em outras ações e que se refletem no contexto atual de discussão e implementação de cotas, como instrumento de ação afirmativa<sup>4</sup>.

São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal criaram, nos anos 1980, conselhos para fomentar políticas voltadas à população negra. Esses conselhos careciam de estrutura e de estratégias, o que levou ao fechamento de todos (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

O IBGE, na mesma década, publica um estudo que permitia visualizar as desigualdades entre brancos e negros no mercado de trabalho e provar a aguda diferença existente entre os grupos racialmente marcados.

Em 1987, no governo Sarney, é criado o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, fato que propicia a discussão das relações raciais.

A aprovação da Constituição de 1988 reforça os princípios de uma sociedade justa e igualitária, nela se reconhece a necessidade de o Estado ter de adotar medidas em favor dos grupos sub-representados.

Nesse mesmo ano, o Governo Federal cria, ligada ao Ministério da Cultura, a Fundação Cultural Palmares, e em 1989, faz-se campanha para que a cor volte a ser recenseada. Os censos de 1872, 1890, 1940, 1950, 1960, 1980 continham dados de cor e raça, nos demais haviam sido abolidas essas categorias que retornam em 1991 e 2000.

Em 5 de janeiro de 1989, o Presidente da República sanciona a Lei 7.716 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Essa lei foi alterada pelas leis no. 8.081, de 1990 e 9.549, de 1997<sup>5</sup>.

Finalizada a década de 1980, já não se tem mais como negar a existência no Brasil do preconceito racial, da discriminação racial e das desigualdades resultantes desses fatores. A década de 1990 se inicia com denúncias de desigualdades raciais no mercado de trabalho feitas para a Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. Tendo de responder às denúncias, o Ministério do Trabalho e Emprego inicia medidas e ações para resolver a questão:

a partir de 1995, inicia-se uma parceria com a OIT, por meio do Programa da Convenção 111, na qual se busca colocar em prática ações e políticas que

---

<sup>4</sup> Todas as ações referenciadas encontram-se detalhadas em JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasil: IPEA, 2002.

<sup>5</sup> Dados encontrados em [www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br).



promovam a igualdade de oportunidades e de tratamento e combatam a discriminação no emprego e na profissão (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 20).

Em 1991, o estado do Rio de Janeiro criou a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras, fechada em 1994. Em 1991, também no Rio de Janeiro, é criada a primeira Delegacia Especializada em Crimes Raciais, também extinta. São Paulo criou a Delegacia Especializada em Crimes Raciais, em 1995<sup>6</sup>, e em 1998, em Belo Horizonte, criava-se a Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, também extinta.

Em 1994, pelo Decreto 1.171, é aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e nele constava como um dos deveres fundamentais do servidor público o de respeitar todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça (www.soleis.adv.br).

Em 1995, o Movimento Negro, a partir da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, entregou ao governo o programa para superação do racismo e das desigualdades raciais. Nesse mesmo ano, é criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, ligado ao Ministério da Justiça (GTI População Negra).

Em 1996, o Ministério da Justiça, a partir do GTI população negra, lançou o “I Programa Nacional dos Direitos Humanos” (I PNDH), que se propunha a conquistar efetivamente a igualdade de oportunidades e também realizou o Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: o papel das ações afirmativas nos Estados democráticos contemporâneos” quando vários intelectuais do Brasil e dos Estados Unidos se reuniram para discutir o papel da ação afirmativa e seu significado nos Estados Unidos, além da necessidade de implementação de ação afirmativa na sociedade brasileira.

Ainda em 1996, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação, resultado das denúncias feitas em 1995 à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em 1997, a Assessoria Interna do MTE criou o Programa “Brasil, Gênero e Raça” que objetivava implementar nas Delegacias e nas Subdelegacias Regionais do trabalho núcleos que deveriam promover a igualdade de oportunidades e combater a discriminação tanto no emprego como na profissão.

---

<sup>6</sup> TURRA e VENTURI afirmam ser esta a única Delegacia no país especializada nesse tipo de crime (p.24), porém JACCOUD e BEGHIN apontam a do Rio de Janeiro criada em 1991.

Findo o século XX, assume-se o legado desse século que é o de resolver a questão das desigualdades oriundas pela diferença de cor. Nesse momento, as políticas de ação afirmativa já são discutidas, algumas implementadas, nenhuma, porém, voltadas para a cotização racial no campo da educação.

No âmbito do Poder Legislativo, ganhava destaque o Projeto de Lei PL de 3.198, de 2000 que busca instituir o *Estado da Igualdade Racial*, objetivando a combater a discriminação e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros e a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Não foi, porém, até o momento, aprovado pelo Senado Federal.

Em 2001, durante a “III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, na África do Sul, o Brasil assumiu formalmente o compromisso de criar mecanismos que beneficiassem a população negra.

Ainda em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou um Programa de Ações Afirmativas e o Supremo Tribunal Federal considerou legal o princípio da ação afirmativa: “O supremo Tribunal Federal expediu edital de licitação que prevê cotas para negros nos serviços terceirizados do Tribunal” (SILVA, p.71).

Em 2002, é criado um plano de metas que se refere à população negra “II Plano Nacional de Direitos Humanos”, nele a escravidão é reconhecida como um mal e entendida como crime contra a humanidade, cujos efeitos, presentes até hoje, devem ser combatidos por meio de medidas compensatórias, assim denominadas no documento as políticas de ação afirmativa.

Em 2003, o Governo Federal criava a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e, neste mesmo ano, a Universidade de Brasília - UnB, instituiu o primeiro sistema de cotas para alunos negros em uma universidade federal brasileira, que estava sendo discutida desde 1999 (CARVALHO, 2004; SANTOS e QUEIROZ, 2006).

Conforme mostram Santos e Queiroz (2006), No período de 1998 a 2001 o debate sobre a inclusão de estudantes negros nas universidades brasileiras começa a se delinear. Projetos de senadores como Abdias do Nascimento que regulamentava a criação de cotas nas instituições educacionais e nas empresas para afrodescendentes passam a ser discutidos e ganham espaço na imprensa brasileira<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> SANTOS e QUEIROZ relacionam, além desse projeto, mais 6 voltados para a população negra. Ver SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Vestibular com cotas: análise em uma

Em 2006, já se pode afirmar que o panorama do século XXI sobre a ação afirmativa difere do início desse século, o que não significa que houve uma diminuição no racismo que, conforme os estudos aqui apresentados, no Brasil é institucionalizado.

Nesta pesquisa, cujo objeto de estudo são as cotas raciais - modalidade de ação afirmativa - observamos que, atualmente, conforme dados da Educafro (2006), são 41 universidades que instituíram o sistema de cotas. Pioneiramente implantado pela UnB, pela UERJ, UENF e UNEB e depois seguido por outras instituições de ensino superior, esse sistema ainda que tenha positivamente beneficiado a população negra, não tem sido suficiente para minimizar o preconceito e a discriminação racial. Mostra, contudo, o avanço das políticas de ação afirmativa no Brasil neste início de século.

Busquei traçar aqui um panorama da trajetória das Políticas de Ação Afirmativa no Brasil, cuja intenção não foi esgotar o tema, mas sim analisar os caminhos percorridos com base em legislações e ações realizadas pela sociedade brasileira na busca de constituição de uma sociedade efetivamente democrática. Em um primeiro momento, procurou-se traçar as políticas criadas em benefício de uma população não-negra para, em seguida, mostrar a trajetória iniciada pelos movimentos negros na busca pela garantia de seus direitos, embora até a década de 1990, no Brasil, ainda não se usasse o termo ação afirmativa.

A partir de agora, após esse delineamento, torna-se necessário definir o que são políticas de ação afirmativa. Para isso serão usados os conceitos discutidos por Andrew (1997), Guimarães (1997, 1999), Gomes (2003), Jaccoud e Begin (2002), Munanga (2003), Bernardino (2004) e Castro (2005).

### **1.5. Discutindo o conceito de Ação Afirmativa**

Andrew (1997) define o termo *ação afirmativa* como sendo uma intervenção do Estado, cujo objetivo é promover a inclusão das minorias ao emprego, à educação e à vida pública em geral.

No Brasil, a primeira definição oficial do termo surge em 1996, no documento publicado pelo GTI População Negra

---

instituição pública. In.: *Revista USP*. Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, n. 68, dez. jan. fev. 2005-2006. p. 58-75. Edição Especial: Racismo I.

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado e/ou iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (GTI População Negra apud BERNARDINO, 2004, p. 30).

O termo ação afirmativa, conforme Guimarães (1997, 1999), foi-nos emprestado do termo *affirmative action* usado nos Estados Unidos e esse autor o define como ação que consiste em “promover privilégios de acesso a meios fundamentais – educação e emprego, principalmente – às minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídos total ou parcialmente” (1997, p.233).

Considera também que “a ação afirmativa surge como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas e *mores* se pautam pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres” (p.181, grifo do autor). Para o autor, a ação afirmativa não fere a questão do mérito - argumento largamente usado pelos contrários às políticas de ação afirmativa, pois essa ação, segundo ele, garante os princípios de individualidade, de igualdade e de liberdade, argumentos corroborados pelo jurista Joaquim Barbosa Gomes (2003).

Esse autor compartilha da definição de Guimarães (1999). Segundo ele, emprestamos o termo de *affirmative action*, ação afirmativa dos Estados Unidos; *discrimination positive*, discriminação positiva e de *action positive*, ação positiva da Europa. Para ele, essas políticas podem ser implementadas tanto pelo poder público como pelo setor privado e devem-se dirigir à

concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (p.21).

As definições do termo ação afirmativa passam por três momentos distintos, segundo ele. Em um primeiro momento, ela pode ser definida como uma ação meramente formal do Estado para que pessoas com poder de decisão tanto nas áreas públicas como privadas pudessem considerar fatores como raça, sexo, origem nacional na composição de grupos na sociedade e/ou mercado de trabalho; em um segundo momento, mais arrojado, já se acena para cotização mais rígida no acesso de minorias a

determinados setores do mercado de trabalho e de educação e, por fim, no momento atual em que as ações afirmativas podem ser definidas como

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2003, p. 27).

Percebemos que essa definição tem como extensão a garantia da igualdade de oportunidades tanto no campo do trabalho, como no da educação.

Políticas compensatórias é a denominação dada por Jaccoud e Beghin (2002) às ações afirmativas e visam a combater os resultados das práticas discriminatórias, mais do que os atos concretos de discriminação. Ou seja, combatendo seus resultados, a discriminação será minimizada.

Ações valorativas é um outro modo de denominar as políticas de ação afirmativa e, usada nesse sentido, de acordo com as autoras, tem como meta reverter os processos históricos de exclusão, bem como combater os índices de desigualdade racial que no Brasil são altíssimos, tanto no campo da educação, no profissional e no da imagem pública, por exemplo.

As ações afirmativas têm como características dois aspectos singulares: a temporalidade e a necessidade de que se tenham objetivos específicos, uma vez que se destinam à inclusão social de grupos discriminados. Por isso, não podem ser contempladas como políticas públicas que visam, por exemplo, ao enfrentamento da pobreza. Visam, sim, a construir caminhos possibilitadores de promoção social, mas que sejam vencidas as discriminações, no caso específico, a racial.

Como ressalta Munanga (2003), ao definir políticas de ação afirmativa, elas não podem ser confundidas com as de caráter universalistas, pois aquelas devem trazer benefícios a grupos excluídos e estas entendem todos como iguais sem distinção, desse modo não “trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra [...] daí a justificativa de uma política preferencial no sentido de uma discriminação positiva” (p.49).

O autor aponta os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá, a Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia como exemplos de países onde essas políticas foram implantadas com o fim de oferecer à população discriminada um

tratamento diferenciado, por isso as terminologias *equal opportunity*, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias.

A ação afirmativa é definida de modo mais completo por Castro (2005):

Trata-se de uma política de inclusão social, é uma política de implementação do artigo 3º da Constituição, voltada para a ‘erradicação da pobreza, da miséria, das desigualdades regionais, das desigualdades sociais’; é uma política de efetivação da proscrição do racismo, que é compromisso da política internacional do Brasil por força do artigo 4º e dos tratados internacionais e convenções das Nações Unidas dos quais o Brasil é signatário [...] os direitos fundamentais que evoluem dos tratados dos direitos humanos [...] estão automaticamente incluídos no elenco do artigo 5º da Constituição respeitante aos direitos fundamentais, todos eles alçados à categoria de ‘cláusulas pétreas’, ou seja, de caráter permanente e insuscetíveis de supressão por via do processo de reforma de Constituição (p.121).

Em síntese, as políticas de ação afirmativa conceituam-se, conforme as teorias citadas, como ação, de caráter temporário, com objetivo específico, que visam a priorizar benefícios em favor de minorias, sejam elas discriminadas pela cor, pela raça, pelo gênero, pela condição física em diferentes campos da sociedade. No caso deste estudo, serão entendidas como políticas de ação afirmativa as cotas raciais destinadas à população negra que visam a combater as desigualdades educacionais decorrentes da discriminação racial.

Assim, dentre essas políticas de ação afirmativa, o foco neste estudo será centrado na política de cotas raciais para negros no ensino superior como forma de enfrentar a discriminação assentada na cor.

Notamos que discutir políticas de ação afirmativa requer um olhar, mesmo que brevemente, no passado para que possamos, no presente, compreender o sentido e a necessidade da implantação da ação afirmativa.

Após esse breve olhar sobre o passado, dirigimo-nos agora especificamente para o século XXI, e no capítulo II, discutiremos o “Sistema de Cotas Raciais nas universidades públicas”, buscando mostrar que essa ação instaurada no Brasil a partir de 2003, embora já fosse aqui discutida desde o final dos anos 1990, é o caminho para propiciar o ingresso de negros no ensino superior público de modo a promover um segmento até então ausente das universidades públicas do país e também mostrar o potencial transformador inerente às cotas raciais.

**CAPÍTULO II**  
**SISTEMA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

Discutir o sistema de cotas raciais nas universidades públicas é o que pretendemos neste capítulo, sob o ponto de vista de poder ser as cotas consideradas uma forma de racismo às avessas, conforme afirmam os contrários às cotas raciais.

Antes, porém, é necessário mostrar como se apresentam as desigualdades raciais no campo educacional, bem como se apresentam também no ensino superior, que culminam na necessidade de inclusão da população negra nesse nível de ensino como modo de romper com a ausência dessa população nas universidades.

### **2.1. Desigualdades raciais na educação**

Esta seção objetiva mostrar os dados das desigualdades raciais na educação, de acordo com os estudos de Henriques (2002).

A educação no Brasil sofreu queda em sua qualidade desde a implantação do governo militar, na década de 60, do século XX. Essa queda tem se acentuado a partir desse período, embora seja necessário reconhecer os avanços, pois, nas duas últimas décadas, houve elevação da escolaridade média da população, a redução da taxa de analfabetismo e o aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino, ainda que esses avanços não tenham sido capazes de minimizar as desigualdades educacionais no campo racial (HENRIQUES, 2002).

Em se tratando da população negra, é grave a situação. Gonçalves (2003) comparou negros entre 20 e 40 anos com outros mais idosos, entre 60 e 80 anos e constatou que esses últimos, mais próximos do início do século XX, padecem de altíssimos índices de analfabetismo, similar aos encontrados na população negra mais jovem. Ainda que a geração mais jovem seja, hoje, mais escolarizada.

A distribuição dos níveis de escolaridade, de acordo com o critério cor/raça, a análise das taxas de analfabetismo da população acima de 15 anos e a escolaridade média da população adulta foram parâmetros estudados por Henriques (2002) para provar a desigualdade de oportunidades educacionais entre brancos e negros.

Os estudos sobre cor/raça apoiaram-se nos dados dos PNAD de 1995 a 1999, conforme transcritos:



Anos de Escolaridade	Amarelo	Branco	Índio	Pardo	Preto
Nenhum	14.3	23.5	42.4	35.5	33.4
1 a 3	11.0	16.2	20.4	22.0	21.3
4	13.2	13.0	9.1	12.2	13,9
5 a 7	8.6	14.0	12.2	13.7	14.0
8	8.5	7.8	4.8	8.4	6.4
9 a 10	3.3	4.9	2.6	3.4	3.3
11	16.1	10.2	3.3	6.1	5.8
12 e 14	6.8	2.5	1.1	0.7	0.7
15 a 17	16.1	5.2	1.3	1.0	1.1

Fig.1.: Fonte: Henriques (2002)-PNAD 1995-1999.

Ao analisar esses dados, percebe-se que entre pretos e pardos não existem diferenças que possam ser consideradas significativas, o que possibilita agregar essas duas classificações na categoria negro, segundo o autor.

Agregando os dados, temos que a escolaridade entre os negros é relevantemente pior que entre os brancos e, à medida que se avança na escolaridade essa diferença se amplia. O considerado analfabetismo funcional, isto é, a taxa de escolaridade que vai entre 1 a 3 anos de estudos, é menor entre os brancos. E entre pretos e pardos alcança níveis altos.

A população branca com curso superior completo, média de 15 anos ou mais, superam em cinco vezes os negros, destacando-se também a população amarela que representa somente 0.5% da população do país e 16% possui curso superior, superando inclusive a população branca.

Ainda que tenha havido avanços na redução do analfabetismo, este foi modesto, como mostra Henriques (apud CASTRO, 1998): entre 1920 a 1991, a queda do analfabetismo da população entre 15 anos ou mais foi, em média, 0.63% ao ano. Na última década do século XX, a taxa de analfabetismo caiu de 20.1% em 1991 para 13.3% em 1999, o que corresponde, em média, a 0.56% ao ano. Já os indicadores do PNAD/2005 registram índices menores de analfabetismo: a taxa entre pessoas de 10 a 14 anos é de 3.4%, aumenta gradativamente conforme aumenta a idade, ficando em 13.9% entre pessoas de 25 anos ou mais.

A desigualdade racial na educação fica claramente demonstrada nos dados registrados acima sobre o analfabetismo entre pessoas com idade igual ou superior a 15 anos. As pessoas brancas analfabetas correspondem a cerca de 8.3% e as pessoas negras na mesma faixa etária e situação correspondem ao dobro, ou seja, 19.8%.

Terminado o século XX, a população brasileira apresentava-se com escolaridade média que correspondia a 6 anos de estudo. Ao recortar esse dado por cor/raça, o autor mostra que a escolaridade média de um jovem negro de 25 anos girava em torno de 6.1 anos de estudos, e um jovem branco com a mesma idade possuía cerca de 8.4 anos de estudo. Henriques nos lembra que a diferença de 2.3 é bastante significativa quando se considera que a escolaridade média corresponde a 6 anos e que esse dado permanece inalterado nos anos seguintes e também anteriores quando se verifica a escolaridade dos pais desses jovens, dado também analisado por Gonçalves (2003), o que leva à seguinte constatação:

a escolaridade média dos indivíduos de ambas as raças cresce ao longo do século [XX], mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros mantém-se perversamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2002, p. 42).

Ainda não percebemos que a educação, sem usar chavões, é também um dos caminhos para possibilitar o resgate da cidadania, o que resultará não somente em uma sociedade mais democrática, mas sim re-significada economicamente.

E a adoção de políticas de ação afirmativa no campo da educação superior pode mudar não só o perfil dos universitários no Brasil, como também “capacitar essas pessoas para posições de maior poder”, concordando com o que afirma Weisskopf (2005) <sup>8</sup>.

## 2.2. Desigualdades raciais no ensino superior

Percebemos, conforme as análises de Henriques (2002), as desigualdades raciais na educação, considerando para isso a relação cor/raça do PNAD de 1995 a 1999, no que se refere à idade/escolaridade. A partir desses dados, analisaremos agora as desigualdades raciais no ensino superior, necessárias porque, embora esta seja uma

---

<sup>8</sup> Thomas Weisskopf, em entrevista publicada no jornal *Globoonline*, na seção “Plantão”, em 23/09/2006, às 20h50min e acessada na mesma data.

pesquisa sobre as discussões de cotas raciais pelo orkut, muitas pessoas contrárias a elas dizem apoiar cotas sociais ou a melhoria da educação básica pública. Por isso, entender as desigualdades raciais na educação superior aproxima-nos da realidade vivida pelo povo negro e nos auxilia na reflexão sobre as duas modalidades de cotas.

Como uma pergunta parafraseada de Munanga (2003), abrimos esta análise: quanto tempo deverá a população negra aguardar pela igualdade de oportunidades de acesso e permanência em um curso superior gratuito e de boa qualidade? Essa questão nos ampara na discussão sobre a necessidade de implementar cotas raciais nas universidades brasileiras.

A análise sobre as desigualdades raciais no ensino superior será feita considerando os estudos de Petrucelli (2001), Cunha (2003) Guimarães (2003), Munanga (2003) e Sverdlick, Ferrari e Jaimovich (2005).

A questão cor ou raça tem se mostrado como fator importante para entender as desigualdades existentes no campo social, tanto no que se refere à questão econômica, como de trabalho e na educação. Recensear e elaborar estatísticas são ferramentas importantes para determinar as características de uma população. No Brasil, o IBGE é o órgão responsável para executar esse trabalho que tem sido a base para as diferentes teorias no campo da desigualdade racial, como os estudos elaborados pelos autores acima citados.

Petrucelli (2001) analisa a relação cor/auto-identificação conjugando-a vários fatores, dentre eles o da educação e demonstra que, de acordo com a cor declarada no censo de 1998, conforme grau da última série concluída, temos, de acordo com tabela apresentada pelo autor e reproduzida abaixo, uma sobre-representação da cor amarela, branca e morena em todos os níveis educacionais e uma sub-representação tanto da indígena, como da mulata e morena-escura, por exemplo.

As constatações do autor, obtidas pelas análises feitas com dados de 1998, não se alteram quando comparadas aos dados apresentados por Sverdlick, Ferrari e Jaimovich (2005) e elaborados com base nos dados de Petrucelli (2004). Os dados apontam que, em 1999, a taxa de analfabetismo para os brancos era de 7.5% e para a população negra de 16%. Mostram também que quanto menos anos de estudos, menor renda e os negros alcançam apenas cerca de 5 anos de escolaridade<sup>9</sup>, assim têm menos anos de estudos e, em conseqüência, menor renda.

---

<sup>9</sup> As autoras pautaram-se em dados do Censo de 2000, do INEP e dados apresentados por Petrucelli, em *Mapa da Cor no Ensino Superior Brasileiro*. 2004.

Um olhar sobre a tabela elaborada por Petrucelli aproxima-nos da realidade, sem ser possível negá-la:

<b>COR</b>	<b>Total</b>	<b>N.Freq.</b>	<b>Elementar</b>	<b>1º. grau</b>	<b>2º. grau</b>	<b>Superior</b>
Amarela	1.1	0.4	1,0	0.6	1.2	3.5
Branca	54.2	39.5	52.6	46.9	60.6	50.3
Clara	0.8	0.5	1.0	0.8	0.8	0.6
Escura	0.4	0.8	0.5	0.4	0.2	0.0
Indígena	0.1	0.2	0.2	0.1	0.1	0.0
Morena	20.9	29.1	20.9	25.4	17.0	6.9
Morena- Clara	2.9	3.1	3.1	3.4	2.6	1.3
Morena- escura	0.5	0.8	0.5	0.6	0.3	0.0
Mulata	0.8	1.0	1.1	0.8	0.7	0.5
Negra	3.1	4.2	3.3	3.3	3.0	1.8
Parda	10.4	11.9	10.2	12.2	9.9	4.1
Preta	4.3	7.9	5.1	5.0	3.1	0.8
Outras	0.5	0.5	0.5	0.5	0.4	0.3

Fig.2.: Fonte Petrucelli. Censo de 1998.

As universidades brasileiras desde sua criação - a primeira com esse status foi a Universidade do Rio de Janeiro, nascida em 1920 - tinham como fim promover um grupo seletivo nas profissões de medicina, engenharia e direito (CUNHA, 2003). Continuam ainda hoje esses cursos com status de profissões abraçadas por um seletivo grupo.

A partir da década de 1950, iniciou-se no Brasil, um processo de modernização acelerado pela reforma universitária proposta nos anos 1960 que previa uma universidade mais democrática, ainda hoje não concluída, conforme se percebe nos dados constantes na Reforma da Educação Superior<sup>10</sup>.

A Reforma prevê a necessidade de democratizar o acesso ao ensino superior, assim como a inserção da universidade no projeto de desenvolvimento

---

<sup>10</sup> IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise* (2004), item 2.4. da “Reforma da Educação Superior”.

nacional, também reza sobre a necessidade de incorporar a variável raça para aumentar as chances de ingresso de estudantes dos estratos de renda mais baixos e enfatiza que “há necessidade de democratizar esse nível de ensino que, no Brasil, ainda é tão elitizado e [...] reconhecer a instituição universitária como sujeito central na condução do desenvolvimento nacional” (p.63).

Percebemos que, ainda que haja boa intenção, muito precisa ser feito para democratizar o acesso à educação superior de modo a sanar a desigualdade racial existente nesse nível de ensino.

Ao traçar um panorama da crise educacional no Brasil, Guimarães (2003) mostra como o ensino público fundamental e médio a partir do governo militar se estagnou e aumentou, com isso, a dificuldade das camadas mais pobres para ingressar no ensino superior público.

Em 1960, o ensino superior privado contava com apenas 40% das matrículas; em 1980, esse número sobe para 63%; em 1994, para 65%; em 2000, para 67% e em 2004 o Brasil ocupava o 7º lugar entre os países com a educação superior mais privatizada, os Estados Unidos, o 20º lugar, apenas para comparar os dois países<sup>11</sup>.

Em 1985, a rede privada de ensino superior congregava 59% dos alunos, em 1998, 62% (GUIMARÃES, 2003). Dados do IPEA (2004) mostram a proliferação do ensino privado: “no censo da educação superior de 2002, havia 1.442 IES privadas cadastradas. Em junho de 2004, esse universo somava 1.880 instituições, ou seja, um incremento de cerca de 30% em menos de dois anos” (p.64).

Pelos estudos apresentados, vimos que a universidade brasileira ainda está restrita a um determinado grupo que tanto pode ocupar as instituições públicas como as privadas, embora estas últimas se destinem àqueles que não conseguem ingressar no ensino superior público e, por isso, vêm crescendo nos últimos anos, considerando que há menos vaga nas universidades públicas do que a demanda. As vagas oferecidas pelo governo em 1985 eram de 40% e em 1998 caiu para 19% (GUIMARÃES, 2003).

Tal fato gera uma tensão social, pois a precariedade do ensino público fundamental e médio tem levado as classes mais favorecidas a matricular em escolas privadas seus filhos para que estes possam concorrer, quando do momento de ingressar

---

<sup>11</sup> Dados apresentados em SVERDLICK, Ingrid; FERRARI, Paola; JAIMOVICH, Anália. *Desigualdade e inclusão no ensino superior: um estudo comparado em cinco países da América Latina*. Tradução Ana Carla Lacerda. Buenos Aires: laboratório das Políticas Públicas Buenos Aires, n.º. 10, março de 2005. (Série Ensaio & Pesquisas do laboratório de Políticas Públicas).

no ensino superior, a uma vaga em uma universidade pública de boa qualidade. O resultado disso é que as classes menos favorecidas, reconhecidamente a da população negra, têm ficado à margem do ensino superior público tendo de migrar, quando possível, para a universidade privada; quando não, fica fora do processo de formação superior (SANTOS, apud GUIMARÃES, 2003).

Por isso, considera-se a necessidade de redistribuir as vagas nas universidades públicas brasileiras por meio de cotas que, “pelas experiências de outros países, afirmou-se como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica, considerado como um dos aspectos não menos importante da desigualdade racial” (MUNANGA, 2003, p.119).

Para finalizar, ressaltamos os estudos de Hasenbalg (1979) que apontam as limitadas oportunidades educacionais da população não-branca em comparação com a dos brancos de mesma origem social. Assim, como afirma esse autor - e também como mostra Munanga - nascer negro no Brasil significa pertencer a família de baixo status e, além disso, padecer de desiguais oportunidades em função da cor, uma delas no terreno da educação.

A partir dessas análises, será possível considerar a adoção de cotas raciais uma forma de racismo às avessas?

### **2.3. Cotas raciais: racismo às avessas?**

Apesar de já estar provado a alarmante desigualdade educacional existente entre a população branca e a negra, a adoção de cotas raciais ainda é considerada como tabu para muitos brasileiros que a denominam de racismo às avessas.

Assim, ao traçar o panorama das desigualdades raciais na educação básica e na universidade torna-se incontestável afirmar que há profundas desigualdades tanto em uma como em outra para a população negra em nosso país. Ou seja: ela está à margem tanto do processo educacional nos níveis fundamental e médio, como na universidade. Daquela porque se evadem por motivos vários, desta porque não consegue ingressar devido a forma excludente de seleção do vestibular.

Por isso, a pergunta proferida por Munanga é retomada por nós: Quanto tempo deverá a população negra aguardar pela igualdade de oportunidades de acesso e permanência em um curso superior gratuito e de boa qualidade? De acordo com os dados estudados por ele, e respondendo àqueles que afirmam a necessidade de, no lugar

das cotas raciais, – consideradas racismo às avessas – melhorar o ensino fundamental e médio, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível de educação da população branca. Considerando, ainda que, para isso, os brancos se imobilizassem na sua atual condição.

Será isso possível, como o aumento do número de escolas particulares de ensino fundamental e médio e também de cursos pré-vestibulares, criados para oferecer um ensino de melhor qualidade para a população favorecida economicamente e com o firme objetivo de levar seus estudantes para os bancos das universidades públicas?

Investir nas cotas raciais, a nosso juízo, é a saída para fazer com que a população negra ascenda na escala educacional e possa, desse modo, alcançar também a igualdade econômica e social porque, ao estudar, também promoverá os seus filhos, assim como o fazem a população branca. Não podendo, então, aguardar 32 anos. Já são mais de 300 anos de espera.

Alguns dados sobre a escolaridade da população negra serão agora apresentados, de acordo com os estudos de Carvalho (2005), que demonstram as diferenças entre a população negra e branca, diferenças estas geradoras de desigualdades. Esse antropólogo apresenta a mesma média de tempo apresentado por Munanga, isto é, de 32 anos para que a população negra alcance a escolaridade média da branca. Elucida que isso somente será possível caso eles tenham “duas décadas de crescimento estável e ininterrupto das políticas atuais para concluir o ensino básico” (p.27). Ressalta que, ocorrendo isso, o mesmo acontecerá com a população branca, ou seja, eles também alcançarão níveis mais altos, perpassando o caminho da graduação, da pós-graduação e, segundo ele, de todas as áreas da pesquisa científica.

O que equivale dizer que os negros continuarão marchando de forma desigual nesse caminho e as cotas raciais é a travessia para reparar, de modo mais imediato, essa diferença e não a aplicação de políticas universalistas como querem fazer crer alguns teóricos e outros contrários às cotas.

As universidades brasileiras foram criadas a partir da década de 20 do último século. Na década de 60 possuía pouco mais de 50 mil estudantes, hoje já somam mais de 1 milhão de universitários. Nelas são ministrados cursos de alto prestígio, como medicina, medicina veterinária, direito, arquitetura, odontologia, os mais diversos tipos de engenharia, desde a megatrônica, como a florestal, por exemplo; os de médio prestígio, tais como comunicação social, moda, design, e os de menor prestígio, como letras, matemática, pedagogia, isto é, os cursos noturnos das áreas de licenciatura.

Onde se concentram os brancos e os negros nesses cursos? Em alguns cursos de alto prestígio, como medicina, os brancos chegam a somar 98%, em outros 96% (CARVALHO, 2005).

Se os negros estão fora da universidade, como eles vão poder pensar esse mundo? Certamente, será um mundo pensado e ocupado pela população branca. Permitir que os estudantes negros também ocupem esse espaço e possam vivê-los delinea o impacto transformador das cotas raciais.

Outros dados estatísticos, também apresentados por Carvalho (2005), serão aqui lembrados: 1% dos estudantes universitários é de amarelos, 96% são brancos. Quantos são os negros? Restam a eles 3% dessa parcela, ainda que componham 47% da população brasileira.

Os poucos intelectuais negros como Guerreiro Ramos, Edison Carneiro, Cláudio Moura e Milton Santos que conseguiram ultrapassar a barreira racial no campo da educação, não conseguiram, no entanto, permanecer inserido nas grandes universidades brasileiras, a única exceção foi Milton Santos.

Ramos (apud GONÇALVES, 2004) demonstra sua amargura em relação a isso de forma poemática:

O drama de ser dois [...]. Nesse poema eu me descrevia como uma espécie de pessoa entre dois mundos que eu não sabia definir [...]. Eu não pertencço a nada. Não pertencço a instituições [...]. Eu não sou de nada [...]. Nunca estou incluído em nada. As minhas metas são a única coisa em que estou incluído, não há pessoas que me incluam (p.19).

Retomando os dados, em um universo de cerca de 200 mil professores universitários, segundo avaliação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e apresentado por Carvalho, tem-se 60 cientistas brasileiros de destaque e apenas um dentre eles é negro, o que se equivale a menos de 2%. Como formar um pesquisador negro, se eles estão ausentes do campo da ciência? Novamente, temos um campo pensado por uma elite fundamentalmente branca.

Todos esses dados são necessários para refletirmos se, ao entender as cotas como caminho minimizador da discriminação e conseqüente desigualdade, podemos considerar a quotização racial para os estudantes como um caminho de racismo às avessas?



O Brasil possui aproximadamente 180 milhões de habitantes. Destes, 84.6 milhões são negros, o que corresponde a cerca de 47% da população (7% pretos e 40% pardos).

25 milhões de brasileiros vivem em estado de indigência, e a população negra aí presente corresponde a cerca de 70%. Outros 58 milhões são pobres e, dentre eles, 63% são negros<sup>12</sup>.

Pode parecer senso comum dizer que a pobreza tem cor no Brasil: é negra. Mas se trata necessariamente de reafirmar um dado quantitativo e real demonstrado por Munanga, Henriques, Hasenbalg e Carvalho em diferentes momentos e em diferentes estudos que conferem legibilidade à questão da necessária inclusão do negro na universidade para que assim possa transpor a barreira da pobreza: considerando a distribuição de renda, dos 10% mais pobres, 70% são negros; dos 10% mais ricos, 85% são brancos. A sociedade brasileira é cheia de contrastes, conforme escreveu Bastide, em 1959.

Retomando dados educacionais, considerando crianças de 11 a 14 anos, do sexo masculino, pertencentes ao grupo dos 25% mais pobres do Brasil, temos: 44.3% dos meninos brancos cursam de 5ª a 8ª série; os meninos negros na mesma faixa etária e fase correspondem a 27.4%. Novamente se percebe, de acordo com os dados registrados na discussão das desigualdades raciais na educação, que quando mais aumenta a faixa etária, mais cresce a diferença em escolaridade. Por que isso ocorre? Porque os mais pobres ingressam, por necessidade, mais cedo no mercado de trabalho e não conseguem conciliar estudo e trabalho e, por isso, se evadem da escola. Em síntese, apenas 30% da população negra consegue concluir o ensino básico, o que nos possibilita afirmar que 59 milhões de brasileiros negros estão à margem da educação, conseqüente da cidadania e ausentes da participação econômica<sup>13</sup>.

Outros aspectos podem ser levantados, tais como: ao compararmos o Brasil com a Argentina, Colômbia, México e Chile em termos de aplicação das políticas de ação afirmativa nosso país é o mais adiantado nesse aspecto, apesar de apresentar os maiores índices de desigualdades não somente no campo educacional. Mas quando

---

<sup>12</sup> Todos os dados aqui apresentados constam da obra *Inclusão Étnica e Racial: a questão das cotas no Ensino Superior*, de José Jorge de Carvalho, o autor toma como base os dados do IPEA estudados por Henriques (2001).

<sup>13</sup> Idem ao anterior.

comparado aos Estados Unidos e a África do Sul, o Brasil é, nesse aspecto, o menos avançado<sup>14</sup>.

“O negro brasileiro levará um pouco mais de meio século para alcançar a escolaridade média que tinha um negro sul-africano no ano em que terminou o *apartheid*” (CARVALHO, 2005, p.28), são essas as palavras que confirmam o enunciado no parágrafo anterior e nos coloca frente a uma realidade já conhecida de que há um Brasil Negro e um Brasil Branco e entre um e outro existe um abismo de 61 países, considerando o desmembramento do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH - geral brasileiro.

Buscar explicação dessas diferenças apenas na herança da escravidão? O racismo no Brasil é estrutural, significa dizer que ele está incorporado em nossas ações cotidianas e pouco é por nós refletido. Primeiramente, vivemos a escravidão. Depois o mito de sermos um país onde as raças conviviam harmoniosamente, como se todos ocupassem os mesmos espaços por não haver nítida segregação, como havia nos Estados Unidos. Hoje, a população negra já ocupa, por conquista de seus direitos, alguns espaços, no entanto ainda não suficientes para dizer que há real integração do negro em nossa sociedade. Nossa universidade é essencialmente branca, os melhores cargos de trabalho são ocupados por pessoas brancas, grande parte dos intelectuais é formado por brancos, a tv e a mídia, seja impressa ou televisiva, é branca. Onde estão os negros?

Seria ousar dizer que há um racismo às avessas construído pela população branca e por ela mesma afirmado de modo a escamotear a realidade e poder assim culpar os negros pela situação em que hoje se encontram?

Muito se poderia dizer sobre os espaços construídos e ocupados pela população branca e pela negra. A universidade brasileira pública é elitizada e branca. Estaria ela cumprindo seu papel social ao contribuir irrefletidamente para a exclusão racial da população negra nos cursos de maiores prestígios? Não estaria ela, com isso, impedindo o crescimento econômico do país? A resposta para essas questões recai sobre o impacto positivo que as cotas raciais podem trazer para a nossa sociedade<sup>15</sup>.

Ao buscar analisar se a implantação de cotas raciais seria realmente um racismo às avessas, ao analisar as discussões já apresentadas no campo teórico, percebe-

---

<sup>14</sup> Constatação elaborada nos estudos de Sverdlck, Ferrari e Jaimovich (2005) e Munanga (2003).

<sup>15</sup> O livro de José Jorge de Carvalho, *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão de cotas no ensino superior* (2005) traz detalhadamente todos os dados aqui mencionados.

se que as opiniões que consideram essa ação como racista não contemplam o campo simbólico em que se instala a discriminação. E é nesse campo que se presentifica o estudo de Oliveira:

A ênfase de minha perspectiva está no potencial transformador da medida no plano simbólico, como instrumento de combate ao racismo. Isto é, ao invés de acionar as ‘cotas’ como política de inclusão social direta, dando acesso à renda através da entrada imediata na Universidade, o objetivo precípua da medida seria provocar uma mudança nas *attitudes* dos atores, para que se tornem mais críticos à discriminação e ao filtro da consideração. Estimulando assim maior preocupação com o respeito aos direitos dos negros, e ampliando, indiretamente – mas de maneira mais efetiva – as oportunidades de participação do grupo na renda e na vida pública do país (2004, p.11, grifo do autor).

Assim, após essa análise, talvez possamos afirmar que, ao contrário de ser um racismo às avessas, as cotas podem ser consideradas sob dois campos fundamentais: um material, em que se propõe que à medida que se melhora o nível educacional da população negra, ampliam-se as chances de participação do negro no mercado de trabalho; outro, simbólico, pois permite que essa população possa atuar na sociedade como cidadão participativo e capaz de transformar os comportamentos sociais porque estará apta para entender os mecanismos subliminarmente construídos pelo racismo à brasileira.

**CAPÍTULO III**  
**COTAS RACIAIS: DISCUSSÃO NO ORKUT**

Este capítulo objetiva apresentar e analisar os discursos registrados no sítio do orkut referentes à reserva de vagas para a população negra nas universidades públicas brasileiras, denominada de cotas raciais. Nos capítulos anteriores, foram destacadas, primeiramente, as políticas de ação afirmativa, o contexto histórico, a experiência nos Estados Unidos e sua relação com o Brasil e alguns dos conceitos dessa ação. No Capítulo II, foi discutido o sistema de cotas raciais nas universidades públicas sob o ponto de vista de poder ser as cotas consideradas uma forma de racismo às avessas, antes, porém, mostramos como se apresentam as desigualdades raciais no campo educacional, assim como se apresentam também na educação superior.

Neste capítulo, serão analisadas as vozes registradas no orkut, sejam elas contrárias ou não a esse instrumento de política de ação afirmativa denominada cota.

Nesta pesquisa, levantarei os discursos registrados no orkut por diferentes pessoas, dentre elas, estudantes, pais, profissionais liberais, por exemplo, a respeito da adoção de cotas nas instituições públicas de ensino superior e, a partir dessas vozes, analisar os argumentos de mérito, de inconstitucionalidade e de que no lugar de cotas raciais deve-se adotar cotas sociais ou, ainda, se no lugar das cotas, o correto não seria a melhoria do ensino básico.

Esses argumentos serão confrontados com as teorias de Carvalho (2003, 2005), Munanga (1996, 2003, 2004), Oliveira (2003), Guimarães (1999, 2003), Medeiros (2003), Gomes (2001) entre outros, com o último relatório do PNAD 2006 e também com os registros pontuados neste site de relacionamento, que é o orkut, favoráveis à adoção de cotas.

O que é o orkut? O orkut é uma comunidade, criada pelo turco Orkut Buyukkokten, em 2004, e administrada pela empresa google norte-americana. Ao acessar a página desse site – [www.orkut.com](http://www.orkut.com), lê-se “comunidade online que conecta pessoas através de uma rede de amigos confiáveis [...] onde é possível fazer novos amigos e conhecer pessoas que têm os mesmos interesses”. No Historianet<sup>16</sup>, encontramos que se trata de um site de relacionamentos que permite ao internauta ter sempre e, imediatamente, uma lista de amigos íntimos e comunidades com perfis semelhantes.

Denominado de *social networking*, pois além de ampliar, resgata o círculo de amigos, pode-se encontrar velhos amigos, ou fazer novos. Para outros pode

---

<sup>16</sup> <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=755>. Nesse endereço, acessado em 20 de setembro de 2006, encontramos esse registro.

ser uma nova ferramenta de divulgar seus negócios e produtos. Ou seja, existe uma série de modos de explorar o orkut e é uma dessas diversas formas que me interessa nesse site porque nele pessoas “se encontram” e promovem debates sobre temas de interesse comum, no caso desta pesquisa, a implantação de cotas raciais nas universidades públicas.

O criador diz tratar-se de um lugar onde encontramos sempre uma “comunidade” na qual podemos nos expressar e “ouvir” o que os demais têm a dizer. E é essa questão que motiva esta pesquisa: analisar o que as pessoas têm a dizer sobre as cotas raciais. Contra ou a favor, o que elas pensam? O que as levam a pensar de determinada forma? De que maneira essas pessoas têm se manifestado?

Para fazer parte dessa “comunidade online” é preciso receber um convite por e-mail. Após o convite, o convidado tem de preencher um extenso cadastro, onde constam seu perfil e quem desejar pode postar fotos. Tais dados revelam a história de quem está cadastrado. Em se tratando do perfil, em determinado momento, aparece a pergunta: qual sua etnia? Aparecem os seguintes itens: caucasiano (branco), hispânico/latino, leste da Índia, afro-brasileiro (negro), asiático, Oriente Médio, americano nativo, Ilhas do Oceano Pacífico, multiétnico, outros e não há resposta. É, por meio desse cadastro que se criam novos amigos, pois vão se estabelecendo relações de interesses comuns.

As opções que o “orkuteiro” – como se denomina aquele que é cadastrado – têm são: enviar e receber “scraps” (recados), enviar e receber mensagens, receber e criar depoimentos (geralmente se faz entre amigos), criar e participar de comunidades e, dentro dessas comunidades, existem os fóruns onde se pode criar tópicos e também responder aos tópicos já criados.

O que interessa para esta pesquisa são as comunidades e os tópicos. A comunidade consiste em agrupar determinadas categorias, isto é, temas como arte, moda, política, religião, música, esportes. Qualquer um pode criar uma comunidade ou se ligar a quantas quiser, por mais esdrúxulas que pareçam, como os “Encalhados”, e outras como “Intelectuais negras”, “Campanha Contra o Voto Nulo”, por exemplo.

Dentro das comunidades, há os fóruns de debate onde são criados os tópicos. Somente podem criar tópicos aqueles que se filiam à comunidade. Esse tópico recebe um título e as pessoas passam, então, a deixar aí sua opinião a respeito daquele assunto.

Para ilustrar, sou filiada à comunidade *Cotas – uma dívida social*. Quando acessada, aparece uma descrição sobre a comunidade que se insere no tema “cultura e comunidade”, foi criada em maio de 2005 e conta com 299 membros e mais de 150 tópicos como “Dívida social, eu não tenho!; “Cotas não geraram o preconceito” ou “Você aceitaria ter seu diploma marcado ‘cotista’”?

Levantei 23 comunidades que se referem à discussão sobre cotas raciais nas universidades públicas. Para levantá-las, fiz o seguinte procedimento metodológico: primeiramente, procurei buscar o maior número possível de comunidades que discutiam esse assunto, fossem elas favoráveis ou contrárias à aplicação de cotas nas universidades públicas. Depois do levantamento das comunidades, selecionei os tópicos que possuíam um número maior de participantes. A partir daí, fiz a leitura de todas as opiniões deixadas nos tópicos, separei-os por comunidades, selecionei as opiniões que discutiam as questões de mérito, de inconstitucionalidade e de que no lugar das cotas raciais o ideal seriam as sociais, ou ainda investir na melhoria da educação básica e pública.

São inúmeras comunidades, centenas de tópicos, por isso não é possível analisar todos. Assim, foi preciso delimitar o número de comunidades, de tópicos e de depoimentos de modo a não comprometer os resultados da pesquisa. Em alguns depoimentos foram encontrados insultos raciais que serão abordados no capítulo IV, quando também abordarei se as cotas raciais são uma forma de discriminação racial e se criarão o racismo, ou farão como que este aumente, nesse caso, considerando, então, que ele já existe na sociedade brasileira.

É relevante destacar que tanto nas comunidades contrárias às cotas, como nas favoráveis, os depoimentos se misturam, isto é, encontramos registros favoráveis às cotas em comunidades contrárias e registros contrários em comunidades pró-cotas. Mas longe de ser um entrave para a pesquisa, o que se percebe é uma tentativa de convencer o outro de aquele que fala está certo e sua opinião deve prevalecer. Muitas vezes se percebe a intolerância ou se verifica depoimentos carregados de insultos.

Todos os depoimentos foram transcritos tais como aparecem no tópico, respeitando não só a idéia do “orkuteiro”, como também sua ortografia, por isso qualquer desvio ortográfico ou da norma lingüística deve-se a esse fato. Ao analisar, porém, as falas no decorrer dos parágrafos, estas aparecerão traduzidas para melhor compreensão.

Também foram suprimidos nomes e outras características que pudessem identificar o depoente porque, apesar de o orkut ser uma comunidade de domínio público, procurei concentrar na essência dos depoimentos e não na característica individual do depoente, a não ser quando tal característica parecia-me necessária para a pesquisa, mesmo assim, no interior de alguns depoimentos, aparecem registros de escolaridade, de origem e da categoria cor.

Foram vinte e três comunidades levantados para este estudo<sup>17</sup>, e em cada uma delas registramos diferentes tópicos e em número variável, conforme tabela abaixo:

<b>Comunidade</b>	<b>Tópicos dentro da Comunidade</b>
1. Contra Cotas	1. Manifesto contra cotas 2. As cotas são inconstitucionais 3. Sou negra e contra cotas 4. Negros ricos discriminam negros pobres 5. Cotas raciais ou sociais? 6. Cotas para estudantes de escolas públicas 7. oq vc faria ao invéz das cotas? 8. Como ressarci os prejuízos que o negro carrega? 9. Apartheid 10. Fator positivo das cotas 11. Perfil do cotista 12. Desabafo 13. Cotista=vagabundo
2. Milton Santos	1. Cotas sim!!!
3. Tenho Ojeriza às Cotas	1. O que eles pretendem??
4. Eu Fui Prejudicado Pelas Cotas	1. Cotas sim 2. Estatística dos prejudicados
5. Eu Odeio Cotas!! “No Cotas”	1. Cotas sim 2. Adversidades em cotas
6. Eu Odeio o Sistema de Cotas	1. Cotas Sim
7. CONTRA COTAS	1. Sempre aparece um macaco para roubar vaga; 2. Vocês estão vacilando; 3. Cotas é questão de justiça. 4. Cu pra todos!!
8. Darwin, Centro Educacional Charles Darwin	1. Sobre cotas 2. Contra cotas nas universidades
9. Eu Odeio as Cotas da UEA	1. Sobre cotas

<sup>17</sup> Os nomes das comunidades e dos tópicos estão grafados conforme aparecem no orkut, por isso qualquer desvio na escrita deve-se ao fato dessa correspondência.



<b>Comunidade</b>	<b>Tópicos dentro da Comunidade</b>
10. UERJ	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Por que privilegiar os negros</li> <li>2. Preconceito contra cotista</li> <li>3. Cotas e leis que “apóiam”</li> <li>4. Cotas, um testemunho</li> <li>5. Pior desempenho entre os cotistas</li> <li>6. Cotas</li> </ol>
11. UFES/Brazil/Brasil	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cotas</li> <li>2. A favor das cotas ou não?</li> <li>3. Protesto dia 05 pró-cotas</li> <li>4. Cotas. (cotas para putas)</li> <li>5. Sistema de cotas</li> </ol>
12. Anti-Cotas Raciais;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Por que vocês ainda não perceberam que esse cara é fake (sobre João Rufino dos Santos)</li> <li>2. Orgulho branco</li> <li>3. Dívida Social?? Eu não tenho!</li> <li>4. Mito das cotas ruiu com o livro de Ali kamel</li> <li>5. Negro contra cotas</li> <li>6. Para quem é contra cotas</li> <li>7. Mais um negro contra cotas</li> <li>8. Bom sou a favor de cotas e explico o por que</li> <li>9. Para os membros de Mato Grosso</li> <li>10. Anti-cotas estudam o ano todo para passar.....</li> </ol>
13. Ação Afirmativa	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Negro de alma branca</li> <li>2. Quem tem raça é cachorro</li> </ol>
14. Cotas Sim!	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Vocês têm de entender</li> <li>2. Vamos todos agir assim</li> <li>3. Os comuns quatro argumentos contra</li> <li>4. Cotas sim!!</li> </ol>
15. Fui Injustiçado Pelas Cotas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quadro negro</li> </ol>
16. Cotas - Uma Dívida Social	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dívida social – eu não tenho</li> <li>2. Diploma de cotista?</li> <li>3. Comunicado aos anti-cotas</li> <li>4. Você aceitaria ter seu diploma marcado “COTISTA”</li> <li>5. Coisas erradas sobre as cotas</li> </ol>
17. Sou a Favor das Cotas de 50%;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Repúdio ao sistema de cotas</li> </ol>
18. COTAS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cotas fazem aumentar o preconceito</li> <li>2. Não.</li> <li>3. Cotas Já!!!</li> </ol>
19. Fora Cotas na UFBA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Vc já foi prejudicado pelas cotas?</li> <li>2. éééé o qvc acham que pode ser feito para acabar</li> </ol>

<b>Comunidade</b>	<b>Tópicos dentro da Comunidade</b>
20. Cotas: Todas Justas e Corretas	1. Absolutamente contra cotas 2. Absolutamente a favor das cotas
21. Cotas Sim Brasil	1. É preciso apostar!
22. Cotas UERJ	1. Contra ou a favor das cotas? 2. Racismo cordial 3. Cotas dinamizam a economia 4. Sim ou não? 5. Cotas = racismo
23. Vamos Vencer as Cotas da UNEB	1. Contra por que?

### 3.1. Comunidades sobre cotas no orkut

A discussão sobre cotas no ensino superior para o Brasil, segundo Carvalho (2004), tem obrigado os acadêmicos a se reconhecerem como brancos e não somente como cientistas, porém há outras questões envolvidas nessa discussão, pois, de acordo com Gomes (2001), as ações afirmativas, cujo trabalho se faz em prol da concretização da igualdade, vai se contrapor aos interesses daqueles que se sentem ameaçados de perder seu status social de dominador por se sentirem “donos” de um espaço que acreditam ser deles.

A especificidade do racismo brasileiro, denominado por Munanga (1996), como *sui generis*, foi talvez o grande responsável por existir hoje um número ínfimo de negros nas universidades públicas e, para romper com esse quadro, é preciso criar ações que tragam a população negra para esse ambiente.

A partir de 2001, crescem as discussões sobre políticas de ação afirmativa, com maior destaque para as cotas raciais. Apesar de ser realmente uma das questões mais discutidas hoje, muitos ainda tendem a não aceitá-la como necessária, como podemos perceber nos relatos dos “orkuteiros”, talvez pelo desejo de manter suas posições sociais, ou talvez ainda embalados pelo sonho da harmonia social entre as raças.

Sendo uma ou outra questão, ou ambas, é preciso buscar entender essas discussões, por isso a necessidade de analisar as opiniões contrárias e/ou favoráveis às cotas raciais nas universidades públicas para não somente tentar modificar os hábitos de comportamentos preconceituosos e racistas, como também “provocar” a nossa consciência para a existência do racismo na sociedade brasileira e indicar que as cotas possuem um potencial transformador dessa realidade.

### 3.2. – O discurso da meritocracia

O que chamamos de meritocracia? Meritocracia deriva-se da palavra mérito que, por sua vez, possui raiz etimológica no latim *mereo* que se equivale a merecer, obter. Em sentido amplo significa as conquistas de posição social obtidas por merecimento. Em sentido mais comum, refere-se às formas de exames de ingresso ou avaliação nas escolas, nos quais não há discriminação entre os alunos quanto ao conteúdo das perguntas ou temas propostos. Assim, meritocracia também indica posições ou colocações conseguidas por mérito pessoal.

Em sentido mais estrito, meritocracia é um sistema de governo baseado na habilidade (mérito) em vez de riqueza ou posição social. Nesse contexto, mérito significa basicamente inteligência mais esforço. Entretanto, a palavra meritocracia é agora freqüentemente usada para descrever um tipo de sociedade onde riqueza, renda, e classe social são designados por competição, assumindo-se que os vencedores, de fato, merecem as vantagens<sup>18</sup>.

O discurso de mérito é o que mais se presentifica nas opiniões dos contrários às cotas nas universidades públicas, pois, para eles, as posições sociais têm de ser conquistadas por merecimento e se utilizar das cotas para ingresso da população negra nas universidades seria tirar o lugar daqueles que verdadeiramente merecem porque, segundo eles, lutaram com esforço por isso.

Assim, as cotas feririam o mérito. O Dicionário *Aurélio* registra a palavra como substantivo masculino também no sentido de “merecimento”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário registra como “questão ou questões fundamentais, de fato, ou de direito, que constituem o principal objeto da lide” (p.429).

Os discursos de mérito retirados dos tópicos do orkut carregam esses sentidos e serão aqui registrados e analisados. Esses sentidos conformam-se com a opinião de um “orkuteiro” apresentada abaixo, de que os candidatos aos vestibulares que estão freqüentando cursinhos têm mais merecimento para ingressar no ensino superior, pois estão mais preparados, ou seja, estudaram mais. Este depoimento não considera as diferenças que fazem com que uns possam estudar mais do que os outros.

---

<sup>18</sup> Todos os conceitos de meritocracia citados foram retirados de: <http://pt.Wikipedia.org/wiki/Meritocracia>. Acessado em 13 de set. de 2006.

tem mtos que ainda estão no cursinho e mto mais capacitados para enfrentar uma universidade do que estes cotistas...não que eles não sejam capazes (são sim, e muito), mas deveriam passar por uma preparação maior antes de ocupar a vaga de quem estudou mais! (Comunidade UERJ, Tópico “Por que privilegiar os negros”).

Para esse depoente, o fato de uns poderem se preparar melhor para concorrer a uma vaga no vestibular confere-lhes mérito para ser aprovado. Segato (2005) mostra sete razões por que o público reage contra o programa de cotas nas universidades, uma delas é a falta de reflexão, e outra são as diversas formas do racismo no Brasil que faz com que “maltratemos, por motivos raciais, sem ter qualquer grau de percepção de que estamos incorrendo em um ato de racismo” (p.79).

A esse ato, a autora denomina de “racismo prático”, aquele automático, irrefletido, naturalizado e culturalmente estabelecido e, nem por isso, menos inócuo; ao contrário é diário, difuso que “constitui o gargalo e escoadouro dos alunos negros, impedindo-os de avançar no sistema educativo, derrubando-os no caminho [...] que as cotas vêm denunciar e corrigir” (SEGATTO, 2005, p.79).

Encontramos nos depoimentos passagens dessa forma de racismo como, por exemplo, um estudante que diz que o governo não pode querer “simplesmente” diminuir a qualidade da educação superior, apenas porque os negros querem ingressar com “notas ridículas” na universidade. Em sua fala, percebemos o tom de recusa em aceitar a participação do negro na vida acadêmica, não só pela redução havida no vocábulo “simplesmente”, como também por atribuir aos negros “notas ridículas”, o que os faz, segundo o depoente, não ter mérito e, por isso, não serem merecedores de ingressar na educação superior.

Ou em outro depoimento, cujo contexto refere-se à possibilidade de se ir a um médico e, ao chegar para a consulta, percebe-se ser o médico negro – “nada contra aos negros”, afirma o depoente – o que vai nos levar a pensar se esse médico negro “passou por mérito ou por cotas???”. O racismo difuso apresenta-se na tentativa do ator da frase em negá-lo – “nada contra aos negros”. Esse argumento apresenta nitidamente a crença de que o mérito é o legitimador da competência e que poderá ser usado, posteriormente, para julgar um profissional negro, segundo o depoente.

Por que não pensar que a discussão sobre o mérito poderia nos levar a uma maior compreensão do racismo introjectado em nós e passar, a partir daí, a ser percebido como racismo simbólico, de acordo com Oliveira (2003). Ou seja, essa discussão poderia provocar uma mudança de atitudes, fazendo com que seus atores se

tornassem mais críticos em relação à discriminação e contribuiria para a rearticulação das práticas cotidianas de discriminação cívica contra os negros e as minorias de uma maneira geral, sendo este, então, o potencial transformador inerente às cotas raciais.

Estudos sobre a estratificação da sociedade entre ricos e pobres mostram que as diferenças entre indivíduos estão na origem da distinção entre classes, porém não significa que essas classes não se inter-relacionem, e sim que a partir dessas relações é que nascem as definições de elite e massa (PARETO, apud MEDEIROS, 2003). A última se refere ao estrato inferior e a primeira ao superior, ou seja, em Pareto – de acordo com Medeiros – “A elite não é apenas um estrato, ela constitui uma classe que se reconhece como tal e se esforça para manter sua posição” (p.13). E conclui: “São, portanto, determinantes da posição de elite tantos elementos de mérito individual, quanto heranças [...] a ascensão à elite ocorre em razão da capacidade (qualificação) individual” (id., ibidem).

É o que percebemos na opinião deste médico, contrário às cotas nas universidades porque se considera um vencedor que, por méritos próprios, deixou de pertencer à massa e ascendeu ao patamar da elite e passa a defender sua posição, desconsiderando quaisquer outros argumentos.

Antes de mais nada, preâmbulo: Meu pai era operário de salário mínimo e sem carteira assinada e minha mãe, costurava "prá fora" pra ajudar o sustento da casa. Carne, muuuiiiiiittto de vez em quando no prato. Só estudei em escolas públicas, desde o primário. Com tudo isso, consegui entrar numa Federal (Medicina - UFRJ) num dos vestibulares mais concorridos do país. Sem cotas.... Tudo isso prá dizer que o Hospital que trabalho hoje (O Einstein do Centro Oeste) e a UTI da qual sou sócio, decidiu, por unanimidade, que NÃO serão aceitos no corpo clínico de ambos, aqueles que vierem de COTAS. Administrativa/e falando, é fácil fazer isso, e como não temos qq vínculo com o Estado, mais fácil torná-se ainda assumir essa atitude. Jurídica/e, nada a ser feito, que bótimo...Portanto, afro-brasileiros, indígenas, egressos de escola pública, pobres e minorias (ou maiorias ) em geral, que querem subir na vida do modo mais fácil, um conselho: ESTUDEM, ESTUDEM e ESTUDEM. Vocês serão discriminados no futuro. Obs =>sou branco (Comunidade Cotas sim!, Tópico “Vamos todos agir assim”).

Durkheim, ao elaborar a teoria do fato social e do método sociológico, analisa que as necessidades, os desejos dos homens intervêm “de maneira ativa na evolução social” (p. 71). Assim, “Sendo dado um mesmo ambiente, cada indivíduo [...] adapta-se a ele à sua maneira, que ele prefere a qualquer outra” (p.73). De acordo com Medeiros (2003), esse modelo normativo apresentado por Durkheim reconhece que os indivíduos aspiram a uma posição mais do que outras e essas aspirações são geradoras de conflitos sociais. Do ponto de vista moral, esses conflitos são justificáveis uma vez

que a sociedade necessita de indivíduos capacitados para seu funcionamento e, por isso, “as posições superiores devem ser ocupadas por mérito” (MEDEIROS, p.14). Essa visão positivista da sociedade é notada no depoimento do médico e comprovada em outro depoimento que ele registra posteriormente no mesmo tópico:

Eu não vou fugir da discussão. Em post anterior, o M... escreveu que "pensar dessa forma será ilegal". A meu ver, o dia que eu não tiver liberdade de pensamento, a vida perde o sentido. Isto, vindo dele, é stalinismo puro. Sociedades de pensamento único não me servem. Ele tb não crê que alguém possa progredir na vida pelo esforço próprio, ridiculariza a figura do self made man. Creio que vc é ainda jovem (não sei a sua idade) mas posso te dizer que isso ocorre e muito mais do que vc pensa. A L..., talvez por não ter acompanhado os posts desde o começo, me chama de "racista". Menina, ser racista numa cidade como Cuiabá, em que a população negra é muito grande (não chega a ser como Salvador) é impraticável. Trabalho com médicos negros extremamente competentes, convivo com juízes e desembargadores negros e sou, com muito orgulho, casado com uma negra, que me deu duas lindas filhas. Se isto é ser racista, então vamos ter que procurar definições novas para muitas coisas. Mas ainda mantenho o meu preconceito contra cotistas. Eu saí do nada, consegui tudo na vida com muito esforço e me doe agora ver pessoas querendo tudo pela forma mais fácil. Não se iludam não, meus amigos negros que estudaram e hoje melhoraram de vida, são frontal/e contra as cotas. As cotas, por si só, já serão fonte de mais problemas sociais. Só que eu estou dando a cara a tapas e sem medo de represálias. Quanto ao ser conservador de direita, isso é um direito que me assiste, assim como alguns tb têm o direito de não querer trabalhar com cotistas. Ah, M..., já ia me esquecendo de outra coisa: Vc disse que um dia, cotistas irão tb invadir espaços privados. Isto quer dizer o fim da iniciativa privada? Acho que vcs esqueceram que o muro de Berlim já caiu. Me escreve com sinceridade M..., com esse sobrenome judeu, vc se casaria com uma negra? Papai e mamãe deixariam ? E fazer História na UFF é real/e bom, ou foi por não ter conseguido entrar em outro curso? Sinceridade.....Vc começou, filho, agora... Bem, aqui já são 2 da matina e vou dormir, pois amanhã é dia de trabalhar sério. (Cotas sim!, “Vamos todos agir assim”).

Essa noção de mérito percebida por Medeiros, segundo seus estudos durkheimianos, relaciona-se à produção individual e às aptidões profissionais, ou seja, fazem referência aos talentos pessoais. Discurso que parece presente nas afirmativas do médico, quando diz que saiu do nada e agora lhe dói ver pessoas – no caso se refere aos negros – que querem vencer sem esforços, querem “tudo pela forma mais fácil”. De modo irônico, dirige-se a essa população dizendo-lhe para que não se iludam, pois negros, amigos dele, que estudaram e melhoraram de vida, também são contra cotas. E atribui, ainda, às cotas a responsabilidade de “por si só” serem “fonte de mais problemas sociais”.

É bastante perceptível na voz desse médico não somente a intolerância quanto ao que ele considera um problema: as cotas para negros, como também a noção individual que ele tem de moral que, de acordo com Durkheim, “não é senão o topo, a

saber, a maneira como ela se prolonga nas consciências individuais e nelas repercute” (p.19). Há outros sinais na voz desse médico que nos aponta a idéia que ele carrega sobre o que é sociedade, sobre o que é ideal político, sobre raça, inclusive, quando, de novo sendo irônico, refere-se a “judeu” e “negro”.

Análises recentes sobre a elite mostram que ela para manter seus postos usa de mecanismos simbólicos, ideologias e até mesmo de violência (MEDEIROS, 2003).

O que também se verifica no depoimento desse médico cuiabano quando ele sente necessidade de afirmar sua cor “sou branco”; quando, ironicamente, afirma que tem de ir dormir porque já seriam duas horas da manhã e no dia seguinte “é dia de trabalhar sério”. Deixando subentendido que somente ele – que se opõe às cotas porque conseguiu formar-se por méritos próprios – trabalha sério, e todos os que são favoráveis a esse sistema e a todos que querem ingressar na universidade - “afro-brasileiros, indígenas, egressos de escola pública, pobres e minorias (ou majorias) em geral, que querem subir na vida do modo mais fácil” – dá “um conselho: ESTUDEM, ESTUDEM e ESTUDEM”, sugerindo que os favoráveis às cotas não trabalham seriamente.

A violência também é percebida no tom autoritário do discurso proferido por ele, quando se expressa, afirmando, que no Hospital onde ele hoje trabalha “(O Einstein do Centro Oeste)” e a UTI da qual ele é sócio, decidiu, por unanimidade, que não aceitarão no “corpo clínico de ambos, aqueles que vierem de COTAS”. Continua seu discurso afirmando que, no que se refere à questão administrativa, não vê nenhum problema, pois não possuem nenhum vínculo com o Estado e, juridicamente, também é fácil porque nada há para ser feito. É preciso destacar alguns fatos expressos nessa fala.

Em primeiro lugar, fica clara a posição do enunciador do discurso. Ele fala do lugar daquele que manda e também do lugar que, por mandar, entende poder desafiar a ordem jurídica, utilizando-se, para isso, de forma irônica do neologismo – “que bótimo” - como se, assim, pudesse se fazer entender melhor por aqueles considerados, pelo depoente, como de pouca idade, por isso, com poucos conhecimentos.

Retomando a questão da elite, os depoimentos abaixo mostram a clara consciência dos falantes de que a universidade trabalha em função da elite, ou seja, confirma os estudos aqui já apresentados de que a universidade tem o papel de legitimar as diferenças.

A universidade tem por função selecionar a elite cultural do país. Utilizá-la para ascender os negros é desvio de sua função (Comunidade Contra cotas, Tópico “Cotas é questão de justiça”).

---

A universidade tem que selecionar os alunos mais aptos -elite cultural nessa fase- a fim de formar a elite cultural universitária. O governo não pode querer desviar a função de ensino de qualidade, formação de pensadores simplesmente pq os negros queiram entrar na faculdade com notas ridículas (Comunidade Contra cotas, Tópico “Cotas é questão de justiça”).

---

Vestibular serve para selecionar os que se sobressaíram nos estudos e que, portando, têm o direito a uma vaga em universidade pública. É nessas pessoas em que o governo deve investir. Independente de raça ou classe social, essa deve ser uma competição em pé de igualdade. Se o vestibular impede que pessoas que estudaram a vida inteira com empenho de entrarem na universidade, tem alguma coisa de errado. E vocês sabem o que é (Comunidade Contra cotas, Tópico “Cotas é questão de justiça”).

---

Esses três depoimentos remetem-nos ao conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, pois mostra esses atores com opiniões solidificadas em conformidade com suas práticas pessoais e de acordo com suas origens sociais.

Esse sociólogo trabalha com três conceitos *poder simbólico*, *campo* e *habitus*. Esse último carrega, em essência, um conceito complexo. O *habitus* é um comportamento individual (ao mesmo tempo coletivo), decorrente da “disposição”, isto é:

é no interior de um estado determinado do campo, definido por um certo estado do espaço de possíveis, em função da posição mais ou menos singular que ele ocupa, e que ele avalia diferenciadamente conforme as *disposições* que deve à sua origem social, que o escritor se orienta em direção a tais possibilidades oferecidas [...] se nota uma correspondência extraordinária entre a hierarquia de posições [...] e a hierarquia das origens sociais, logo, de disposições associadas (BOURDIEU, 1996, p. 72).

Assim, de acordo com Bourdieu, o *habitus* atua como uma força conservadora no interior da ordem social, isto é, “os indivíduos adquirem um corpo de disposições, que lhes permite agir de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva (campo, que seria definido pela hierarquia de posições, tradições, instituições e história)” (SETTON, apud BOURDIEU, p.8, parênteses meu). Por isso, segundo Setton, e com base na teoria bourdieueana, grupos oriundos de classes sociais diferentes se relacionam entre si e, por meio de suas ações diárias, colaboram



para a perpetuação das desigualdades entre as classes, sem ter, no entanto consciência disso.

Dessa forma, o sujeito agiria por hábito e lhe escaparia o sentido objetivo de suas ações, porém ele agiria de acordo com sua posição social, procedendo, então, como membros de uma classe (BOURDIEU, apud NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2004).

Ainda de acordo com Bourdieu (1996), o *habitus* “é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação desse mundo” (p.144).

É possível ponderar, então, que esses depoentes acostumados a pensar conforme sua situação social - a de uma elite branca - sentem-se incomodados porque entendem as cotas raciais como um mecanismo desestruturador de uma realidade até então por eles compreendida como estável – é lógico para os três depoentes que a universidade esteja a serviço das elites e que o vestibular seja o meio válido para colocar essa elite na educação superior.

Essa forma de ação foi a que Segato (2004) denominou de “racismo prático” porque internalizado e de legado cultural e praticado habitualmente, de modo mecânico.

Assim, considerando esses estudos, as opiniões dos atores transcritas aqui revelam as marcas de sua posição social, talvez não deliberadamente, mas, principalmente, “porque essas marcas tornaram-se parte constitutiva de sua subjetividade” (SEGATO, 2004, p.30).

Suas ações são justificadas como sendo, então, um hábito adquirido ao longo de suas vivências e experiências e, em grande parte, reproduzidas na e pela escola uma vez que os professores e a própria estrutura do ensino colaboram para fazer da escola um espaço de segmentação social e reprodução das desigualdades: “a instituição escolar [...] tende a instaurar, através da relação encoberta entre a aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira *nobreza de Estado*, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar” (BOURDIEU, 1996, p. 39).

No entanto, mesmo que esses atores não ajam deliberadamente, reproduzem pensamentos que mostram os mecanismos de funcionamento da sociedade brasileira quando o assunto discutido são as cotas raciais.

O depoimento abaixo mostra a individualização do pensamento de um estudante universitário que havia prestado vestibular em uma universidade estadual

onde se adota o sistema de cotas raciais e, por culpa delas, de acordo com o pensamento dele, não obteve aprovação, apesar de considerar que “estava mais apto para cursar e fui rejeitado soh pq sou branco”. Assim, prestou, então, outro vestibular em uma outra faculdade estadual, mas, ao contrário da anterior, esta é séria porque não aderiu ao sistema de cotas – “essa coisa ridícula de cotas” - segundo ele.

cotas = racismo...eu deixei d entrar em uma universidade estadual por causa d cotas... de 40 vagas fiquei em 33º.. e nao entrei?? pq isso?? soh pq sou branco de classe media??? isso eh justiça pra vc??? n vow ler bosta nenhuma... cotas = preconceito.. *estava mais apto para cursar e fui rejeitado soh pq sou branco..* racismo MOR... ainda bem q uma faculdade seria(estadual tb) q nao aderiu a essa coisa ridícula de cotas... estou cursando nela...(grifos meus) (Comunidade Eu fui prejudicado pelas cotas, Tópico “Estatística dos prejudicados”).

Faculdades sérias não adotam cotas, de acordo com a opinião desse depoente. E liga cotas ao racismo e ao preconceito. Sente-se preterido por ser branco e de classe média. Adjetiva as cotas como “ridícula”.

Carvalho (2005) levanta importantes pressupostos da meritocracia para entender essa questão. Segundo ele, a idéia do mérito é resultado de uma ideologia individualista que não compreende a produção de conhecimento como uma dimensão coletiva. Isto é, o mérito faz parecer que o indivíduo agiu sozinho para alcançar o resultado pretendido, desconsiderando a colaboração recebida dos outros para se chegar ao objetivo. Segundo ele, há os que apóiam, ensinam, contribuem, corrigem, fazem esforços para possibilitar que o indivíduo alcance êxito. Estes, no entanto, são esquecidos uma vez alcançado o objetivo. Como se percebe nestes depoimentos

Tb sou negro, estudo numa universidade federal, a UFF. Tive dificuldades como todo mundo mas estudei e passei no vestibular. DETALHE: sem pré-vestibular nem nada disso. Estudei sozinho mesmo (Comunidade Cotas sim!, Tópico “Vamos todos agir assim”).

---

sou contra as cotas! acredito que o vestibular seleciona os melhores independente de cor.vestibular é um processo seletivo complicado e difícil,só os melhores passam... por outro lado por ser negro entendo que além da dificuldade natural do vestibular tb reconheço a dificuldade que o meu povo tem de acesso a uma boa educação que os brancos possuem dentro do ensino privado.muitos negros historicamente ã tiveram acesso a educação, mas esse quadro está mudando.muitos negros estão conseguindo vencer e lutar pela melhoria de todo o nosso pais. sou contra as cotas porque não acho o jeito certo de igualar as raças. gostaria que o governo e a sociedade investi-se mais na educação pública afim de diminuir o abismo entre as raças (Comunidade CONTRA COTAS, Tópico “As cotas são inconstitucionais”).

Os “orkuteiros” que falam acima não consideram em seu depoimento que o vestibular mede apenas a média final dos candidatos e não a trajetória educacional desse candidato. Não considera, conforme Carvalho, a discriminação racial que o candidato sofreu, se isso interferiu em sua auto-estima, por exemplo.

O segundo depoimento mostra que o estudante conhece a dificuldade que a população negra enfrenta na educação, mas, logo em seguida, diz que esse quadro está mudando e muitos estão conseguindo vencer e lutar pela melhoria do País. Ele, apesar de reconhecer as dificuldades, argumenta contrariamente às cotas e afirma que esse quadro tem mudado.

É o caso de indagar: será que essa mudança não estaria relacionada à implantação das cotas raciais? Diz que “muitos negros estão conseguindo vencer”, porém não quantifica quantos, como e quem são. Acredita que a melhoria da educação pública iria diminuir o abismo entre as raças, isto é, para ele há um abismo racial possível de ser sanado, mas seu discurso é o da invisibilidade racial.

Outro ponto levantado por Carvalho é a falta de critérios únicos entre os vestibulares do país. Cada universidade utiliza um critério para realizar seu vestibular, o que o leva a afirmar que um candidato aprovado na UNICAMP, por exemplo, poderia não lograr o mesmo resultado na UnB. Por outro lado, os cursinhos treinam os vestibulandos em conformidade com determinada universidade, o que faz com que o discurso de mérito perca sua força.

Esses são dois, dos vários exemplos que o autor usa para mostrar que a questão mérito é relativa e tem de ser analisada considerando todos os aspectos e não apenas como é percebido neste depoimento.

Eu sou totalmente contra pq, tenho certeza que vai baixar o nível do ensino na faculdade. Afinal o vestibular é exatamente para selecionar os melhores, os que tem condições de dar o máximo dentro do curso. Minha filha esta fazendo Medicina Veterinária na UFGRS, e passa dia e noite estudando, é muito puxado, e não tem aquela moleza de ter umas cadeiras para preparar, a criatura já sai debaixo do mal tempo. O governo só criou essa bobagem de cotas para dizer que esta fazendo alguma coisa pela educação, mas isso não tem custo algum, investir na educação do ensino fundamental e médio que é bom, nada. Uma reportagem da revista veja do mês passado, mostra que numa escola de ensino médio pública (não lembro o estado), que recebe recursos de empresas privadas, os alunos tiveram 90% de aprovação no vestibular. Acho que os mais necessitados deveriam ocupar as vagas nas Universidades públicas, mas não por imposição, por baixo dos panos, mas sim por capacidade (Comunidade CONTRA COTAS, Tópico “As cotas são inconstitucionais”).

Conforme fala essa mãe, as cotas são imposição do governo para que ele não precise investir no ensino fundamental e médio. Mostra desconhecer o fato de que uma ação não substitui a outra, pelo contrário, as cotas são políticas de ação afirmativa emergenciais, transitórias que devem ser aplicadas em situações de extrema desigualdade, como a do Brasil, possibilitando neste ínterim discussões e concretizações como a melhoria do ensino fundamental e médio. Usa a palavra “capacidade” no sentido que alguns têm – como a filha dela que foi aprovada por mérito no curso de veterinária – e outros não – os cotistas.

Todos os estudos disponíveis sobre as desigualdades raciais no Brasil mostram que as desigualdades de renda, educação, habitação e saúde, por exemplos são atribuídas às diferenças raciais (GUIMARÃES, 1999). Nesses depoimentos, contudo, em nenhum momento, faz-se referência a isso. Todos eles abordam o mérito como critério válido e necessário. É o que está relatado neste depoimento

Pessoal eu sou contras as cotas e respeito a opinião de vcs, mas [...], tpw vc vai a um médico e ele é negro, nada contra aos negros, vc vai pensar será q ele passou por mérito ou por cotas??? pow por mais q vc digam q num importa, futuramente vai importa pra mta gente [...] o que deve ser feito é melhorar o ens. público. Juntando o melhoramento do ens. publico com a criação de uma lei q proibisse as perguntas na inscrição como "Renda mensal, Etnia, casa própria?". Q ai sim nos iriamos saber q todos q ingressarem nas universidades foi por mérito... Pq não ia ter como falar "ah só pq eu sou negro" ou "Ahhh só pq eu sou pobre"... Sem estes questionamento na ficha de inscrição, as universidades não vão saber nada sobre os candidatos, só nome, rg, cpg, end, e pronto (Comunidade UERJ, Tópico “Por que privilegiar os negros”).

Não se questiona o fato de o mérito ser o principal critério de ingresso e nem o fato de ser o ensino superior reservado à elite cultural, de acordo com Guimarães (1999). Medeiros (2003) lembra-nos que nas sociedades modernas, sobre as quais as estratificações são feitas, há quatro dimensões importantes: ocupação, bens simbólicos, poder político e interesses no conflito distributivo (p.21). Em se tratando de cotas, todas essas dimensões estão envolvidas, conforme percebemos pelos depoimentos.

Em relação a status quo... como é q uma faculdade vai saber se vc é filho de sicrano ou de beltrano... vcs acham q num existe uma manipulação ali dentro não??? Eu acho q sim, creio q não é a toa q eles perguntam a cor dos candidatos, para manter os parametros minimos q a lei exige de uma faculdade... (Comunidade UERJ, Tópico “Por que privilegiar os negros”).

Os estudantes universitários desconfiam de suas universidades, o que se percebe nos dois últimos depoimentos, e já verificados em outros. O primeiro chega a

sugerir a retirada das questões que se referem à "Renda mensal, Etnia, casa própria?" e sugere que a pergunta sobre a categoria cor seja feita apenas para manter, segundo ele, o que denomina de "parâmetros mínimos" exigidos para as universidades. O que será que ele denomina e considera como "parâmetros mínimos"? Muitas vezes, deparamo-nos com depoimentos bastante inconsistentes como estes, porém carregam claras posições contrárias às cotas raciais.

Embora não explicito, inferimos que esses "parâmetros mínimos" refiram-se aos negros. Em ambos os depoimentos, percebemos um desejo de que seja silenciada essa questão. Podemos verificar ainda, nesses depoimentos, a total desinformação dos depoentes. Habitados aos privilégios lhes garantidos pela sua cor e classe, não conseguem perceber o diferente.

Retomando Medeiros e seu pensamento sobre a questão distributiva, percebemos que essa questão gera interesses antagônicos. É "óbvio que [...] depende de uma teoria de justiça que proponha quais são as desigualdades injustas de sociedade e como elas devem ser eliminadas (p.22). No caso, trata-se de distribuir as vagas, até então ocupadas em sua maioria pela população branca, e redistribuí-las entre a população negra. Em outras palavras, significa dividir espaços até então ocupados pela população não-negra<sup>19</sup>.

Abaixo estão registrados mais dois depoimentos que fazem referência ao mérito. Em todos se registram a crença de que a única diferença entre os alunos que ingressam em uma universidade pública e aqueles que não ingressam está pautada no esforço e dedicação que cada um empreende na preparação para o vestibular, e as cotas iriam contrariar esse princípio.

Velho se vc conseguiu passar no vestibular sem cotas em veterinária te dou meus parabens... Mas se ponha no lugar de outros candidatos q perderam a vaga por causa das cotas[...]... vc vai fazer medicina por cotas, certo??? Velho imagine uma outra pessoa q teve a média relativamente mais alta q a sua, seria justo ele sair pra vc entrar por cotas???[...], mas q não é justo (Comunidade UERJ, Tópico "Por que privilegiar os negros").

Eu gostaria de comentar um episódio que aconteceu na minha família e que tomei conhecimento hoje. Eu tenho um sobrinho, negro, estudante de escola pública a vida toda, que tem mais 4 irmãos. Este sobrinho, estava almoçando no restaurante da UNB (eu não sabia que na UNB já existe o sistema de cotas) e foi

---

<sup>19</sup> Compreende-se por população não-negra, as categorias branca e amarela de acordo com os critérios de classificação do IBGE. A população indígena apesar de ser também discriminada não aparece aqui porque o objeto deste estudo refere-se a cotas raciais e não étnico-raciais.

abordado por 3 estudantes que com MUITO, MAS MUITO DESDÉM, lhe perguntaram se êle era cotista. Este meu sobrinho é a pessoa mais humilde que conheço. Êle percebendo a ironia dos 3, calmamente lhes respondeu: Não, eu não sou cotista, porque não existe cotas para quem faz doutorado. E eu estou terminando o meu doutorado este ano. Olharam para êle de cima embaixo... e fazer o que? Engolir o desdém e admitir que negros são capazes sim. PORque eu estou contando esta história? Porque negros são vítimas de preconceitos, e serão mais ainda, se este sistema de cotas for aprovado, mas quando o negro tem capacidade, êle segue em frente, não deixa o preconceito abalar sua autoestima. Ah...e outra coisa. Este meu sobrinho está licenciado para fazer o doutorado, porque êle é professor de engenharia elétrica em uma universidade pública e por concurso. Lembra quando eu disse que êle tem mais 4 irmãos? Um terminou o curso superior agora, e já está satisfeito. E os outros 3? Nem por cotas entram em uma universidade. Qual é a diferença entre estes 5 irmãos? São negros da mesma forma, tiveram as mesmas oportunidades e os mesmos pais. Eu só posso imaginar que seja o esforço de cada um. Hoje quando êle me contou este episódio, declarou-se radicalmente contra cotas e então eu fico pensando...Qual é a diferença entre os negros que apoiam as cotas e os que são contra? COTAS...EITA COISA PRECONCEITUOSA, RACISTA, ELEITOREIRA E DEMAGÓGICA. credo em cruz...(Comunidade Contra cotas, Tópico “Sou negra e contra cotas”).

Esse depoimento levanta questões que precisariam ser analisadas mais profundamente. O depoente desconsidera o fato de que para ingressar pelo sistema de cotas o mérito não é descartado e nem eliminado. Para concorrer, o candidato tem de ter determinadas qualificações. O que as cotas garante é que os atributos dos grupos sub-representados sejam reconhecidos e não negados (GUIMARÃES, 1999).

Outro fator levantado por Guimarães e percebido nesse discurso é que a discriminação racial no país está baseada no pressuposto de privilégios naturais para grupos e classes de pessoas. Coloca-se que o resultado do status – estar fazendo doutorado na UnB – é um privilégio visto de modo natural, da mesma forma que ser professor universitário: “Este meu sobrinho está licenciado para fazer o doutorado, porque êle é professor de engenharia elétrica em uma universidade pública e por concurso”.

No depoimento, há a afirmativa de que o doutorando possui 4 irmãos e apenas um conseguiu graduar-se. Os outros, embora tivessem tido a mesma oportunidade, não lograram êxito. A depoente atribui isso a incapacidade deles: “Eu só posso imaginar que seja o esforço de cada um”.

Percebemos que ela considera que a disputa individual que se faz interclasses é algo natural, fruto de um esforço considerado individual e cada um aceita como tal. Confirmamos, assim, a definição de meritocracia que é compreendida pelos depoentes contrários como aquele regime que deve ditar posições ou colocações conseguidas por mérito pessoal.

Outro aspecto quando se discute mérito, e já citado, é o da individualidade. As pessoas citam a si mesmo como exemplo ou alguém próximo delas, porém não percebem que se trata de dados limitados a um universo. Como se o particular residisse no geral.

É o que notamos no depoimento do médico: ele cita, num processo metonímico, a profissão de elite substituindo a pessoa, ao mesmo tempo não cita quantos são. Também diz que há em Cuiabá um número expressivo de negros, mas não tanto como em Salvador. Mas quantos são os negros em Cuiabá? Quantos deles ocupam os cargos citados pelo depoente? Apesar de ter enviado e-mail ao depoente pedindo esses dados, ele não os remeteu. Apenas respondeu desse modo, em um “scrap” enviado para mim:

Dê uma passada na comunidade "Contra cotas" e leia o que a Maria (negra) escreve no tópico "Sou negra e contra cotas" e na comuna "Cotas para cotistas" o que escreveram contra o Robson Palmares (do qual eu me orgulho de ser amigo hoje). Só faltaram colocarem-no no tronco e aplicá-lhe 50 chibatadas... Se vc é de esquerda stalino-fascista, claro que não vai entender nada, mas tenho esperança que tenhas a cabeça aberta e perceba que as pessoas querem andar e não ser carregadas.

Em todos os depoimentos está instaurado o discurso do mérito como um dos argumentos para a não implementação de cotas para a população negra no ensino superior. Outro fator observado é que todos discursam desconsiderando que as condições de vida, as trajetórias sociais e educacionais entre negros e brancos não são iguais. O mérito, conforme já afirmado por Carvalho (2005), é uma questão ideológica, ou como afirma Gomes (2003) é uma construção social e acadêmica e de acordo com Bourdieu (apud NOGUEIRA, 2004), a escola se encarrega de reproduzir a ideologia, ou seja, a escola reproduz as diferenças, confirmando-as.

Haveria algum momento da história brasileira em que o critério de mérito, do direito e do público como espaço de direitos teriam se coincido? Em sendo a resposta afirmativa, a questão das políticas de ação afirmativa não seria necessária. Mas os espaços sociais são ocupados no Brasil de modos diferentes para a população negra. Os espaços reservados a essa população são os da a. pobreza, b. baixa qualidade da escola pública, c. preparação insuficiente, d. pouco apoio familiar e comunitário; e. forma de seleção no vestibular excludente (o exame do vestibular não deixa espaço para que outras qualidades e potencialidades dos alunos sejam avaliadas) e são essas as

causas da pequena absorção dos jovens negros na universidade e não apenas uma questão meritocrática, como nos faz lembrar Guimarães (2003).

Por isso, não nos é permitido afirmar que o mérito é o valor a ser considerado para se ingressar em uma universidade pública. A noção absoluta do mérito escamoteia a realidade e expulsa da universidade pública aqueles que no esforço da travessia nadam contra a corrente, submergidos em um sistema excludente porque meritocrático.

### 3.3. – Seriam as cotas inconstitucionais?

Além do argumento do mérito usado largamente pelos contrários às cotas, há também o de que a adoção de cotas fere o princípio constitucional da igualdade de direitos. Mas como a justiça brasileira tem se posicionado sobre esse fato? Considerando os dados da desigualdade racial na educação brasileira, poderia a reserva de vagas por meio de cotas ser um ato inconstitucional?

A constitucionalidade da ação afirmativa é discutida por Joaquim Barbosa Gomes (2001), especialista em Direito Constitucional. O Estado Moderno confere ao cidadão a garantia da igualdade, mas se trata de uma igualdade formal, pois garantir em forma de lei esses direitos não significa efetivá-los materialmente.

Reconhecemos, por meio de dados estatísticos, a situação desigual por que passa a população negra no Brasil e sabemos que criminalizar o racismo, proibir a discriminação, embora necessárias, não são suficientes para combater seus resultados.

A partir desse reconhecimento, começa a se esboçar um outro conceito: o da igualdade material ou substancial que recomenda considerar as desigualdades concretas presentes na sociedade (GOMES, 2001). Assim, as situações desiguais devem ser tratadas como tais para evitar aprofundar a perpetuação das desigualdades que se fundamentam na sociedade.

O Direito passou, a partir dessas visões diferenciadas, considerar como justas, medidas cuja meta seria diminuir as desigualdades econômicas e sociais com o fim de promover a justiça social, resultando em políticas sociais para apoiar e promover grupos socialmente fragilizados.

Surge, então, um novo sujeito: “sujeito de direito concreto, historicamente situado, com especificidades e particularidades” (PIOVESAN, apud



GOMES, 2001, p.5) que passa a ser o alvo das políticas sociais emergentes, cujo objetivo é possibilitar a concretização da igualdade no aspecto material ou substancial.

Notamos que se trata de uma nova forma de definição no campo jurídico, objetiva e racional que pretende por meio da “desigualação positiva”<sup>20</sup> a “igualação jurídica efetiva”, ou seja, trata-se do reconhecimento do Estado em consonância com o reconhecimento da existência de desigualdades nos campos econômico, social, político e o papel que lhes cabe para resolvê-las.

De acordo com o exposto, vimos que o Direito brasileiro encontra-se preparado para reconhecer as ações afirmativas como um agente transformador da sociedade e também que a ação afirmativa refletiria em “uma mudança comportamental dos juízes constitucionais de todo o mundo democrático de pós-guerra” conscientes da “transformação na forma de se perceberem e aplicarem os direitos, especialmente aqueles listados entre os fundamentais” (GOMES, 2001, p.43).

Essa mudança de comportamento tem se concretizado nas decisões judiciais, conforme ilustrado abaixo, para responder a questão: como a justiça brasileira tem se posicionado diante desse fato?

A Universidade Federal do Paraná<sup>21</sup>, em função do sistema de cotas adotado por ela, recebeu liminar judicial cuja impetrante foi uma candidata ao vestibular de medicina. Das 176 vagas oferecidas para o curso, 106 eram vagas gerais, 35 estavam reservadas para afro-descendentes e 35 para os oriundos de escola pública. A candidata, dentro dos concorrentes gerais, obteve o 118º. lugar e, por considerar que estava impedida de se matricular por causa da reserva de vagas, entrou com mandado de segurança contra a UFPR.

Em seu documento, argumenta: “cotas para negros é medida inconstitucional por violar o princípio de isonomia e porque não há critério razoável para discernir quem efetivamente se enquadra na categoria”.

A decisão do juiz da 1ª. Vara Federal de Curitiba, Vicente de Paula Ataíde Junior, vem ao encontro do previsto por Gomes e será aqui, resumidamente, enumerado: 1) o sistema de cotas baseia-se na autonomia universitária, garantida pelo artigo 207 da CR; 2) o sistema de cotas cumpre a Constituição, em seu art. 3º., III, onde se reza que deve erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades

---

<sup>20</sup> Termos usados por Gomes (2001).

<sup>21</sup> O conhecimento desse fato me veio por e-mail, conforme referenciado. Ver Referências Bibliográficas: ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula.

sociais e regionais; 3) no inciso IV, promete promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; 4) no art. 5º., promete igualdade entre todos sem distinção de qualquer natureza. Após citar a Constituição, o juiz expõe que, para cumprir todos esses artigos, a previsão formal é insuficiente, pois a lei, por si só, não produz nova realidade social e conclui:

torna-se imprescindível formular políticas públicas que estimulem e impulsionem a concretização dessas promessas [...] Não basta afirmar na Constituição que todos são iguais perante a lei, sem nenhuma discriminação; isso não é o bastante para gerar isonomia, é imprescindível consolidar uma igualdade substancial [...] sob pena de jamais termos cumprida a promessa de verdadeiro tratamento igualitário entre as pessoas no Brasil

O texto do juiz elucida questões que são largamente verbalizadas quando do combate à aplicação da ação afirmativa, e ele complementa: “Não há injustiça nisso, pelo contrário, é a justiça que ora é proclamada [...] por essas razões, INDEFIRO A LIMINAR postulada” (grifo do autor).

A impetrante em seu recurso não se refere, em nenhum momento, à reserva de vagas para alunos oriundos de escola pública, ofertadas na mesma quantidade que a para os afro-descendentes. Tal percepção nos remete às constatações de Munanga (2003), Oliveira (2004) e Gomes (2001) de que no Brasil a discriminação é sutil, dissimulada e se situa no campo da discriminação intencional, aquela difícil de ser combatida por se valer tanto do imaginário coletivo, como de um passado escravocrata e patriarcal para sua consolidação.

A atitude da vestibulanda nos permite afirmar que, quando ela não questiona a reserva de vagas para estudantes da escola pública oferecida na mesma quantidade da que é oferecida aos afro-descendentes, ela demonstra claramente seu preconceito contra a população negra.

Retomamos a questão da aplicação do sistema de cotas raciais para a educação superior para buscar responder por que a reserva de vagas no ensino superior para a população negra não é inconstitucional?

Além de considerar todos os motivos já enumerados, percebemos de modo claro que no campo da educação há efeitos “nefastos” da discriminação em razão da raça: “Nesse campo, a discriminação se traduz na outorga, explícita ou dissimulada, de preferência no acesso à educação de qualidade a um grupo social em detrimento de outro grupo social” (GOMES, 2001, p.63).

A população negra ao ter negado seu direito de ingressar no ensino superior fica desprovida dos meios indispensáveis para sua inserção no mercado de trabalho, na busca por melhores empregos, ou seja, ao ser prejudicada pela oferta desigual no campo educacional, é lhe retirado o direito de competição para galgar melhor posição social, logicamente são também reduzidas as perspectivas de bem-estar e sucesso pessoal.

Pode-se, então, considerar como inconstitucional uma medida que visa prover os sujeitos discriminados daquilo que lhes é substancial? Adotando cotas na educação superior como caminho para se alcançar melhores postos de trabalho e prestígio, não transformaríamos essa realidade?

Os registros no orkut que afirmam a inconstitucionalidade das cotas raciais não consideram as evidências da desigualdade nesse campo e nem os estudos sobre essas desigualdades. Todos eles condenam essa modalidade de cotas, muitos se mostram sensíveis às cotas sociais, o que nos faz perceber a insistência em querer negar que há discriminação racial.

Neste depoimento, as cotas aparecem como mecanismo violador do princípio da igualdade:

Logico que é questão de justiça. Algum órgão da sociedade civil organizada deveria entrar no Supremo Tribunal Federal com um mandato de segurança ou com uma ação direta de inconstitucionalidade, pois, o sistema de cotas é inconstitucional na medida que dispõe de forma contrária ao princípio soberano na carta magna da isonomia. Inclusive um ato como esse que atenta contra o princípio da dignidade humana e faça os cidadãos não beneficiados seja excluídos de parte do ordenamento jurídico consiste em ameaça a República. É questão de justiça pois devemos preservar duas cláusulas pedreas e dois outros princípios da carta magna (Comunidade CONTRA COTAS, Tópico “As cotas são inconstitucionais”).

São as cotas raciais que mais têm causado polêmicas, como pode ser observado nesse depoimento. A voz do depoente, no entanto, não soa isolada, parecemos ecoar também na voz do ex-ministro Paulo Renato de Souza, contrário às cotas raciais.

... a maior mortalidade infantil e materna, as altas taxas de desemprego, as diferenças salariais injustas, a pobreza e a fome, o tratamento desigual frente a justiça e a polícia, a falta de acesso aos postos de maior responsabilidade no mercado de trabalho são cargas pesadas que os brasileiros descendentes de escravos carregam até hoje [...]. Entretanto [...] não há por que imaginar que os estudantes pobres, negros ou pardos não entrem na universidade por seus próprios méritos (SOUZA (2001), apud SANTOS, 2005, p.21).

Apesar de conhecer e reconhecer as desigualdades que assolam a população negra, o que faz um então ministro da educação pensar tal como o estudante que depôs acima? Enquanto Souza fala sobre mérito, o depoente fala sobre inconstitucionalidade, mas ambos falam sobre o mesmo objeto: são contrários à implementação de cotas raciais e não as entende como forma de transformar a realidade. O que há sublinearmente no discurso de um e de outro? Acreditamos que se trata de usar um discurso já instituído por parcela da sociedade: quem entra pelas cotas, entraria, segundo eles, sem merecimento.

Os depoimentos muitas vezes tomam outros rumos e os depoentes, no lugar de apenas registrar o que pensam, usam termos ofensivos para diminuir a credibilidade daquele que opina favoravelmente. Neste depoimento, um “orkuteiro” favorável às cotas retira do site da União Nacional dos Estudantes um “slogan” e o usa para confirmar sua posição, o que contraria o seu interlocutor.

‘redução das desigualdades sociais e a igualdade de condições para acesso e permanência na escola’... e não é que eu achei isso escrito no site da UNE!!!! Que cara-de-pau!!!! Se quiser escrever algo que não é seu, cite a fonte!!!! E do jeito que escreveu, parece que o que está escrito, está na Constituição... menos malícia por favor... As cotas são inconstitucionais e o que ele disse é somente uma interpretação que ele Deu à Constituição! (Comunidade CONTRA COTAS, Tópico “As cotas são inconstitucionais”).

O oponente busca a fonte de onde se tirou a frase e pede que haja retratação, deixando claro que o que o outro fez foi interpretar a Constituição. Esse foi o modo que o oponente encontrou para diminuir a força do argumento favorável às cotas, pois, oponente considera as cotas inconstitucionais. Com o que concorda este outro depoente, quando se refere de modo pejorativo a “As tais cotas”.

As tais cotas que algumas Universidades públicas querem instalar são de matéria inconstitucional, creio Eu, com meu pouco conhecimento em tal área do Direito. Afinal, todos os brasileiros são iguais, independente de sua cor, credo ou qualquer outra característica, de acordo com a nossa CF/88, em seu artigo 5º. Logo, aqueles que forem prejudicados com as cotas, ou seja, não conseguirem entrar na Unicamp ou qualquer outra faculdade que adotou tal sistema, podem entrar com uma ADIN (Ação de Inconstitucionalidade), pedindo que seja aceito por ter sido aprovado nos requisitos estipulados pela faculdade (Cotas sim, “Os comuns quatro argumentos contra).

Nos dois últimos depoimentos, ambos se referem à Constituição Federal de 1988, interpretando-a conforme suas próprias convicções e negando a existência da

diferença: “todos os brasileiros são iguais, independente de sua cor, credo ou qualquer outra característica, de acordo com a nossa CF/88, em seu artigo 5º”.

Afirma o primeiro depoente que o sistema de cotas é inconstitucional, pois dispõe de forma contrária ao princípio soberano da Constituição que é o da isonomia. Para ele, as cotas raciais é uma ação que atenta “contra o princípio da dignidade humana”. Nesse momento, o estudante faz uma referência à dignidade humana, de modo totalmente abstrato, não em sua materialidade, uma vez que considera que as cotas feririam essa dignidade, mas ele não demonstra nenhuma preocupação com o outro nesse depoimento. .

Essa idéia de dignidade une-se ao individual e não à coletividade, o que nos remete ao fato de que alcançar direitos é resultado de muita luta que se emaranham em necessidades pessoais antes de serem reconhecidos como direitos (SACHS (1998), apud PIOVESAN, 2005).

Ou, conforme denomina Silva, há uma “resistência anormal” às políticas públicas implantadas para os negros, não percebidas quando implantadas para outros segmentos de grupos vulneráveis no Brasil. O que, segundo ele, “privilegia uma visão freyreana da realidade das relações étnicas e raciais no Brasil”<sup>22</sup> (2003, p.2).

O mesmo se lê neste depoimento:

EU ODEIO AS COTAS PQ! Irão tirar um DIREITO MEU de tentar participar com o número de 100% das vagas! Eu não me ILUDO que o sistema de cotas vai resolver, Realmente o problema da desigualdade. (Comunidade CONTRA COTAS, Tópico “Cotas é questão de justiça”).

Há uma revolta explicitada pelo depoente percebida não só pela frase iniciada em letras maiúsculas, mas também pelo uso da primeira pessoa “EU” e da palavra odiar, seguida pela também em maiúscula expressão “DIREITO MEU”. O estudante compreende ser um direito seu a participação de 100% das vagas nas universidades. Não aceita redistribuição.

Ele nega, apesar de saber que há desigualdade – “o problema da desigualdade”, o direito do outro, considerando-o somente como seu. Em nenhum dos depoimentos aqui citado há preocupação com o reconhecimento do outro. E nem o reconhecimento de que a diferença tem inferiorizado grupos.

---

<sup>22</sup> O autor refere-se a Gilberto Freyre, no clássico *Casa Grande e Senzala* onde descreve uma relação harmoniosa entre senhores de engenho e escravos. Para o sociólogo, a mistura de raças no Brasil tornava o país híbrido e harmônico.

Percebemos pelos depoimentos que esse não é um caminho sem pedras. Há nesse caminho muita discriminação, às vezes explícita, como no depoimento desse médico que se considera acima da Constituição que ele mesmo, quando julga pertinente, defende, e quando não, a desqualifica:

É crime vc discriminar alguém por raça, etnia, opção sexual, deficiência física etc. Mas até o momento, discriminar cotista não é crime. Pode até ser que o nosso glorioso LULLA e seus corruPTos no futuro venham a agregar isto à nossa desgloriosa Constituição, tantas vezes já enlameada. Mas até lá, aproveitemos, e discriminem mesmo esses incapazes que querem subir na vida sem fazer força => só se consegue isso com muito ESTUDO , ESTUDO e ESTUDO (Cotas sim!, “Vamos todos agir assim).

Esse depoente é médico, possui seu próprio hospital e se autodeclara branco. Sua fala denota claramente que ele sabe qual lugar ocupa na sociedade. Ainda que reconheça que a Constituição criminaliza o racismo, não a respeita e a caracteriza como “desgloriosa”. Também chama os cotistas de “incapazes” e nos convida para que os discriminemos, pois acredita que discriminar um cotista não seja crime.

Quantos iguais a ele proferem o mesmo discurso e têm profissão similar? Somente 0.7% dos egressos de odontologia que se formaram em 2000 são negros, o que equivale dizer que “ser dentista no Brasil (como ser médico) é ser branco” (CARVALHO, 2005, p.31). Falando do seu lugar de homem que se categoriza como branco, como ele vê o negro? Como usurpador do lugar já demarcado como território branco.

De acordo com os dados da EDUCAFRO (2006), hoje já são 41 universidades brasileiras a garantir reserva de vagas para o acesso das populações marginalizadas<sup>23</sup>. O que se tem, apesar de todas as críticas, é a eclosão de um novo momento histórico, com o reconhecimento das desigualdades sociais como consequência da desigualdade racial e que esta afeta o desenvolvimento econômico.

Realiza-se também com as cotas raciais o justo cumprimento e efetivação das políticas de ação afirmativa necessária para minorar o grave problema da discriminação racial oriundo do preconceito e do racismo vividos no Brasil. Como expressa a voz deste estudante que ingressou na universidade pelo sistema de cotas:

---

<sup>23</sup> As cotas implementadas variam de universidade para universidade. Algumas implantam cotas raciais, outras raciais e outras étnico-raciais. Podendo conjugar uma e outra, simultaneamente.

Com relação à isonomia o que eu digo é que igualdade jurídica não vale de nada se não houver igualdade social. É irrelevante discutir se a igualdade jurídica entre as pessoas vai ser ferida caso as cotas sejam implementadas. Nessa isonomia jurídica, “alguns são mais iguais que os outros”, como escreveu Orwell (Comunidade Cotas sim, Tópico “Os comuns quatro argumentos contra”).

A idéia desse jovem de que sem igualdade social de nada vale a jurídica está em consonância com a de muitos juristas como Neves (1996); Melo (2001); Bertúlio (2003); Castro (2003); Gomes (2001, 2005); Ataíde Júnior (2006; Jobim (2004) e Silva (2005).

E a citação que ele faz de Orwell evidencia-se de modo claro, e por que não dizer cruel, nos depoimentos dos estudantes contrários às cotas, como o deste candidato a vestibular que, além de denominar o sistema de cotas como uma “grande baderna”, ainda incita aos demais candidatos à “baderna”, isto é, convoca todos para que se inscrevam como cotistas para burlar o sistema que ele considera um “golpe” e, ao agir assim, acredita que vai “fazer as coisas voltarem ao seu devido lugar”.

O sistema de cotas é a grande baderna. É uma agressão à lei, à isonomia e ao direito adquirido por uma justa seleção. Além disso, o subterfúgio é justo porque 90% da nossa população é mestiça. Dar um golpe neste golpe é fazer as coisas voltarem ao seu devido lugar (que é o estado democrático de direito em substituição ao desejo de poder e de privilégios injustos e INJUSTIFICADOS). Além disso, este apelo sectário e racista provoca ódio e segregação racial em um país onde há uma forte tradição de tolerância e bom convívio entre os povos (ou raças, se preferires). Aborda-se a questão do racismo no Brasil em função de um racismo que não existe. Ou seja, são vários os fatores que justificam esta ação. Continuo insistindo: INSCREVAM-SE COMO COTISTAS. DEFENDAM SEUS DIREITOS. MOSTREM A ABSOLUTA FALTA DE SENTIDO DESTE SISTEMA (Comunidade Cotas sim, Tópico “Vamos todos agir assim”).

As letras em maiúsculas foram grafadas desse modo pelo depoente, não somente numa forma de contestação à medida de cotas, mas também, considerando o conteúdo de seu discurso, como um convite a todos os “orkuteiros” contrários também às cotas que ajam como ele.

É necessário também analisar alguns vocábulos ou frases enunciadas por ele: “baderna”, “justa seleção”, “dar um golpe nesse golpe”, “fazer as coisas voltarem ao seu devido lugar”, “apelo sectário e racista”, “país onde há uma forte tradição de tolerância e bom convívio entre os povos”, “em função de um racismo que não existe”. Todas são palavras ou expressões que incitam à revolta e à intolerância.

A palavra “baderna” e as expressões “dar um golpe nesse golpe” “apelo sectário e racista” e em “função de um racismo que não existe” são usadas para designar

o sistema de implantação de reservas de vagas para negros. Como se pode analisar esse discurso? Esse ator, utilizando-se do vocábulo *baderna*, isto é, desordem, clama à implantação da ordem, ou seja, “fazer as coisas voltarem a seu lugar”.

Percebemos que o depoente traz incorporadas noções que ele reconhece como verdadeiras, ou seja, hábitos que ele tem e não deseja ver mudados. Afirma Bourdieu (1996) que “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, [...] como uma figura em um universo de configurações possíveis” (p.15). Por isso, partindo dessa situação percebida pelo depoente de acordo com as “impressões” que ele internaliza do mundo é que tentamos entender por que ele se posiciona de forma tão radical e empiricamente construída.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, construiu, na década de 30, a imagem de um Brasil harmônico, híbrido, miscigenado, em que dizia que “a ‘miscigenação’ e a mistura de culturas não era a danação do Brasil, mas sim sua salvação” (FREYRE, apud FRY, 2005, p. 213). Ou, conforme se lê, no Prefácio da obra escrito pelo autor: “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala”. Depois de mais de setenta anos, pensamento equivalente é expresso por esse jovem, o que confirma não somente a noção que ele traz internalizada de que somos um país mestiço onde não há racismo como determinante de suas crenças.

Acreditamos que analisar o discurso desse ator é importante para compreender por que outros agem de forma similar a dele.

Consideramos que ele entende a estrutura social brasileira como a de um “país onde há uma forte tradição de tolerância e bom convívio entre os povos”, “em função de um racismo que não existe”. Ou seja, a idéia da invisibilidade do racismo no Brasil parece existir para conformar as coisas e as ações.

Justiça é dar as mesmas condições para crescimento a brancos, negros, amarelos, mestiços, etc...para que cada um lute por um futuro e país melhor. Cotas é um tipo de discriminação as avessas, é tapar o sol com a peneira...pois não resolve nem o presente, passado e muito menos o futuro!!!...do que adianta um pardo ou negro conseguir uma vaga em uma universidade, através da "esmola" das cotas, e chegar lá com um ensino fundamental e médio precário?...o prejuízo para a pessoa será na disputa por uma vaga de emprego...e aí, para resolver, será que o governo irá criar cotas para quem entrou na universidade por causa das cotas e precisa do sistema de cotas pra conseguir emprego?...se este governo continuar, eu não duvido..... Sistema de cotas trata o cidadão brasileiro como um



incompetente e sem valor... seja qual for a Sua etnia (Cotas sim, “Os comuns quatro argumentos contra).

A interpretação do depoente de que é papel da justiça dar iguais condições para crescimento tanto de brancos, negros, amarelos, mestiços para que cada um, assim, possa lutar por um futuro e país melhores contrapõe-se ao entendimento atual do que seria justiça efetiva e não apenas formal. Como dar essas mesmas condições? Quais serão esses caminhos? Como cada um irá lutar por um futuro e país melhores? Efetivamente como isso poderá acontecer? Se se não forem dadas oportunidades diferentes para aqueles que são iguais perante à Constituição, mas desiguais perante à sociedade, a realidade não será transformada.

Comparando as críticas contrárias às cotas aos argumentos que as defendem, percebem que de um lado estão aqueles que protegem seus privilégios considerados por eles como justos e legais, para isso se apóiam na Constituição de 1988 e, de outro, aqueles que, cientes da situação de marginalização do negro na sociedade brasileira, inspiram-se também na Carta Magna para respaldar juridicamente as medidas de ação afirmativa em prol da inserção dos negros no ensino superior, entendendo que somente por meio de, em um primeiro momento, uma “desigualação” poderá haver, no futuro, igualdade.

Mérito e inconstitucionalidade são duas faces da discussão para rebater a aplicação de cotas no ensino superior. Outros discursos também se fazem presentes, como o de que no lugar de adotar cota, a saída viável é a melhoria da educação básica e pública e de que as cotas seriam medidas que ampliarão a discriminação racial e aumentarão o racismo. Haverá verdade nesses discursos?

Finalizo a discussão, retomando a questão aberta no primeiro parágrafo. Considerando os dados da desigualdade racial na educação brasileira, poderia a reserva de vagas por meio de cotas ser um ato inconstitucional? A resposta parece-nos evidente: o estabelecimento de cota racial será o mecanismo transformador da sociedade porque será o meio pelo qual haverá a igualdade de oportunidades para a população negra. Porém, muito ainda há o que se fazer, pois o senso comum brasileiro continua a descartar a possibilidade de ser o Brasil um país racista.

### 3.4 – Cotas raciais? Não! Defendo cotas sociais e/ou a melhoria do ensino básico

O impacto transformador da sociedade que seria possibilitado com a adoção de cotas para a população negra parece ser muito pouco considerado, como vemos nos depoimentos registrados no orkut.

Defendem a adoção de outros sistemas de cotas, mas rejeitam sistematicamente as cotas raciais. Melhorar o ensino básico é outro ponto que consideram, embora muitos digam que isso é papel do governo, excluindo-se da responsabilidade, por isso, defendem alguns cotas para “pobres”, esquecendo que “a pobreza no Brasil tem em geral a cor negra” (CARVALHO, 2005).

Levantar os argumentos que defendem as cotas sociais, vulgarmente denominadas de cotas para pobres, e a melhoria do ensino básico, assim como analisá-las é o objetivo deste item. Antes, porém, apresentaremos alguns dados estatísticos registrados pela PNAD (2006) que mostram significativas desigualdades manifestadas entre brancos e negros, homens e mulheres<sup>24</sup> nos mais diferentes campos sociais necessários para compreender porque no Brasil a pobreza tem cor.

Em 2004, o Brasil, conforme sua composição cor/raça, estava assim formado: 51.4% branco; 42.1% de pardos; 5.9% de pretos; 0.4% de amarelos e 0.2% de indígenas. Somando pretos mais pardos alcançamos 48% de negros que formam a população brasileira, ficamos atrás apenas da Nigéria em número de população.

Quando o PNAD/2006 analisa a distribuição populacional nas grandes regiões por cor/raça, temos: a população branca concentra-se majoritariamente na região Sul (83%), na Sudeste, 61%, regiões estas mais desenvolvidas do país. Concentram-se na região Centro-Oeste 57% da população negra e 43% da branca. Nas regiões mais pobres do país e menos industrializadas é onde estão concentrados os negros: 76% no Norte e 70% no Nordeste. O que podemos auferir desses dados?

Se se concentram nas regiões mais pobres o maior número de negros deduz-se que aí estão porque se enquadram nessa categoria. E desenvolvendo o potencial dessa população, desenvolver-se-ia, conseqüentemente, a região, pois é o que vemos nas regiões Sul e Sudeste.

Se tais dados são decorrentes também da discriminação racial, onde ela se faz mais presente, ou onde ela se reproduz? Passeron e Bourdieu mostram que é na

---

<sup>24</sup> Embora o documento da PNAD (2006) registre as diferenças de gênero e cor, ater-nos-emos para a categoria cor, objeto desta pesquisa.

escola onde se concentra a reprodução das desigualdades. Althusser, anterior a eles, analisava o Aparelho Ideológico do Estado, como aquele que dita as normas e impõe as regras sociais. A escola e a família são, então, os ambientes onde se concentram os espaços privilegiados de reprodução da discriminação.

Se família e escola são os ambientes onde se reproduzem as discriminações, também tem de nelas se concentrar, primeiramente, as ações para romper com estereótipos, preconceitos e com todos os efeitos nocivos dessa discriminação.

Desse modo, estaria nas cotas raciais o impacto transformador dessa desigualdade, pois aumentando o contingente negro dentro da universidade os laços de segregação racial poderiam ser rompidos e a escola passaria a ser, não um espaço onde se legitima a diferença, mas onde com ela se depara e se constrói, a partir do espaço educacional, um novo espaço social, econômico, político.

De novo, considerando as regiões, a população negra no Nordeste estuda em média 5.1 anos; a população branca na região Sudeste estuda cerca de 8.2 anos, de acordo com os registros do PNAD/2004. A constatação a que chegamos é de que as diferenças regionais derivam das diferenças educacionais. Ausentes da escola, a população negra tem menos condições de lutar pela conquista da cidadania e dela é retirado o direito de participar da vida econômica. Esse quadro, se não revertido, tende a se perpetuar. Por isso, a necessidade de as cotas dirigirem-se à população negra e não à população pobre, pois estes são discriminados uma vez, aqueles duas: por serem pobres e negros, ou seja, são duplamente discriminados (MUNANGA, 2004).

São várias as polêmicas registradas nas comunidades do orkut. Na comunidade “Contra Cotas”, no tópico “Cotas para estudantes de escolas públicas”, dois estudantes, ambos em escola pública, alegam que são contra as cotas, que o ideal é a melhoria da escola pública. No tópico “oq vc faria ai invéz das cotas?”, na mesma comunidade, há 45 depoimentos que deveriam apresentar soluções, já que o tópico pede isso. Um paulista diz “O que eu faria no lugar das cotas?? **ESTUDARIA!!!**” (grifo dele). Depreendemos, que pela atitude simplista desse paulista, as cotas são para aqueles que não estudam. Ou seja, para estudar basta querer. É isso mesmo? Existem outros depoimentos, em outros tópicos, com a mesma idéia e alguns deles deixam claro que cotista é “vagabundo”, não estudam porque não querem.

Das 45 opiniões postadas no tópico “O que eu faria no lugar das cotas??”, 19 “orkuteiros” disseram que deveriam melhorar o ensino público, essa seria a forma de

fazer com que todos ingressassem a educação superior. Um disse que deveria criar mais cursos técnicos, pois “nosso país precisa de mão de obra especializada”. Entre os 19, nenhum disse como melhorar a escola pública e nenhum respondeu ou considerou este argumento, um dos primeiros a ser postado no tópico de uma pessoa favorável às cotas: “MAS, cotas dão "resultado" imediato. Investimento em ensino fundamental leva ao menos 10 anos para dar fruto”.

Outros sugeriram distribuir bolsas de estudo, um disse que o ideal seria acabar com a corrupção, três citaram o exemplo da USP que criou cursinho pré-vestibular para carentes, “indiscriminando negros, brancos ou índios”. Ou seja, esses três depoentes consideram a USP um modelo, ignorando que essa universidade é uma das mais brancas do país, conforme Carvalho (2005)

Para dar uma idéia do ponto a que chega hoje a segregação racial implícita na vida acadêmica, basta dizer que a famosa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP [...] conta com apenas três docentes negros na ativa, entre seus 504 professores [...]. O objetivo é [...] trazer para o debate a consciência da condição histórica da exclusão racial da universidade brasileira de formar e servir apenas os membros da elite branca que a criou (p.16).

Ou seja, ao sugerir a USP como modelo, esses depoentes, cujas fotos postadas mostram que se enquadram na categoria branca, e também assim se autodeclaram, reproduzem a idéia de que a universidade é um espaço “indiscriminado”.

Outros dois levantam a necessidade de se criar mais vagas e, desse modo, o problema seria sanado. Um deles, diz:

Até agora ninguém falou em criar mais universidades públicas por quê? Por que Ai não haveria o q discutir... Se houvessem vagas para todos (brancos, negros, Amarelos, vermelho, etc) [...] Por exemplo, por que que em vez de criar cotas, o governo federal não federaliza a Univille e a Furb, que são duas universidades em santa catarina que os estudantes estão se organizando para isso... isso representaria um aumento nas vagas públicas para todos... brancos, negros, amarelos, etc... Acho que somente assim, todos juntos exigindo o q é direito nosso poderemos ter uma solução.

A criação de novas vagas na universidade pública seria a solução, mas quem ocuparia essas vagas? Seria a população negra? Ou a população branca que deixariam as universidades privadas e migrariam para a pública?

Outro depoente, branco, como se autodeclara, engenheiro, com idade entre 40/45 anos, propõe ações imediatas, a médio e em longo prazo. Em nenhuma faz referência à situação desigual a qual é submetida a população negra no campo da

educação. Equivalendo-se às idéias do médico contrário às cotas. Ou seja, medicina e direito são cursos de elite e, por isso, brancos. Notamos que todos esses depoentes lutam para manter esses espaços do modo como estão sedimentados.

Para ilustrar, citarei o proposto como ação imediata pelo engenheiro:

Ações Imediatas:

1- Revitalização da escola pública

2- Um programa de bolsa de estudos para aqueles que não conseguiram entrar em faculdades gratuitas e

Que não podem custear uma universidade particular

3- Cobrar mensalidades daqueles que entraram em universidade pública e tem dinheiro para pagar mensalidades, subsidiadas porém pagas, pegar essa verba e aplicar em escolas públicas de ensino primário e médio.

Dos 45 argumentos colhidos nesse tópico, apenas um considera a questão racial. A depoente se autodeclara negra e diz:

O Brasil já reconheceu que existe a discriminação racial [...] houve uma ilusão (com a miscigenação) de haver democracia racial. Mas admitindo-se então que o racismo existe, enquanto ele não acabar é impossível abandonar a idéia de raça, é necessário sim ações afirmativas, porque acima de tudo elas reconhecem que existem grupos com menos oportunidades e que para que tenham as mesmas chances, sejam oferecidos alguns privilégios até que o problema se resolva. [...] a situação da escolaridade pode funcionar sim, mas talvez demore cerca de 30 anos! Temos urgência, e além disso o ensino básico já foi bem melhor em outras épocas e não ajudou a população negra, o que significa que esperar pode ser correr um grande risco. Com relação a autodefinição o próprio censo afirma que aumentou o número de pessoas que se assumem como negra, e também diminuiu o número das que se enquadram eufemisticamente como pardas, o que significa que se as fraudes já eram raras pode ser que diminuam mais ainda, seria até engraçado ver todos se dizerem negros.

Temos sim, um país negro e um país branco. Negar isso é negar a evidência da discriminação. Os registros deixados no orkut, em todas as comunidades pesquisadas nos mostram que, negando o racismo, negam a existência da desigualdade que os contrários às cotas não querem reconhecer, pois, ao reconhecer, haveria de se ter novas atitudes que certamente faria com que os espaços fossem divididos.

A população branca não quer dividir seus espaços e ao pensar essa possibilidade repudia as ações que possam vir a redistribuir lugares.

Essa mãe, carioca, de classe média alta, professora com Ph.D, fala inglês fluentemente<sup>25</sup> e professora visitante do mais tradicional colégio do Rio de Janeiro apresenta sua solução:

Solução (na minha opinião):

---

<sup>25</sup> Todos esses dados foram retirados do perfil do depoente disponível em sua página do orkut.

Criação de turmas de elite, por bairros, onde estudariam os melhores alunos das escolas públicas com os melhores professores. O acesso seria por rendimento, avaliado por provas iguais em cada série. Os piores alunos da turma especial seriam retirados para dar lugar aos novos melhores alunos de cada ano.

Esses argumentos falam do outro sem nunca ter estado no lugar dele. Propor sugestões por meio de um olhar vindo do alto, é um dos grandes riscos de se fazer perpetuar as injustiças. A depoente ainda diz que “vamos parar com esta palhaçada de raça. No nosso país é tudo misturado. Nem preenchi o campo ethnicity no meu profile. Pergunta mais ridícula!!”.

Ao considerar como ridícula e “palhaçada” a questão da cor/raça, a professora nega a se perguntar: sou e penso conforme o lugar que ocupo? Há diferentes? Ocupamos lugares diferentes que nos foram proporcionados conforme minha cor/raça? Ao não assumir sua identidade, ela nega ao outro esse direito e, nesse ato, ela é acompanhada pelos demais donos das vozes aqui registradas.

Helms (apud CARONE, BENTO, 2003) fala sobre a possibilidade de se ver evoluir uma identidade racial branca não racista, alcançada mediante a ação do reconhecimento da própria branquitude, e as implicações socioeconômicas, políticas e culturais de pertencer a essa categoria, definindo uma visão do “eu como ser racial” (p.43). Essa percepção atravessa vários processos e permite que a população branca, ao se reconhecer como tal e o que isso implica, possa perceber a questão racial como um problema oriundo das relações entre brancos e negros (CARONE; BENTO, 2003) e não como comumente temos registrado: como um problema apenas do negro.

Cotistas também opinam no Orkut. Entendemos que suas opiniões são importantes registros de que eles se assumem como tal e também compreendem porque precisaram das cotas para ingressar no ensino superior e fazem do fato, não uma pecha, como num tópico que discute “se seu diploma trouxesse escrito ‘cotista’ você entraria na universidade pelas cotas?”, mas um caminho de luta para a justiça social

Sou cotista!!!

Para que haja justiça social, é necessário que o negro tenha educação, cultura, Esporte, saúde... Desta forma, com formação superior, terei mais força e informação para que minhas gerações futuras tenham base para lutar por justiça social (Cotas Sim!, “Cotas Sim!!”)

É um depoimento simples, carregado, porém, de muita consciência sobre a importância da educação para a conquista da cidadania.

Sabemos que de imediato a melhoria da escola pública não acontecerá. Sabemos que a situação atual exige ações imediatas com resultados também imediatos como, por exemplo, adoção de cotas. As cotas têm duração máxima de dez anos, ou seja, são, como todas as ações afirmativas, medidas emergências que devem ser aplicadas quando se constata sérios problemas sociais. Por tudo isso, creio eu, que quando um cotista se reconhece como tal, ele colabora para que ocorra a transformação social, tanto do pensamento, em consequência, do comportamento e que se estende aos demais campos: educacional, econômico.

Por isso, não é possível apoiar as cotas sociais. Por isso não é possível aguardar pela melhoria na educação básica. As cotas sociais podem contemplar a população negra, mas não discutirá o problema do racismo, da discriminação que impera em nossa sociedade e a emperra.

Na comunidade “Anti-cotas raciais”, em 16 de setembro de 2006, foi criado o tópico “Para os membros de Mato Grosso”. Trata-se da transcrição de um diálogo entre o médico contrário às cotas, aqui já citado, e um candidato a deputado federal.

A essência desse diálogo corresponde à afirmação de que o tipo de racismo que vivemos no Brasil é institucional e estrutural, difícil de combater e, fazendo uso das palavras de Carvalho (2004), é necessário insistir no valor das cotas como mecanismo fundamental da luta anti-racista, ou seja, em sua capacidade de “desestabilizar e expor o racismo acadêmico” (p.80).

O médico recebe do candidato, pelo orkut, um boletim onde este se apresenta. O boletim descreve a vida familiar do candidato, sua religião, suas ações voltadas para a população de Cuiabá, e afirma que é candidato pela primeira vez. E mostra suas propostas, dentre elas “Vou propor a criação da escola de tempo integral, Nacionalização e padronização da Educação”, e também as ações que irá combater: “Casamento homossexual, Aborto, Legalização da prostituição como profissão”. Finaliza dizendo que apóia a família e a ética.

O médico escreve ao candidato, perguntando qual seria a posição dele, em sendo eleito, diante de determinados segmentos sociais – Ministério da Educação e parte do governo - sobre a adoção de cotas raciais e/ou sociais pra o ingresso na educação superior?

O Candidato responde que considera as cotas uma forma de racismo, pois acredita que a educação deve ser “nacionalizada na questão arquitetônica, no ensino,

salários e formação de professores”. E explica que o Banco do Brasil é igual em todo o Brasil, o Mc Donald é igual em todo o mundo, assim as “escolas brasileiras deve ter um padrão nestas áreas que citei”. As ações propostas por ele farão com que não se precise de cotas, pois, segundo ele, “todos nascem com o mesmo nível de inteligência”. O que falta é igualdade de oportunidades. O médico agradece a resposta e diz que pensa como o candidato, pede autorização para divulgar a conversa e afirma

Faço parte de duas comunidades - "Contra cotas" e "ANTI COTAS RACIAIS", que, em conjunto, têm cerca de 60000 membros, segura/e com muita gente aqui de Mato Grosso [...] Outrossim, há o fato de que elas tb são frequentadas por muitos elementos radicais de esquerda, neo-racistas e de linguagem vulgar e violenta, que poderão eventual/e começar a invadir a página de recados do sr., cmo fizeram com a minha.

Ou seja, o médico acredita que como cidadão tem o dever de divulgar sua conversa como o candidato como forma de conscientizar os demais. Estaria, assim, cumprindo seu dever e, ao mesmo tempo, afirmando sua posição contrária às cotas raciais, opinião, conforme já mostramos, com a qual concorda o candidato, também branco e de extrema direita. E, mais, coloca-se como vítima ao pedir licença para expor o diálogo, pois, segundo o criador do tópico, o candidato poderia, assim como ele, vir a ser vítima de grupos neo-racistas. Não considera esse médico que suas opiniões um tanto quanto reacionárias ferem, insultam e violentam a população negra.

Mais uma vez, percebemos a inversão dos valores e papéis sociais além da forma sub-reptícia de atacar o outro. Nesse caso, os defensores das cotas é que são neo-racistas, por isso, capazes de violência.

“Nunca houve tanto para anunciar e nunca foi tão difícil impactar a realidade com a denúncia”, disse Carvalho (2004). É a denúncia que constitui a realidade. A elite branca, com o discurso de que somos mestiços afirma que as cotas não são necessárias, por que haveria de ser se somos iguais? A implementação das cotas, opondo-se ao que pensa essa elite, leva-os a se posicionarem contra e é nesse posicionamento que encontramos as denúncias de um racismo implícito que agora se revela.

No tópico “bom sou a favor das cotas e explico o por que”, da comunidade “Anti-cotas raciais”, a maior parte das opiniões aí explícitas são contrárias



às cotas<sup>26</sup>. Por que isso acontece se é um tópico a favor? O tópico é inaugurado com o depoimento de seu criador

já que estamos falando tanto de igualdade e que seria um "preconceito", a implantação das cotas em todas as universidades coloquemos em questão a situação não só do negro, mas de toda a população de baixa renda, que frequenta durante 11 anos o ensino público (de pessima qualidade, com professores na maioria das vezes desinteressados e sem uma boa "base" para passar aos alunos), sai com ambições como todas as pessoas e vai tentar o vestibular para ingressar em uma faculdade "PUBLICA", [...] sera que esses estudantes estão em pé de igualdade com ele que, que desde cedo teve os melhores professores a melhor estrutura , o melhor cursinho, concerteza é uma disputa totalmente INJUSTA.

Trata-se de uma opinião que tenta mostrar a situação desigual de toda população de baixa renda. Além desse depoimento, deparamo-nos com outro que pede que “não vejamos só o nosso lado, e sim tentarmos mesmo por um segundo nos colocar no lugar do outro”. Alguns insistem em cotas sociais; outro diz que as cotas raciais seria um subgrupo das sociais, segundo ele, adotar ambas, mas as raciais com uma porcentagem menor. Um outro pergunta se os critérios sociais “seriam suficientes para incluir automaticamente os negros e pardos?”. Um deles gostaria de saber que critérios sociais são estes. Outro diz que apóia cotas sociais porque há pobres brancos, e não raciais porque há “muito negro rico”.

Todas essas opiniões são favoráveis às cotas sociais, mas, conforme afirmado, a maior parte é contra qualquer tipo de cota para a educação superior. Um dado que levantamos, embora não quantificado neste trabalho é que pelas fotos postadas nos tópicos e quando pesquisada a etnia do depoente, significativa parte deles, que são contrários, autodeclararam-se branco (caucasiano) ou multiétnico. Refletiriam suas opiniões, as posições de classe que ocupam? Pensamos que sim.

Reafirmamos que o Brasil é um país peculiar em se tratando de preconceito e de racismo. Os alunos brancos pobres e negros pobres não são iguais. São tratados diferentes pelos seus professores, pela escola que frequenta, no bairro onde moram. Por isso, cotas sociais não trariam mudanças substanciais para a população negra (MUNANGA, 2004). Por isso, é preciso políticas específicas para a população negra.

A questão é aumentar o contingente negro na universidade por meio das cotas raciais. Considerando que vivemos em uma sociedade racista onde esse racismo é escamoteado, introjectado no tecido social e que, por isso, escapa do controle social.

---

<sup>26</sup> Necessário salientar que cada pessoa pode deixar quantos depoimentos quiser.

Como combater esse tipo de racismo? Utilizando-se de cotas raciais como modo de inserir e garantir a permanência da população negra em espaços majoritariamente reservados à população branca. Passando a ocupar esses espaços, estes serão discutidos, visibilizados.

Muitos dos argumentos levantados no orkut consideram que cotas raciais é um absurdo contra os alunos brancos pobres. O retrato das desigualdades foi mapeado pelo IPEA, de acordo com o PNAD dos doze últimos anos e não deixa dúvidas sobre o fato de que os negros têm sistematicamente rendimentos *per capita* inferiores aos brancos.

De acordo com os dados dos rendimentos apresentados em 2004, temos que 19.5 da população branca situavam-se abaixo da linha da pobreza, “enquanto mais que o dobro, ou 41.7% , da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade” (p.51).

Em se tratando da situação de indigência, o quadro para a população negra é mais grave, 6.4% da população branca recebe menos de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo *per capita*/mês, esse resultado dá um salto estrondoso de 16.8 para a população negra.

Cotas sociais seriam tão significativas quanto as raciais? Permito-me deixar essa reflexão, pois, creio eu, que ao refletirmos sobre essa questão, estaríamos dando um mergulho no interior de nós mesmos e buscando não somente nos índices de desigualdade social/racial as fontes para as respostas, mas também nos defrontaríamos com a realidade por nós vivida e pelo outro com base na comparação e no confronto eu/outro. Poderíamos, assim, talvez, pela “tomada de consciência”, ser mais justos e honestos conosco mesmo e com o outro.

Alguns pesquisadores afirmam não ser possível envolver-se pessoalmente com seu objeto de pesquisa, pois acima de qualquer questão está a validade dos fatos pesquisados. Mas como fazer quando os fatos se apresentam de forma excludente, cruel e desumana e mesmo assim muitos os desconsideram? De novo, apresenta-se, então, a importância da implantação das cotas raciais, pois possuem um potencial transformador dessa realidade. Nelas estarão contidos os dados para mostrar por que ela se faz necessária e, contrapondo-se aos dados, argumentos racistas aparecerão e revelarão a sociedade na qual estamos inseridos e sobre a qual pensamos.

O retrato da desigualdade, revelado pelo IPEA (2006), mostra que sem dúvida a pobreza é negra e vem se mantendo negra historicamente. Haveria negros ricos? A resposta também está no relatório que apresenta: “quando mais se avança aos

grupos populacionais de maior renda, menor é a proporção de negros” (p.57). Em 2004, entre os 10% mais pobres, 71% eram negros, considerando a distribuição da população por décimos de renda *per capita*, e a presença da população negra cai para 18.6%, quando se considera o grupo dos 10% mais ricos. Ou seja, 79.8% da população branca é rica, contra 18.6% da população negra.

A população brasileira é formada por 48% da população negra. Somos a segunda maior nação negra do mundo em primeiro está a Nigéria, é ela que faz gerar a riqueza do país e, como mostra o relatório, está subempregada ou em trabalhos majoritariamente de baixa remuneração. Essa situação se deve a dois fatores: desigualdade e discriminação. A população negra participará ativamente da economia brasileira quando a ela forem dadas condições de competir com igualdade nos diferentes setores da sociedade, a começar pelo setor educação.

As opiniões registradas no orkut, assim como os constantes insultos raciais, têm me feito pensar sobre os comportamentos sociais, se são realmente irrefletidos ou se refletem aquilo que realmente pensamos e nunca tivemos espaço próprio que nos pudessem dar liberdade de pensamento?

Protegidos por um computador que, de certo modo, isola-nos do mundo, ao mesmo tempo em que nos coloca em contato com ele. Invisíveis porque falamos por meio de uma máquina que, ao mesmo tempo, nos coloca visíveis ao mundo, sentimos que estamos protegidos e podemos, ou achamos que podemos, falar como queremos e isso acaba por nos revelar. Esse fato me foi chamado atenção por Morgado (2006), durante uma aula<sup>27</sup>.

Revelamo-nos no orkut. Sem medo de represálias. Sentimo-nos protegidos e verbalizamos os sentimentos arraigados. Essa descoberta mostra uma nova face do racismo brasileiro. Aquele que faz uso da tecnologia com veículo transmissor de idéias até então por nós internalizadas e somente verbalizadas entre grupos restritos.

Assim agem os contrários e os favoráveis às cotas. O espaço maior nesta pesquisa é dado para os contrários. São seus argumentos nosso alvo. Por quê? Porque por meio deles podemos afirmar a existência de uma sociedade preconceituosa, racista e dissimulada quando se discute a questão racial.

---

<sup>27</sup> A professora Dra. Maria Aparecida Morgado durante aula da disciplina Seminário Avançado II, da qual era ministrante, durante a defesa do meu projeto chamou nossa atenção para esse fato. (6 de julho de 2006-Auditório da Pós-Graduação Em Educação-UFMT).

Mas os favoráveis também têm seu espaço, pois o que eles pensam também sustenta o nosso estudo.

Finalizo este capítulo com a opinião de uma engenheira civil pela PUC/RS, funcionária pública federal, negra, como se autodeclara. Em seu perfil percebemos tratar-se de uma pessoa bem-sucedida.

No Seminário Internacional realizado na UnB, em 1995, para discutir preconceito racial no Brasil, o Presidente da República comprometeu-se a implementar formas de ação compensatória às injustiças cometidas contra os negros no Brasil, ou seja, lançou o movimento nacional de compensação aos descendentes dos escravos. Desde então o governo brasileiro admite abertamente que existe discriminação racial em nossa sociedade e, não nega, a desigualdade racial existente em nosso país. A atual composição racial da nossa comunidade universitária é um reflexo apto da história do Brasil após a abolição. Não precisamos ser historiadores para sabermos que ao invés de investir na qualificação dos ex-escravos, na virada do século XIX, agora cidadãos do país, o estado brasileiro optou por substituir os poucos espaços de poder e influência que os negros haviam conquistado pelo estímulo e apoio à imigração europeia. Devido a essa política racial deliberada de branqueamento os europeus que chegaram ao Brasil, também com baixa qualificação, em poucas décadas experimentaram uma ascensão social impressionante, enquanto os negros foram empurrados sistematicamente para as margens da sociedade. Existem dados estatísticos que comprovam o número reduzido de negros nas universidades brasileiras, desde a criação das mesmas, pois, desde então nunca questionaram a exclusão racial praticada no Brasil, e consolidou-se, assim, serem instituições destinadas a ampliar a elite intelectual branca do país. Em setembro de 2001, a situação racial da UnB foi matéria da capa do jornal *Correio Braziliense*, que referiu-se ao meio universitário como um "gueto negro", devido ao baixíssimo número de alunos negros em seus cursos, bem como de docentes. Meditar sobre a ausência de negros na universidade é atrever-se a revisar os pressupostos dessa brasilidade que ocultou deliberadamente um de nossos problemas mais profundos como nação (Comunidade COTAS, Tópico "Cotas Já!!!").

A depoente mostra-se favorável às cotas, analisa a constituição da sociedade brasileira e cita fatos coerentes com o que argumenta. Esse tipo de depoimento é raro, pois grande parte dos "orkuteiros" se atém a criticar, a ridicularizar o sistema de cotas ou se baseiam no senso comum. Percebemos que os favoráveis apresentam análises de sua compreensão do fato. Ou seja, eles têm de se defender quando são favoráveis. A depoente continua sua análise:

Já é praxe entre os especialistas no tema de relações raciais no Brasil afirmarem: ser negro no Brasil sempre tem sido uma condição humana de exclusão, discriminação, desvantagem e abandono. É ter menos acesso à educação que os brancos. Ser contra as cotas para negros nas universidades é porque concorda consciente ou inconscientemente com o racismo existente, ou porque tenta fugir do problema doloroso de ter que se posicionar contra a continuidade de uma sociedade altamente racista. E onde há racismo não há universalismo. As políticas sociais precisam tratar os desiguais como desiguais. Tratar todo

mundo por igual é cinismo. Não basta não discriminar. É preciso viabilizar as mesmas oportunidades.

E, mesmo não imaginando ser objeto de nossa análise, ela contribui significativamente, pois amplia sua discussão citando duas razões para as reações contrárias ao programa de cotas:

1ª - racismo do tipo automático, irrefletido, naturalizado, culturalmente estabelecido e que não chega a ser reconhecido ou explicitado como atribuição de valor ou ideologia. O professor de escola que simplesmente não acredita que o Aluno negro possa ser inteligente, que não o ouve quando fala nem o percebe na sala de aula.

2ª. - famílias brasileiras "brancas", à exceção daquelas formadas exclusivamente por imigrantes e seus descendentes não miscigenados, lutam, diariamente, com todas as forças, para diluir e esquecer sua parcela de ancestralidade negra. A fala sobre cotas parece trazer como subtexto a afirmação de que esse esforço por esquecer o escravo dentro de si, por apagar o traço do seu sangue, foi um esforço INÚTIL (grifos da depoente).

Entender as cotas raciais como forma de instrumento para a transformação social e do pensamento brasileiro não é um racismo às avessas, não é desconsiderar a existência do mérito, não é apoiar ações inconstitucionais. Também não significa desconhecer que no Brasil há pessoas pobres que são brancas e deixar de exigir a melhoria do ensino básico.

Ao compreender as cotas como mecanismo transformador, entendemos que elas são um caminho importantíssimo para que realmente se discuta e se reconheça a necessidade de melhoria do ensino básico; para que se reconheça o estado marginal em que se vive a população negra e que com a melhoria das condições da população negra majoritariamente pobre, a economia brasileira será impactada e, em consequência, refletida nos brancos que são pobres. E, por fim, ao discutir as cotas raciais por meio dos argumentos do orkut, apresentamos a sociedade brasileira pela sua própria voz: racista e sem dissimulação.

Após as discussões e análises elaboradas, passaremos para o capítulo IV, onde discutiremos se as cotas raciais é uma forma de discriminação e analisaremos os insultos raciais contidos nas críticas e registrados pelos depoentes sem nenhum pudor ou receio.

**CAPÍTULO IV**  
**NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA DISCRIMINAÇÃO. TINHA UMA**  
**DISCRIMINAÇÃO NO MEIO DO CAMINHO**

Por que este capítulo se intitula: “No meio do caminho tinha uma discriminação. Tinha uma discriminação no meio do caminho?” De que tipo de discriminação refere-se uma e outra frase?

A primeira discriminação que havia no caminho é a discriminação negativa. A presente nos opositores de cotas que emperra e impede que uma parcela significativa da população brasileira - a negra - possa alçar caminhos de sucesso, de crescimento econômico, de educação sonhados.

A segunda é a discriminação positiva, possibilitada por um dos instrumentos de ação afirmativa, a cota racial. Esta que tem como princípio permitir o ingresso da população negra nos estreitos caminhos da universidade pública brasileira.

Mas como transpor a primeira discriminação? Se esse caminho vem permeado por estigma, por descréditos, por chacotas, por insultos, por fazer com que a vítima muitas vezes acredite ser ela mesma a responsável por sua situação, tornando-o um problema do negro e não um problema que deve ser enfrentado tanto pela população negra como pela não-negra.

As cotas raciais têm sido entendidas por aqueles que não acreditam em seu efeito positivo como um modo de racializar a sociedade brasileira, criar o racismo em um país até então “cordial” e, ao combatê-las, os oponentes insultam não somente a população negra, como todos aqueles que defendem esse mecanismo.

Neste capítulo, registraremos esses insultos e os argumentos utilizados no debate e os analisaremos.

A primeira questão é: se somos mesmo um país “cordial”, onde não há existência de raças e nem divisão racial por que, de um momento para outro, o orkut, criado em 2004, começou a ter tantas comunidades e tanto tópicos debatendo a questão? Que fenômeno é esse?

Lendo um depoimento no orkut, uma passagem me chamou a atenção. O de um jovem negro de 19 anos. Ele diz que apesar de estudar bastante, ter tentado o vestibular e não ter sido aprovado, mesmo assim não ingressaria na universidade pelo sistema de cotas porque não queria ser chamado de “burro”. Mandeí a ele um “scrap”, onde dizia: “Oi, pesquiso sobre cotas raciais no orkut e vi seu tópico. Fiquei assustada com o modo como vc se referiu à questão. Podemos conversar. Achei, por isso, que vc era branco, daí fui olhar em sua etnia, vc se autodeclara negro. Olha, não quero

polemizar. Minha intenção é entender porque alguns negros não apóiam as cotas. Se vc não se importar, gostaria de conversar com vc. Ouvir mais sua opinião. Bom dia e obrigada”. Imediatamente, ele respondeu:

perdão maristela se isso foi ofensivo, mas eu odeio cotas raciais é pelo seguinte motivo, isso para mim é uma forma desonesta de disputar uma vaga na universidade, vamos supor que cotas fossem para brancos, como nós negros reagiriam?eu odeio certas formas como o racismo é tratado no brasil, quando eu soube como funcionava o sistema de cotas eu fiquei indignado, eu cheguei até pensar que os negros intelectualmente falando eram inferiores aos brancos. veja:se uma pessoa estuda para entrar na faculdade e outra que faz menos pontos(estudou menos) passsa na frente é correto?minha mãe me ensinou que honestidade esta em 1º. Lugar, nós negros sofremos muito com a discriminação somos rotulados(préto é bandido,cachaceiro,não é inteligente e aí como fica minha auto-estima?) eu vou lutar para entrar na faculdade sem cotas eu não sou inferior a ninguém. esse é um dos motivos de ser contra cota.

“Eu odeio cotas raciais”; “Eu odeio certas formas como o racismo é tratado no Brasil”; “Nós negros sofremos muito com a discriminação, somos rotulados”, são palavras desse jovem. Ele reconhece porque sente a discriminação racial, por isso também se defende dela da forma como pode. Por sentir os efeitos da discriminação, diz odiar as cotas porque percebe que elas estão sendo usadas como argumento pela população branca para aumentar a discriminação. Diz ainda odiar certas formas de como o racismo é tratado no Brasil. Em seu raciocínio empírico reconhece o que muitos negam: a existência de deferentes formas de racismo presentes na sociedade brasileira.

O negro que rejeita a existência da discriminação, defende-se dela porque reconhece seus efeitos. O branco nega a discriminação porque a aceitando tem de se reconhecer racista, ou seja, terá de se ver como racista e como também responsável pela caminhada marginal da população negra.

Nos estudos de Nogueira (1985) desenvolvidos nos Estados Unidos, no fim dos anos 40 e 50 do último século, em que ele mostra as diferenças do racismo entre aquele país e o Brasil há muitos registros que podemos trazer para a atualidade para que possamos entender a reação dos “orkuteiros” contrários às cotas raciais.

Nos anos 1950, o autor mostra que há um encantamento dos Estados Unidos pelo Brasil por entender que aqui se vivia em um paraíso de relações sociais, ou seja, não havia conflitos entre a população branca e negra.

O Brasil era, então, modelo de paz racial para aquele país que vivia intensos conflitos nessa área, vivíamos o que mais tarde passa a ser compreendido por



Fernandes e Bastide como o “mito da democracia racial” que perdura até nossos dias, como se vê nesse depoimento de agosto de 2006.

Trabalho em escola pública e sou obrigado a perguntar aos alunos qual é a cor/raça deles. Eles se sentem ofendidos e ultrajados, classificados como num regime nazista! Eu por exemplo sou neto de negros e tenho tio-avós indígenas mas a cor da minha pele é branca. Qual é a minha etnia? Pra mim esta pergunta não me interessa! Somos um povo mestiço Graças a Deus! (Contra Cotas, “como retribuí os prejuízos que o negro carrega?”).

Esse professor que registra seu depoimento no orkut mostra seu desconforto ao ter de trabalhar com a categoria cor quando ele mesmo não sabe se autotransclassificar. Ao mesmo tempo, ainda mostra que essa questão não lhe interessa, pois “somos um povo mestiço”. Há quanto tempo essa questão ronda o imaginário brasileiro? A política de branqueamento iniciada no século XIX para a construção de um ideário de miscigenação ainda ocupa lugar nos discursos do século XXI.

Já nos anos 50 do século XX, Oracy Nogueira denunciava que os norte-americanos “de cor” que acreditavam na pacificidade racial do Brasil não percebiam as divergências na conotação de “negro” tanto em seu próprio país como no Brasil. Não viam como aqui se mascaravam, e ainda mascaramos, o preconceito racial de modo sutil e com subterfúgios.

Narrando sua própria experiência, Nogueira fala de um superior seu, mulato escuro, norte-americano, que relutava em aceitar os estudos sobre a situação racial brasileira, “aos quais acusava de estarem suscitando um problema a seu ver inexistente” (p.7). Segundo o autor, esse homem era o que ele denomina de “branco social”, isto é, o um afrodescendente que, por ter ascendido socialmente, não mais se via como negro. A partir daí, foi que começou a registrar dois conceitos, que se tornaram fundamentais em seus estudos, que no Brasil o preconceito é de marca e nos Estados Unidos, de origem. Embora diferentes, ambos dão origem a profundas desigualdades.

Esses fatos são importantes de serem relatados, pois explicam o porquê, por exemplo, de um professor acreditar que somos mestiços e que são irrelevantes as questões raciais.

Ao afirmar que seus alunos da escola pública se sentem “ofendidos e ultrajados” quando têm de se classificar, justifica também a afirmativa de Oracy que afirma ter entendido melhor

o drama do negro que, vivendo no mundo dos brancos, é induzido, ainda que com relutância, a interiorizar os valores culturais destes, inclusive sua preferência etnocêntrica pelas características físicas caucasóides: do negro que, subjugado pelo branco, introjeta sua imagem e vê a si mesmo do ponto de vista dele. É o drama do negro colonizado, escravizado, destribalizado, despojado de sua cultura e imerso na cultura do branco (1985, p.16).

Por isso, muitos negros não desejam discutir a questão racial, pois são levados a percebê-los como um problema do negro porque obrigado foi a aceitar hábitos que não seus, a se ver pelos olhos do outro e, por isso, sentem-se “ofendidos e ultrajados” quando têm de se reconhecerem como pertencentes à população negra uma vez que sabem o significado desse pertencimento.

A escola, o outro, a família são os responsáveis pela criação e manutenção dessa imagem.

Veja o que, de novo, responde-me o estudante carioca de 19 anos,

Maristela obrigado por me entender... mas você acha que com cotas raciais o preconceito vai acabar? eu creio que não, hoje em dia o branco domina o mercado em todos os setores e todos eles(não sei se é certo generalizar)são contra cotas, existe alguma lei que obriga alguma empresa contratar negros?claro que não. O que adianta ter diploma se não tem emprego? o negro tem a auto-estima baixa, a mídia nos ataca toda hora(novelas,propagandas,filmes) o negro não se vê. enquanto as criancinhas ricas crescem ouvindo"você será presidente"o negrinho de favela ouvi"você tem que trabalhar"pois que exemplo os negros tem a seguir? sempre crescemos ouvindo que somos feios,macacos a inteligencia caucasiana é superior(tira das pessoas bem sucedidas)e o negro pensa que isso é verdade e acaba se tornando um futuro marginal e não acredita que possa se tornara alguém, o racismo deveria ser debatido na escola para que problemas como esse não aconteça, cotas raciais irão piorar as coisas o negro tem que por na cabeça dele que superioridade caucasiana não existe e que ele pode crescer sem ajuda, cotas para mim é forma de humilhação.

A realidade percebida por esse jovem negro é a mesma de milhares de negros desse país. Ele, embora rejeite as cotas, mostra com coragem por que o faz. Reafirma com sua percepção sobre a situação pela qual passa os negros, o que demonstrou Nogueira em seus estudos “duvido que um brasileiro branco de camada média para cima não faça diferença entre um pobre preto e outro branco [...] a miséria é menos surpreendente em negros do que em brancos” (p.23).

Não tem sentido, então, o medo que ecoa da voz desse rapaz? Quando ele pergunta se há leis que obriguem empresas a contratar negros, responde ao que se tem postado no orkut: com cotas, os negros deixarão de ser contratados, pois, pelo simples fato de serem negros, poderão ser cotistas. É esse tipo de mensagem que tem permeado o orkut – você contrataria um cotista?; e se seu diploma viesse marcado “cotista”, você se inscreveria pelas cotas”? São mensagens com o claro intuito de desestabilizar aquele

que já se encontra em estado de desestabilização e, por isso, atingem com perfeição o alvo.

A pergunta que ele me faz sobre o fato de poder as cotas raciais acabar com o preconceito, o que ele acredita que não porque reconhece o domínio da população branca, eu respondo de acordo com meus estudos: acabar com algo que vem há anos sendo discutido por uns e reafirmado por outros não é fácil. Porém, as cotas raciais jamais farão aumentar o preconceito, este já tem proporções insondáveis.

As cotas farão com que os brancos se vejam como brancos. Farão com que eles se percebam em situação de privilégio. Essa nova visão tem de levar à mudança social. Entendo, assim, que as cotas são um mecanismo possibilitador da transformação do pensamento sobre a questão racial e darão visibilidade a essa questão.

Neste capítulo, o objetivo é discutir a discriminação e as ofensas raciais de modo a provar a existência do racismo na sociedade brasileira, e mostrar, também, que a crença de que vivermos numa democracia racial - ainda que já tenha sido comprovada há mais de 40 anos tratar-se de um mito - resiste e persiste em continuar na mentalidade do brasileiro. É necessário, por isso, antes de falar da discriminação, conceituar preconceito, pois é ele o causador da discriminação e também raça.

#### **4.1. Conceituando preconceito**

O preconceito, conforme a definição de Nogueira (1985), é uma atitude que envolve “aspectos cognitivos (estereótipos, teorias explicativas, etc), afetivos (insatisfação estética, antipatia, desconfiança, ódio) e comportamentais (agressões verbais e físicas, segregação, discriminação)” (p.27). Todas essas atitudes estão representadas na fala do professor citada acima, como na do estudante. Com uma diferença, o professor mantém seu preconceito e o estudante é o receptor desse preconceito.

Assim, como também considera Fernandes (1978), o preconceito racial é uma elaboração ideológica, como o é o próprio conceito de raça e de discriminação.

Para Guimarães (1994), a discriminação decorre da estrutura social a que ela está associada. E, complementando a afirmação de Guimarães, Medeiros (2003) mostra que a sociedade brasileira é hierarquizada, ou seja, divide-se em classes sociais, uma se sobrepondo a outra, por isso o preconceito racial e a discriminação encontram espaços para se reproduzirem.

Tal hierarquização está formalmente demonstrada no orkut, onde muitos dos depoentes dizem sem meias palavras, “sou branco”, “estudo em escola particular”, “não tenho de pagar pela deficiência do outro”, “eu faço sacrifício, ele que faça também”. Esses e outros depoimentos consolidam-se na superioridade de um sobre o outro, deixando explícita a divisão social hierarquizada em classes e fundamentando o preconceito, reafirmando-o por meio de pilhérias, como abaixo.

**Ignorância mesmo, né!**

Falou que os negros tem séculos nas nossas mãos... Pois saiba o senhor, que os próprios 'reis' negros da África vendiam seu povo, traíndo sua raça”.E que culpa temos nós brancos? Se esta a venda é para comprar 😊. Viva a raça e a cultura branca! Ein Krieg, Ein Sieg!

Considerando, neste estudo, o conceito de que o preconceito de marca é o que predomina no Brasil, percebemos que tudo aquilo que pode se incluir aí é valorizado, como a aparência física, gestos, sotaques e qualquer outro traço cultural é utilizado para marcar a população negra. A marca acima está representada de dois modos.

Em primeiro, entende que se as tribos africanas escravizavam os vencidos nas batalhas, o mesmo é válido para a “cultura branca”. O ator do discurso não se preocupa com a cultura das tribos africanas, simplesmente a retoma como, se é lícito por eles vender seu povo que os vendamos também. E, em segundo, o traço mercantil, capitalista, “se está a venda é para comprar”. Está em “nossas mãos”.

A questão é: de quem são essas mãos. Da raça e da cultura branca pelo ator exaltadas. Esse depoimento revela que o preconceito quando externalizado traz marcas de violência, em que o outro não importa, isto é, não há quaisquer resquícios de sentimento de alteridade nesse depoimento, pelo contrário, mostra concordar com a violência imposta à população negra, para ele, decorrente da escravidão.

Pelas reações levantadas no orkut, pela insistência em negar que raças existem, que discuti-las não é importante, é que temos de insistir no fato de que, pela negação, é que se reconhece a existência de um problema. Ou, conforme Nogueira (1985), considerando o ponto de vista sociológico, sempre que houver grupos humanos que tratam os outros e a si mesmos como “racialmente” diferentes e cujas diferenças justifiquem desigualdades sejam de condições de vida ou de tratamento, envolvem-se aí “relações raciais”, isto é, relações de preconceito, discriminação, desigualdade social,

econômica, política entre outros que precisam ser analisadas para poder, então, serem combatidas.

Os intelectuais brasileiros tendiam, no início e meados do século XX, a negar ou subestimar a existência de preconceito racial no Brasil. Esses estudos foram contestados por Bastide e Fernandes ainda na década de 50, concomitantes às pesquisas de Nogueira, quando aqueles foram contratados pela UNESCO para fazer um estudo da convivência entre as raças no Brasil de modo a provar a cordialidade racial existente entre o povo brasileiro. Os estudos, no entanto, confirmaram o contrário e vêm ao encontro daquilo que os brasileiros de cor tentavam mostrar, como Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, por exemplo.

A partir daí, novos estudos se estabelecem no Brasil e, nessa trajetória, chegamos aos atuais estudos sobre relações raciais. Esses estudos se pautam nas teorias desenvolvidas no século XX e também por novos estudiosos da questão, como Guimarães (1999, 2003...) um dos sociólogos que mais tem escrito sobre essa questão no Brasil atualmente.

Considerando os conceitos de Nogueira, vemos que a noção de mestiçagem no Brasil ainda é bastante significativa porque nos pautamos no preconceito de marca, ou seja, a concepção de branco e não branco varia de indivíduo para indivíduo, o que tem levado algumas pessoas a questionar os critérios válidos do IBGE como duvidosos, isso porque, percebemos em nossas análises, não atende aos interesses da população branca.

Só para constar, a miscigenação no Brasil e em todo o mundo é uma realidade. Mas não regra absoluta. E ainda existem os não miscigenados, sejam brancos, negros, asiáticos, índios... Racismo é querer negar este fato (Comunidade Contra cotas, Tópico "Orgulho branco").

---

O conceito de raça/cor/etnia nunca foi bem esclarecida e nem deveria ser usada como parâmetro (Comunidade Contra Cotas, Tópico "como ressarcir os prejuízos que o negro carrega?").

---

Notamos que qualquer manifestação sobre a questão raça/cor é contestada, negando-se a existência de ambas. Assim, muitos afirmam que têm amigos negros e gostam deles independente da cor, ou dizem - meu amigo é negro e muito inteligente - ou ainda, na comunidade Contra Cotas, no tópico "Sou negra e contra



Flight the power!

a dona maria esta redondamente enganada em nao defender o regime de cotas pra sua própria raça essa atitude é conformista e agrada a burguesia cada raça que defenda antes de tudo seus próprios interesses humpf.

Uma pessoa negra ao se recusar a aceitar a existência do racismo, ao afirmar que a população negra pode vencer sozinha, por seus próprios méritos é logo aclamada positivamente pela população branca, isto é, aceita por eles.

Maria, ao preencher seu perfil no orkut, não registrou sua etnia. Ela só se autodeclara negra no tópico criado por ela. Há uma contradição nesse fato. Qualquer “orkuteiro” poderá entrar em sua página, porém irão à comunidade contra cotas e a seu tópico menos pessoas. Por que em um ela se autodeclara e em outro não? Acreditamos que há uma intencionalidade nesse fato. Essa ação não foi neutra. Quando não preencheu o campo étnico a que pertence ela negou seu pertencimento à população negra, pois se considera vencedora, como mostra nos depoimentos posteriores e alguns serão ainda citados nesta pesquisa.

Todos esses depoimentos mostram como a discussão racial no Brasil ainda é antagônica. Baseada no preconceito de marca que estigmatiza a população negra e que faz, como resultado disso, que pessoas que estejam do mesmo lado, isto é, que tenham os mesmos traços, não se reconheçam e não se identifiquem com a luta de seus pares, como é o caso da criadora do tópico.

O preconceito é uma marca que trazemos internalizada em nossas ações diárias e que resulta em discriminação racial, no caso deste estudo. Um outro fator, porém, é importante de ser estudado, pois o preconceito se originou de quê? Da construção ideológica das raças.

#### 4.2. O conceito de raça

Ainda que se negue, os espaços raciais no Brasil são bem demarcados, conforme mostra o Relatório do IPEA, 2006, *o Retrato das desigualdades*. A população negra engajada politicamente também tem consciência desse fato, como vemos no relato a seguir.

O Brasil, ao longo da sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, onde as posturas dentro do âmbito legal eram permissivas diante da discriminação e do racismo que atinge a população negra. Posturas como a proibição à escola e ao trabalho contribuiu e muito para aquilo que chamamos de

atraso social. O dia 13 de Maio de 1888 ficou marcado na história como o dia em que a comunidade negra fora liberta do processo escravocrata, mas o Dia 14, o dia esquecido, foi aquele em que os negros não sabiam para onde ir, que não tinham o que comer e que só tinham as ruas e a discriminação como herança. O dia 14 de maio de 1888 ainda continua vivo, seu reflexo mudou muito pouco aos dias atuais. Hoje, ainda encontramos práticas de racismo marcadas por posturas subjetivas e objetivas de preconceito e discriminação ao SER negro: vejamos o perfil etnográfico das favelas, das celas penitenciárias, das chacinas, as ações policiais nas periferias e os ataques de satanização às manifestações religiosas de origem afro-brasileiras, a isto chamamos de DIA 14. Acreditamos que ações afirmativas com este teor ajudarão não somente aos negros, mas a sociedade brasileira como um todo a entender que algo precisa ser feito para democratizar a educação, o trabalho, a saúde, o tesouro nacional e para que nós nos respeitemos enquanto DIVERSIDADE que somos (Comunidade Milton Santos, Tópico “Cotas Sim!!!”).

Esse depoimento é de um ator e também estudante de música na UFBA, negro, engajado na luta política de seu povo. Nele, reconhece-se a discriminação e a existência do racismo e um dado novo, o “do dia seguinte” – o 14 de maio de 1888, considerado “o dia esquecido [...] aquele em que os negros não tinham para onde ir” que continua ainda vivo porque, assim como mostra o depoente, e também como mostram os registros deixados no orkut, “ainda encontramos práticas de racismo marcadas por posturas subjetivas e objetivas de preconceito e discriminação ao SER negro”.

Apesar da recusa constante à questão da raça, da afirmativa de que somente existem raças humanas, que se discutir raças levará ao racismo, que iniciar a discussão sobre o conceito de raça pela voz de um negro é importante, pois ele, em sendo negro, ocupa um lugar diferente e reconhece isso.

Ele se expressa conforme o lugar que ocupa: o lugar do negro marcado na sociedade brasileira, de acordo com sua raça/cor e o que implica essas categorias.

Antes, ainda, de passar para os conceitos teóricos, precisamos perceber mais detalhadamente como o músico percebe a questão da raça, pois sua visão vai ao encontro daquilo que sociólogos, como Guimarães, colocam sobre como se deu a construção da idéia de “negro”, “branco” e “raça” na sociedade brasileira

A RAÇA É HUMANA, MAS O PODER É DE QUEM? Para a abordagem da Consciência Negra, reconhecemos a existência de uma força principal na África do Sul. Trata-se do racismo branco. Essa é a única força contra a qual todos nós temos de lutar. Ela opera com uma abrangência enervante, manifestando-se tanto na ofensiva quanto em nossa defesa. Até hoje seu maior aliado vem sendo nossa recusa em nos reunirmos em grupo, como negros, pois nos disseram que essa atitude é racista. Desse modo, enquanto nos perdemos cada vez mais num mundo incolor, com uma amorfa humanidade comum, os brancos encontram prazer e segurança em fortalecer o racismo branco e explorar ainda mais a mente e o corpo da massa de negros que não suspeitam de nada. Os seus agentes se encontram sempre entre nós, dizendo que é imoral nos fecharmos num casulo, que a resposta para nosso problema é o diálogo e que a existência do racismo



branco em alguns setores é uma infelicidade, mas precisamos compreender que as coisas estão mudando. Na realidade esses são os piores racistas, porque se recusam a admitir nossa capacidade de saber o que queremos. Suas intenções são óbvias: desejam fazer o papel do barômetro pelo qual o resto da sociedade branca pode medir os sentimentos do mundo negro. Esse é o aspecto que nos faz acreditar na abrangência do poder branco, porque ele não só nos provoca, como também controla nossa resposta a essa provocação. Devemos prestar muita atenção neste ponto, pois muitas vezes passa despercebido para os que acreditam na existência de uns poucos brancos bons. Certamente há uns poucos brancos bons, do mesmo modo que há uns poucos negros maus. Mas o que nos interessa no momento são atitudes grupais e a política grupal. A exceção não faz com que a regra seja mentirosa – apenas a confirma. (perfil social do depoente)

Essa mensagem está na página do perfil social do depoente e foi formulada por Bantu Steve Biko, “A Definição da Consciência Negra”<sup>29</sup>. O que vemos aí: primeiramente, a questão de já demonstrar a consciência sobre o imaginário do sentido de raça humana. A raça é humana, mas o poder é de quem? A partir dessa indagação, deparamo-nos com duas raças – branca e negra. Aquela portadora do “racismo branco”. Esta subjugada a esse racismo.

Parcela da população negra, nessa análise, é a aliada desse racismo branco porque se recusa em se reunir em grupos, pois essa atitude seria considerada racista. Assim, o poder da raça branca, ao instituir esse discurso, fortalece-se, visto que consegue fazer com que a raça negra se perca, cada vez mais, “num mundo incolor, com uma amorfa humanidade comum”.

Essa reflexão é fundamental para compreender o porquê de Guimarães afirmar que atitudes culturalistas não irão resolver o problema do racismo, que abandonar conceitos de raça, considerando apenas a raça humana como existente não possibilitará o combate ao racismo.

A consciência da Comunidade Negra sobre a importância do discurso racial também é reconhecida pelos teóricos das ciências sociais, como Kabengele Munanga, Antônio Sérgio Guimarães, José Jorge de Carvalho, Oracy Nogueira entre muitos outros.

De todos os registros feitos até o momento, um fato não se contradiz: a existência do preconceito racial e da discriminação no Brasil e de que o conceito de raça tem sim validade, como afirma Guimarães (1999), é um constructo social e como tal deve ser entendido e analisado, jamais negado.

---

<sup>29</sup> A íntegra dessa definição está na comunidade Steve Biko, no tópico “A definição da Consciência Negra”, no endereço <http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=882297&tid=9042380&start=1>].

No Brasil, ao contrário de alguns países, como os Estados Unidos – por exemplo – o uso do termo raça é evitado porque considerado pejorativo.

Quem ganha com isso? Ao evitar o uso do termo raça, essa questão torna-se invisível, por isso, aqueles favoráveis, nas ciências sociais, ao conceito de “raça”, mostram que o uso do termo é essencial, pois demonstra o caráter específico de práticas e crenças discriminatórias, como denuncia o depoimento do jovem músico.

O conceito de raça já não é mais considerado segundo a questão biológica. Primeiro, presente no campo das ciências naturais. Após o evolucionismo/darwinismo, esse conceito foi tido como inválido. Existiriam, assim, raças humanas e estas passam, então, a ser tratadas como iguais, isto é, do ponto de vista humano somos todos iguais.

No entanto, o conceito raça não perdeu a validade no campo das ciências sociais. A realidade das raças limita-se, hoje, ao mundo social, e é nesse mundo que as raças são nomeadas.

O racismo decorre da concepção sociológica da existência de raças e, de acordo com Guimarães (1999) é uma forma bastante peculiar de tornar natural a vida social, ou seja, é um modo de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças compreendidas como naturais.

No Brasil, como convivemos com preconceito de marca, esteticamente não fica bem falar em raça. Tal palavra circula entre os movimentos sociais onde militam pessoas que se sentem discriminadas por sua cor/compleição física e, por outro lado, é combatida por aqueles que, por se valer da “naturalização” entre as raças, abominam esse conceito ou, simplesmente apontam-no como uma reversão da idéia.

Usam a questão raça como se fosse, então, algo natural, espontâneo, ou seja, é natural o orgulho da raça branca pela supremacia branca. Notamos que é uma outra forma, mais agressiva, de envergonhar o negro.

Eu sinceramente não entendo pq as pessoas consideram racismo alguém dizer que tem orgulho de ser branco? Qual o problema ,devera ter vergonha aquele que tem a pele branca exatamente pq?Por causa do Hitler?Por causa da escravidão dos negros?Se o cara vier aqui e colocar que tem orgulho de ser japonês ninguém vai achar que é um ataque aos negros ,mas se um branco desfila com uma camiseta "100 % branco" ,é taxado como racista.Isso sem contar na infinidade de pessoas que se declaram brancas e na hora de prestar vestibular lembram de sua miscigenação (Comunidade Contra Cotas, Tópico “Orgulho branco”).

Como vemos, uma outra corrente agora se expande. Se já não podemos mais negar a existência da raça, pois os dados estatísticos, assim como estudos sérios ligados às ciências sociais, dão-nos conta não só da existência da raça, como também do seu valor perpetuador das desigualdades, então criamos uma contracorrente, isto é, se a raça negra tem orgulho de ser negra, criamos o orgulho da raça branca, como se este já não existisse.

Mas há outros depoimentos que também nos surpreendem sobre a questão racial:

Hoje o apartheid é uma aberração que faz parte de um passado sombrio da África do Sul que absurdamente anda influenciando alguns supostos "intelectuais" brasileiros que adotam uma postura segregacionista onde o brasileiro deve indentificar-se como "0" ou como "1". Estabeleceu-se a teoria da nação "bi-color" onde deve-se obrigatoriamente adotar uma identidade "0" ou "1". Ou se é negro ou se é branco. O "0,5" passa a ser ignorado e banido (o "cinza" não existe mais) (Comunidade Contra Cotas, Tópico "Apartheid").

Ao finalizar seu depoimento, o orkuteiro se diz "cinza". No tópico "Apartheid", a discussão gira em torno do que é apartheid e se aqui vivemos sob esse regime. Algumas definições presentes no tópico chamam-nos a atenção: "Apartheid é separatismo racial. É qdo a sociedade te classifica por raça e te separa por raça"; Apartheid é o q as organizações de (in)consciência negra querem implantar no Brasil".

Referências ao "orgulho branco", "apartheid" são formas simbólicas usadas para condenar os negros por estar lutando para ocupar lugares sociais já demarcados. A ironia e o deboche são as marcas dos dois últimos discursos aqui registrados.

Pelos depoimentos, vimos que não há como negar a existência do conceito raça como fruto do pensamento social. Negando a sua existência ou confirmando seus efeitos, de um modo ou de outro esse conceito se presentifica.

A atribuição de cor aos indivíduos, prática muito comum no Brasil, é a responsável por fundamentar a construção de grupos de cor pelos sociólogos e pressupõe tanto a ideologia racial como uma forma peculiar de racismo (GUIMARÃES, 1999).

Guimarães reflete sobre o conceito de raça, passando por vários outros. Pois, segundo ele, a tensão existente entre o que ele denomina de ideário anti-racista – negava a existência biológica das raças - e da ideologia nacional - que negava a

existência de racismo e discriminação racial - acabou por suscitar uma redesignação do uso do termo.

Necessidade de teorizar as 'raças' como elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem no sentido estrito e realista da ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (p.64).

Ao "brincarem" se no Brasil existe ou não o "apartheid", os depoentes tentam, talvez, ridicularizar o sistema de cotas raciais porque ainda estão envolvidos no mito da convivência pacífica entre os brasileiros. A mesma coisa pensa este jovem:

Eu acho também. Esse é caminho pra em alguns anos começar a negro bater em branco pelo simples fato de ser branco, branco bater em negro pelo mesmo motivo, coisas que nunca presenciamos por aqui<sup>30</sup>.

O depoimento desse jovem que se autodeclara multiétnico demonstra a crença na existência de uma relação neutra porque, segundo ele, harmoniosa, entre brancos e negros.

Harmonia essa que não se verifica nos depoimentos deixados pelos contrários às cotas raciais no orkut, além da percepção que a população branca, maioria nesses tópicos, tem sobre a sua supremacia:

Tópico vazio esses...  
Na época do vestibular realmente eu não trabalhava... mas pq? pq as condições socio-economicas dos meus pais permitiram isso... que culpa eu tenho? que culpa meus pais têm? pq eu tenho q ser penalizado por ser branco e classe média? (no caso das cotas racistas sou penalizado por não ser negro). E quanto a parte: "Cotista trabalha e estuda" ha há há há há Cotista: tem que ser preto! só isso! Cotista não tem q ser pobre nem batalhador nem oq vc ta tentando idealizar... oq essas COTAS RACISTAS fazem é abrir espaço pra quem ter a cor preta na pele e nada mais... mesmo se o negro for classe média e tb não ter precisado trabalhar.... realmente como a ana paula disse, fundamente melhor esse seu tópico imbecil e totalmente preconceituoso! (Anti-cotas raciais, "Anti-cotas estudam o ano todo para passar.....").

O brasileiro tem preconceito de ter preconceito (FERNANDES, 1989); o brasileiro reconhece a existência do racismo, mas nega ser racista (DATAFOLHA,

---

<sup>30</sup> Este depoimento está na comunidade Anti-cotas raciais "e se as cotas fossem aprovadas em todo Brasil?".

1995); o racismo no Brasil é tabu (GUIMARÃES, 1999). Todas essas constatações mostram que a crença de que vivemos em um país onde as relações raciais são estáveis e cordiais é mais que mera crença, toma-se estatuto de verdade por parte considerável da população branca e está evidenciado nos depoimentos.

Quando o depoente acima afirma que para ser cotista basta ser preto, comprova o que dizem os estudiosos de raça no Brasil: que a cor funciona entre nós como um tropo de raça, assim passa a existir não raças, mas grupos de cor.

Guimarães (1999) atenta-nos para o perigo desse fato, pois essa forma de discurso institui-se pela recusa de perceber o racismo brasileiro. Forma muito usada, por exemplo, por Fry e Maggie (2005) que afirmam, numa visão culturalista, que a discussão sobre raça não é a chave da discriminação, e sim que se deve discutir de modo mais amplo, isto é, a “sociedade/cultura brasileira”.

A cor da pessoa, assim como seus costumes são sim índices de valor positivo ou negativo dessas raças, de acordo com Guimarães (1999), e podem ser comprovadas na enunciação dos discursos dos “orkuteiros”.

No Brasil, por todas essas questões, o racismo é desprovido de uma imagem. Temos, na região nordeste uma maior concentração de negros<sup>31</sup>, denominamos estes de “nordestinos”. Temos no sul, uma maior concentração da população branca. Denominada por nós de “sulistas”. Ambas as denominações quando empregadas têm o mesmo juízo de valor? Parece-nos que não.

Assim é o racismo brasileiro: sem cara. Travestido em roupas ilustradas, universalistas, tratando-se a si mesmo como anti-racismo, e negando, como anti-nacional, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro. Para este racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano) (GUIMARÃES, 1999, p. 57).

Contudo, parcela da população negra e o antigo movimento negro, que militou e milita para assegurar a identificação racial, buscam re-significar o anti-racismo como “a percepção racializada de si mesmo e do outro” (p.58), pois, ao trazer essa discussão para a arena de confrontos - que tem se tornado as comunidades e os tópicos do orkut criados para discutir as questões raciais – essa população mostra que o anti-racismo como visto pelos contrários às cotas raciais propaga ainda mais a idéia de que a população negra é a responsável pela origem e propagação de suas desigualdades.

---

<sup>31</sup> PINHEIRO et alli. *Retrato das desigualdades*. 2. ed.. Brasília: UNIFEM/IPEA, set. 2006.

Quando, na verdade, ao buscar o reconhecimento de sua identidade, a população negra passa a afirmar a sua existência e a exigir os seus direitos, por isso são ofendidos em sua integridade física e moral.

o maior motivo do meu apoio as cotas sociais é o fato de que as cotas raciais são discriminatórias e por incrível que pareça são RACISTAS. Isto porque elas desprezam o fato de que existem outros grupos sociais marginalizados... induzem a população a pensar que negros e indígenas são incapazes... e levam a uma divisão racial em nossa sociedade (Comunidade Contra Cotas, Tópico “como ressarci os prejuízos que o negro carrega”).

E a resposta:

Procure enxergar um pouco mais adiante. É obvio que as mudanças nao serao rapidas mesmo com as cotas, porem algo começara a ser mudado ja que sem as cotas o que observou-se foi a manutencao das diferencas raciais no brasil durante os ultimos 50 anos. Ter um diploma nao significa ter emprego de mao beijada, porem, alguem que estuda em universidade particular procura o q? Uma qualificacao que lhe permita conseguir um emprego. ele tem alguma garantia? ninguem tem, mesmo assim estudam para correr esse risco. As cotas vao permitir que os pobres e negros corram o mesmo risco dos brancos e ricos (Comunidade Contra Cotas, Tópico “FATOR POSITIVO DAS COTAS”).

É nessa arena de debates que vemos a tentativa de afirmação da raça pela população negra e a tentativa de negar a existência da raça negra pela população branca.

Tratar desigualmente os desiguais para que eles possam, assim, igualar-se aos outros nos aspecto sócio-econômico-político é o princípio da ação afirmativa. Todavia, alguns se consideram mais iguais do que os outros e com mais direitos adquiridos, por isso lutam contra a ação afirmativa. Trata-se de uma questão política.

#### **4.3. Preconceito, discriminação, raça, racismo: questão de cor**

Brasil: terra de contrastes, dizia Roger Bastide em meados da década de 50, do século XX. Mas que contrastes são esses que violentam uma cor? Temos preconceito porque negamos a existência da raça, pois reconhecer essa existência leva-nos a reconhecer que havemos de ter racismo; em havendo racismo, somos racistas, em sendo racistas, discriminamos. Mas discriminados porque consideramos uma cor superior a outra. Em suma, sabemos, sim, que a cor branca é considerada superior à cor negra. Afirmamos esse conceito e reafirmamos todos os dias seu significado, (re)afirmando-o em nossas atitudes diárias.

Em sendo mais explícita: a cor negra sofre estigmatização. Como teorizou Oracy Nogueira, o preconceito racial no Brasil é de marca. Como afirma Guimarães (1999), “a ‘cor’, no Brasil, funciona como uma imagem figurada da ‘raça’” (p.43-44). Assim, não discriminamos alguém porque é de baixa estatura, tem ombros largos ou estreitos, sim porque trazem alguns traços, ligados a outros, que funcionam como critérios e marcas classificatórios. Que traços seriam estes? Cor da pele, largura do nariz, espessura dos lábios, tipo de cabelo, por exemplo. Não há como negar que ao nos depararmos com esses traços os relacionamos a outros e criamos uma marca.

Desse modo, não há como negar também que o indivíduo não é somente classificado num grupo de cor só por ter uma diferente do outro, mas porque existe uma ideologia em que ela tenha um significado (GUIMARÃES, 1999). Em outras palavras, as pessoas têm cor no interior das ideologias raciais, por isso é impossível negar a importância do uso do termo ‘raça’ para o estudo das relações raciais.

Para discriminar, as pessoas reconhecem quem é negro e quem é branco, mas desconhecem essas diferenças quando é para incluir, afirma Nilma Gomes (2003).

Não são as diferenças objetivas que fazem com que os seres humanos se diferenciem etnicamente. São alguns signos que são escolhidos como emblemáticos, enquanto outros são ignorados. É por meio desses emblemas que as pessoas afirmam, constroem, realçam e exibem uma identidade comum (BARTH, apud HOFBAUER, 2004).

A cor da pele é um desses traços emblemáticos. E é pela categoria cor que o IBGE mostra as significativas diferenças existentes entre os grupos compostos pela cor branca e os grupos de cor negra.

O significado da cor no Brasil mostra as peculiaridades do racismo em nosso país. Um dado controverso para muitos é por que o negro nega a sua cor? Se eles se assumissem como negro, certamente os dados do IBGE mostrariam muitos mais negros na população brasileira, o que efetivamente comprovaria a real situação deles, muito mais significativas – se se pode considerar desse modo – os dados, por exemplo, do último relatório do PNAD/2006, que mostra o cruel quadro de exclusão dos negros brasileiros.

Por que vemos no orkut tópicos como: “Sou negra e contra cotas”, “Mais um negro contra cotas”, “Negros querem oportunidades, não demagogia”, “Negro contra cotas”? Vemos que o mito da democracia racial que invisibilizou o negro é parte responsável disso, que o discurso do mérito é outro fator e faz com que, para não ser

considerado “burro” e nem “incapaz”, alguns negros aceitem e até mesmo se recusem a discutir essa ação afirmativa.

O argumento de que somos um país mestiço também torna o negro invisível, e muitos negros passam a acreditar que a mestiçagem é um fator positivo. Fry, assim como Schwarcz (apud HOFBAUER, 2004) apóiam a validade do mito, pois o considera “um valor social para a maioria da população brasileira” (p.56), essa opinião fomenta o discurso de que estamos racializando o país, como se a racialização já não existisse e não fosse a responsável pelo preconceito e pela discriminação raciais.

Idéia rebatida por Guimarães que entende necessária a diferença entre “negro” e “branco” para explicar por que muitos se intitulam de outras cores. No orkut, há largas ironias sobre essa cromatização: “sou cinza”, e o Hulk em que cor se enquadraria? somos “azuis, vermelhos, amarelos, roxo” e seguem as ironias sobre as diferentes cores que poderíamos ter ou nos autocategorizar.

Foi falado em brancos e negros. E os índios, mestiços, entram junto com os negros? E os amarelos entram junto com os brancos? Mas ainda vai restar o seguinte: Onde entram os brancos queimados de praia que ficaram vermelhos e também os índios pele vermelha? E o Incrível Hulk que é verde, vai entrar junto com os brancos ou com os negros? (Comunidade anti-cotas raciais, Tópico “Equicidade”).

Tudo isso faz com que parcela da população negra se recuse a se assumir como negro, por isso, precisamos compreender como a idéia da “raça” foi construída na sociedade brasileira. Nogueira já mostrava que à medida que o negro, no Brasil, ascendia socialmente sua “cor” mudava, isso ainda em meados de 1950. Argumento válido também para o século XXI.

Não trataremos nesta pesquisa sobre o “branqueamento”<sup>32</sup>, mas essa ideologia permeou a sociedade do século XIX, XX e persiste ainda hoje. Consiste na mistura racial que levaria ao branqueamento. À princípio, melhoraria a raça, hoje está no ideário do brasileiro: branqueia-se à medida que se ascende socialmente como jogador de futebol, como professor universitário, quando graduado – como é visível no caso de Maria, criadora do tópico “Sou negra, contra cotas” que, ao se graduar aos 50 anos de idade, foi “ovacionada” pela população branca. Ela, quando criticada porque deveria lutar pela sua população, responde:

---

<sup>32</sup> De acordo com Skidmore (apud HOFBAUER, 2004, p. 60), “é uma ideologia (teoria) genuinamente brasileira que surgiu no século XIX como uma adaptação das teorias raciais clássicas à situação brasileira.



Eu não preciso de aplauso para cada vitória, porque minha auto estima é bastante elevada e eu olho à minha volta e vejo que sou quase única. Outra coisa, vou concorrer com pessoas de 25 a 30 anos em um mercado de trabalho que exclui mais os idosos que os negros, porém na faculdade já sou diferente e fui "CONVIDADA" a fazer mestrado, porque uma professora quer me orientar. Você acha que ela quer me orientar porque eu tenho 50 anos? Porque eu sou negra? Acha que ela perderia o seu tempo assim? E outra coisa...já sou aposentada, no serviço público. E entrei por concurso. E sei que para concurso não olharão minha idade e nem minha cor e eu tenho tanta confiança em mim, que tenho certeza que nem na iniciativa privada terei dificuldade. Eu não serei uma profissional mais ou menos. Estou me formando por paixão pela enfermagem e sou das melhores. Quanto a quem foram meus pais, meus avós...foram analfabetos, mas o importante atualmente é que eu não sou, minha filha também não é e meus netos não serão. É aí que reside a vitória, o mérito que você quer negar. Eu estou me formando agora, mas minha filha já é formada. E quanto a eu ser a única na sala que demorei tanto a me formar...eu só tenho a lamentar, porque os pais dos meus colegas chegam em mim e dizem que tinham muita vontade voltar a estudar, estar em meu lugar...mas não têm coragem. E não são negros... E quanto a você achar uma derrota eu só me formar agora aos 50 anos...sinto lhe dizer, eu me sinto vitoriosa. Olho à minha volta e vejo pessoas jovens ou velhos, negros ou brancos querendo estar no meu lugar e lhes faltando coragem. Está aí uma coisa que você não consegue: deixar-me lá embaixo. Sempre reconheci o meu valor e minha cor não me impediu de lutar pelo meu sonho. Procure negros sem auto-estima, com ela baixíssima ou sem opinião própria para ver se você lhes faz a cabeça, porque comigo...não vai conseguir. Eu sei o que quero, porque quero e como quero. E vou conseguir, mesmo que alguns negros como você achem que ser negro é quase um defeito físico...

Maria é o resultado do discurso do branco, que acredita em si mesmo como a única responsável pelo seu próprio sucesso, ou, como coloca Carvalho (2005), em sua trajetória desconhece o apoio dos outros e, ao chegar ao final da caminhada, reconhece que deve a si mesmo, o seu sucesso, esquecendo-se do apoio recebido no percurso. Para ela, não há o outro, há apenas aqueles que vencem pelo próprio mérito. Por que será que somente aos cinquenta anos ela conseguiu se formar em enfermagem? Essa questão parece não ter significado para ela.

Hofbauer (2004) aponta que no início da colonização das Américas a cor da pele não era uma categoria racializada. Ligava-se a um ideário moral-religioso, os não-cristãos eram denominados ou de negros ou de escravos. A partir desse processo, a cor da pele inseriu-se no contexto de dominação construído pelas classes dominantes. Assim, negro, escravo e imoralidade estavam de um lado e, do outro, o branco e a moral cristã como símbolos do poder e daquilo que representava o “bem”.

Esse autor levanta ainda que a origem, as alianças, o mérito pessoal é uma “precondição” para que negros possam ser considerados e se considerar brancos. Apóia-se nessa afirmativa pela voz de Rugendas, pintor alemão que esteve no Brasil ainda no século XIX, entre 1822 e 1825, e observou: “os que não são de um negro muito pronunciado, e não revelam de maneira incontestável os caracteres da raça

africana, não são, necessariamente, homens de cor; podem, de acordo com as circunstâncias, ser considerados brancos” (p.62).

A partir de todas essas afirmativas, não podemos deixar de considerar que a cor é a condição para marcar a posição social de uma pessoa, e que essa cor pode variar quando o indivíduo alcança determinadas posições sociais.

Não podemos afirmar que todos os negros que ascendem socialmente agem como Maria, por exemplo. Estaríamos incorrendo em um erro. O que fazemos aqui, ao usar o exemplo de Maria, é mostrar que atitudes como a dessa enfermeira negra corrobora com os pré-conceitos da população branca sobre a negra e colocam os negros numa situação de extremo desconforto, pois, simbolicamente, significa que um negro, ao negar o racismo como um fato, muda de lado e empresta forças àqueles que sempre subjugarão a população negra. Ao transcrever alguns dos depoimentos do tópico “Sou negra e contra cotas”, buscamos mostrar a profundidade do racismo à brasileira.

Desse modo, o ideário do branqueamento é latente em nossa sociedade. Ou, usando as palavras de Hofbauer, “a ideologia do ‘branqueamento’ continua ‘funcionando’ como uma espécie de ‘pano de fundo ideológico’ sobre o qual outros discursos, outras concepções de ‘negro’ e ‘branco’ vão se sedimentando” (p.65).

Hofbauer procura unir, em seus estudos, o conceito cultural-antropológico que valoriza o mito porque construção cultural, e o sociológico que entende necessária o uso do termo “raça” para entender as relações raciais. Para ele, longe de excluir, esses conceitos se complementam, pois para entender o racismo brasileiro, segundo ele, é preciso considerar:

As auto-representações, os discursos dos indivíduos, uma vez que dão acesso ao ‘mundo simbólico’, aos valores, aos idéias socioculturais, às ideologias, que, em última instância, orientam e justificam tanto a percepção da realidade, como as ações individuais. Tais auto-representações são um reflexo da complexa questão das identidades que envolve [...] opções políticas mais ou menos conscientes (p.65).

Os estudos de Hofbauer são importantes porque nos fazem entender a importância da auto-representação – sou, ajo e penso como me represento, como me vejo. Isso nos ajuda a entender porque alguns negros se recusam a se assumirem como tais. No entanto, essa auto-representação só é possível a partir do entendimento de que o estudo das relações raciais só se concretiza se concebermos a existência de diferentes

raças em um mesmo espaço social, a posição que ocupam e como seus discursos se sedimentam de acordo com suas posições.

Assim, preconceito, discriminação, raça, racismo são constructos sociais nascidos a partir da categorização cor. E a negação ou o reconhecimento dessa categoria nos classifica socialmente.

Por isso, se há uma discriminação no meio do caminho ela se sedimenta negativamente na cor, porém essa mesma cor que a negativa também a afirma, pois, ao assumir a categoria cor negra como identidade é possível buscar caminhos alternativos para superar a questão negativa sub-repticiamente construída nos discursos do orkut, como veremos nos insultos que povoam os discursos registrados em diversas comunidades.

Todas as discussões aqui elaboradas têm como intuito mostrar se as cotas raciais são uma forma de discriminação. Percebemos que a resposta a essa questão não é simples porque a discriminação alia-se a diferentes questões para que seja sedimentada. Porém, um fato é inegável, as cotas raciais provam que a discriminação existe e que para combatê-la é preciso começar por algum lugar, usando algum instrumento e talvez seja necessário que esse instrumento seja executado pelo mesmo caminho: o da discriminação que, no caso do combate a um mal, adquire outro sentido, ressignificado: do que é negativo, transforma-se em positivo.

#### **4.4. Quando insulto o negro, eu o insulto por quê?**

Uma pesquisa não deveria partir de premissas pessoais, pois poderia correr o risco de invalidar seu objeto, é o que consideram alguns pesquisadores. No entanto, em se tratando de discutir relações raciais, penso que ilustrar com algumas experiências pessoais possa enriquecer os relatos, ainda que reconheça os riscos de subjetividade que relatos pessoais possam alcançar.

Por ter consciência disso, é que nos relatos que farei a seguir, vividos por mim, procurarei ater-me aos fatos com o intuito de mostrar que o preconceito, a discriminação e o racismo estão tão introjetados em nós que dificilmente os percebemos.

Em 2004, retornando de uma viagem da qual cheguei de madrugada, fui em seguida trabalhar. Ao chegar ao trabalho, recebi um telefonema que me perguntou onde eu estava. Respondi: “trabalhando”. A voz do interlocutor, que era de uma pessoa

negra, retorquiu que era muito cedo e que eu precisava descansar, ao que me fez de modo “humorístico” responder: “tenho de vir, tem muito *neguinho* querendo meu lugar”. No mesmo tom de “brincadeira”, o interlocutor respondeu: “branquinho também”.

Terminado o telefonema, refleti sobre a minha resposta e a resposta do outro. Foi como olhar para dentro e ver quem eu era e o porquê de ter dado aquela resposta. Quais os sentidos contidos na palavra *neguinho*. Ao reconhecer tudo isso, mandei um e-mail de desculpas à pessoa e aos seus ancestrais. Em reposta, obtive que era a primeira vez que uma pessoa não preta pedia desculpas a ele e a seus ancestrais.

Considero essa ilustração importante porque foi a partir daí que comecei seriamente a analisar as reações das pessoas brancas em relação às pessoas negras, pois já havia vivido outras situações semelhantes em outros tempos.

Retomando a minha resposta, ao dizer “tem muito *neguinho* querendo meu lugar”, referia-me a pessoas com más intenções, invejosas, sem escrúpulos. Ou seja, a palavra *neguinho* carregava, para mim, esses sentidos. E me percebi preconceituosa e racista.

E vi que em minha família esse fato se repetia. Quando criança, meu avô, homem branco, com atitudes de coronel, contava para nós, sempre que podia, histórias infantis. Havia na fazenda dele, um senhor já idoso, a quem chamávamos “seu Tavinho”. Um dia, perguntado por que “seu Tavinho” era preto, ele fez uma narrativa: no tempo do Rei, vieram aqui na Fazenda, homens poderosos que corriam atrás de todos os trabalhadores para escravizar. Durante a corrida, os trabalhadores que possuíam a pele escura tinham, para escapar, de atravessar um rio cheio de leite. Ao atravessar, os homens se banhavam no rio e ficavam brancos e o rio foi secando, os que ficaram para trás não conseguiram embranquecer porque o rio secou e só puderam molhar as palmas das mãos, por isso homens negros têm a palma da mão branca<sup>33</sup>. Gostamos da história e sempre que podia, ele nos contava outra vez.

Em meu imaginário infantil essa história permaneceu. Sempre que meu avô narrava esse fato, eu ficava com muita pena dos negros. Meu avô deles não gostava e dizia que eram preguiçosos e, por isso, não conseguiram atravessar o rio a tempo.

---

<sup>33</sup> A narrativa que meu avô nos fazia era mais direta, com menor preocupação vernacular, porém, por se tratar aqui de uma dissertação, procurei seguir a norma culta gramatical para facilitar a compreensão, buscando, no entanto, a permanência do sentido do enredo.

Cresci com esse pensamento arraigado em mim. Hoje, ao desenvolver esta pesquisa, percebo que, como eu, existem milhares de pessoas no Brasil que trazem inculcadas imagens negativas sobre o negro, muitas sem se dar conta disso.

O orkut tem sido uma ferramenta preciosa nessa descoberta, pois as pessoas deixam sem medo de represálias seus pensamentos, suas idéias, seus posicionamentos nos tópicos, sem a menor preocupação se está ou não ofendendo o outro.

Idéias como: lugar do negro é na senzala; o vestibular é justo porque se baseia no mérito, e se o negro não é aprovado é porque ele não tem mérito, não é merecedor; o negro é vagabundo, meliante, preguiçoso por isso não entra no ensino superior; o negro é burro, são largamente encontradas nos tópicos.

Algumas comunidades como a “Contra Cotas” também são criadas com o intuito de ofender os negros. Em 21 de maio de 2006, nessa comunidade, foi criado o tópico “sempre aparece um macaco pra roubar vaga”, desaparecido depois da notícia de que a Polícia Federal estaria vasculhando o orkut para punir crimes raciais. Seu criador manifestava-se assim: “É foda, não adianta a gente estudar, sempre vai ter um macaco analfabeto pra roubar nossas vagas na federal. Que vão pro diabo com esse negócio de cotas e com esses cotistas, esses caras não sabem nem ler...”.

Nessa mesma comunidade, deixei um recado para a criadora do tópico “Sou negra e contra cotas” porque gostaria de entrevistar o sobrinho dela que, segundo dizia, era negro, doutorando na UnB e contrário às cotas, perguntei ainda como ela “se re-conhecia”, isto é, se, por ter conseguido ser bem-sucedida, ainda se reconhecia como negra. A partir dessas perguntas, começaram a vir respostas ofensivas para mim, por exemplo: “Liga, não. Esta Maristela é outra invejosa. Não deve ter conseguido entrar na Universidade e está com inveja de quem conseguiu. Seu sobrinho devia esfregar o diploma de doutor na cara dela”.

O que vemos nessa comunidade? Uma profunda generalização e intolerância. Qualquer um que se mostre favorável às cotas é nomeado de vagabundo, invejoso entre outros termos ofensivos e muitas vezes degradantes, como este:

Protesto pra todos os vestibulandos que acham que o Governo precisa ser mais aberto conosco e dar o CU para todos!! Depois de dar CU pros Negros, depois de dar CU pros Pardos, e de dar CU pros Índios...Chegou a sua vez de lutar pelo CU do governo. Queremos CU pra todos: CU no campo, CU na cidade, CU no sertão e CU na roça! CU - Cotas Universitárias (CONTRA COTAS, “CU PRA TODOS!!)

Como esse depoimento, há outros tão intolerantes quanto ele e são reflexo de uma sociedade preconceituosa, racista, inescrupulosa, há séculos sedimentada por idéias colonialistas onde a população branca sempre determinou quais as políticas necessárias para a construção social. Nessas políticas, o negro, apesar da luta do Movimento Negro (FERNANDES, 1989), até o final do século XX ainda não havia sido contemplado.

Com o desabrochar do século XXI, o Brasil vê também surgir políticas públicas de ação afirmativa em prol da população negra, dentre elas as cotas raciais e são essas políticas que tem desencadeado tantos debates e opiniões como as que vemos aqui. São então as cotas raciais responsáveis por isso? Seria a população negra que não reconhece mais seu lugar de “porta do fundo”, como dizem? Por que a comunidade branca não consegue ver as cotas raciais como um fator de transformação social? E por que parcela da população negra também nega as cotas raciais?

Quando eu insulto o negro, eu o insulto por quê? Quem está falando por mim?

Secchi (2006) aponta que quando tematizamos diferenças e desigualdades é necessário, primeiramente, estabelecer o lugar de onde falamos. Significa que devemos situar nosso discurso. Quem somos? Por que falamos assim? Quando falamos assim? Os nossos discursos não são neutros, mas sim compostos por múltiplas vozes e por múltiplos contextos. Significa que, ao falarmos, outras vozes se juntam as nossas. É nesse contexto que a ideologia se faz presente. O signo emitido por nós é ideológico e deixa marcas em nosso discurso. Assim, deixamos marcados em nossos discursos aqueles do grupo ao qual pertencemos.

Assim, quando nos referimos à população negra, o que fazemos é a manifestação daquilo que trazemos em nosso imaginário sobre essa população, idéias que nos foram mostradas desde a infância e que se consolidaram na convivência diária com nossos pares na comunidade.

#### **4.5. Insultos raciais no orkut: destacando os elementos presentes nos insultos**

Discutir os insultos raciais deixados no orkut é-nos muito importante, pois aí residem duas hipóteses que, ao longo desta pesquisa, procuramos comprovar. A primeira é de que o Brasil é um país racista, e a segunda é de que as cotas raciais, longe

de fomentar o racismo, carregam em si um potencial transformador, pois, pelas opiniões registradas no orkut, discutimos as posições sociais dos atores contrários e favoráveis à adoção desse sistema, ou seja, cada um está se vendo, vendo sua forma de pensar, analisando seu lugar social e, por isso, as cotas carregam em si o poder de transformar uma sociedade que se acredita “cordial” para com os negros em uma sociedade consciente de seu racismo.

Temos de ter consciência de que o lugar do qual falamos marca as nossas diferenças e o outro passa a significar aquele diferente de nós. Categorizamos as diferenças a partir de nosso olhar. E esse olhar pode, considerando os estudos das relações raciais, inferiorizar o outro e superestimar o eu.

Embora nos possa parecer simples, não o é, pois é a partir do modo como nos vemos que apoiamos ou negamos as políticas de ação afirmativa em benefício da população negra. Assim, ao insultar um negro, eu insulto o outro porque me considero diferente dele.

Palavra de cotista? Isso nom ecziste!!!! Palavra, honra, mérito, trabalho, esforço... isso nom ecziste. me mandem macumbarias! o que ecziste é malandragem, comodismo, pseudo-revolta e racismo. Como alguns dizem: se fazer de leitão pra mamar deitado. Esse ali até bico chupa! Sai desse corpo que nom te pertence! (Comunidade Contra Cotas, Tópico “A verdade dói... mas é a pura verdade!!”).

Ao reconhecer a importância do olhar sobre o outro como marcador de diferenças, queremos dizer que o preconceito e a discriminação são constantes no Brasil, ainda que muitos queiram negar.

São estes os elementos que encontramos nos insultos raciais dos “orkuteiros” e aqui parafraseamos: saudade da senzala e do tronco, infelizmente acabou a escravidão; o vestibular é justo; o mérito existe, e existe mais ainda entre os que passam no vestibular; moralmente o negro tem todos os atributos negativos, é vagabundo, preguiçoso, meliante; biologicamente é burro, é menos aquinhoado intelectualmente.

Trazendo esses insultos para o campo político, notamos uma recusa em aceitar a população negra como um novo ator no diálogo, seja desqualificando-a como cidadã, pois é mostrada como incapaz de intervir no debate democrático, seja utilizando táticas para retirá-la do debate. Em todos eles, os depoentes vitimizam a vítima, culpando-o pelos seus problemas.

Bombardeamos a população negra, em especial os cotistas e os favoráveis às cotas, com o intuito de deixá-los sem ação, por isso os rotulamos negativamente.

Piada sobre o negro, quem nunca ouviu? Rótulos como os citados acima, quem de nós não colocamos? Pensar os sentidos e as conseqüências desses rótulos, quais de nós já o fizemos? É necessário entendermos que essas atitudes e rótulos mantiveram-se como estatuto da verdade porque foram sedimentados ao longo dos séculos por idéias racistas inculcadas em nós por políticas de “branqueamento” existentes no Brasil desde o século XIX.

Seyferth (apud TEIXEIRA, 2006, p. 47) conceitua racismo como “práticas que usam a idéia da raça com o propósito de desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos, influenciando as relações sociais”. Assim, quando eu estou sendo racista? Quando uso a idéia de raça para ofender uma pessoa como, por exemplo, num scrap deixado no orkut:

agora ver c me esqc q eu naum dou atencao pra preta naum suporte preto tenho fobia a preto thauuu ridicula!!!!!!! Tem certeza q ele é teu amigo???? nem sabe q tu existe linda tu naum me faça rir 1ºtu es preta c tu naum sabe preta naum tem espaço.Tem um monte aos teus pes é so c for aqles pretinhos da macumba q nem tu te garanto q eu sou muito mais bela do q vc olha no espelho e ver o quanto tu es ridicular!!!!preto pra mim so cocacola baixinha sim + antes ser baixinha do q preta q eu naum sofro preconceito por isso q a escravidao naum podia ter terminado pq esses pretos d hj em dia psam q sao gte. eu nem sabia q tu existia agora eu pra ti e bem diferente fala d mim q é uma beleza.<sup>34</sup>

A palavra “preto (a)” é usada 9 vezes, todas com conotação negativa. Essa é uma atitude denotativamente racista e muito grave. É crime, de acordo com a Constituição de 1988. Os pais da vítima, no entanto, resolveram “deixar para lá”. Segundo a mãe, “não vale a pena. É muito difícil mexer com a lei”. Essas foram as palavras da mãe quando perguntei, por e-mail, se eles não tomariam as providências cabíveis.

O que é um insulto? Inicio exemplificando com um: “resumindo: cotista é burro, analfabeto, vagabundo. Se fosse inteligente, culto e estudioso entraria sem

---

<sup>34</sup> Esse recado foi deixado na página de uma garota negra por uma adolescente branca. O namorado da adolescente branca era amigo da menina negra. Está no seguinte endereço: <http://www.orkut.com/Scrapbook.aspx?uid=8903047289248484224&na=4&nst=0&nid=8903047289248484224-1157637681-14631059800660431661>, em 27/09/06.



cotas<sup>35</sup>”. O insulto consiste num jogo de contrários, isto é, somente existe porque há um modelo contrário estabelecido de forma positiva. Assim: cotista=burro; não-cotista=inteligente; cotista=analfabeto; não cotista=culto; cotista=vagabundo; não-cotista=estudioso. O que se tem, a partir daí, é o estabelecimento de uma imagem negativa sobre o sujeito cotista. O ator que fala logicamente não é cotista, fala do lugar que ele ocupa. E remete ao outro todas as intenções negativas.

Insultar alguém é atribuir a outrem conceitos e atributos negativos de modo a diminuir o sujeito ofendido, estigmatizando-o, atribuindo-lhe estereótipos.

As idéias de “negro” e “branco” são anteriores ao discurso racial, diz Hofbauer (2004). Essa noção é importante para entender a construção do “negro” na história do Brasil, afirma esse autor. Segundo ele, desde os primórdios das línguas indo-européias o branco representava o bem, o bonito, a inocência, o puro, o divino, e o negro associava-se à idéia do moralmente condenável, representava o mal, o diabólico, a culpa (p.61).

Na Idade Média, o termo era usado para condenar todos os inimigos da fé. Na colonização das Américas o negro igualou-se à condição de escravo. Para esse autor, a cor da pele, antes de ser uma categoria racializada, fazia parte de um discurso de dominação que justificava a exploração.

De acordo com as idéias hofbaueranas, a questão “negro” e “branco” estabelece-se a partir de um ideário historicamente construído, uma “‘produção simbólica’ que servia como interpretação do mundo” (p.63).

Esse ideário foi ganhando espaço no Brasil e sobre ele foram construídas, principalmente pela teoria do “branqueamento”, outras concepções de “negro” e “branco”.

Significa dizermos, então, que há em todos nós um discurso instituído que nos permite afirmar: aquele negro tem alma branca, por exemplo. Explicaria também por que os negros aceitaram a teoria do “branqueamento” como um bem e, ainda, mostra que seria então natural um negro aceitar a frase “negro bom é negro de alma branca”. Aceitar essa antítese entre branco e negro, este negativo, aquele positivo, como apenas uma questão cultural, não seria negar o racismo que se instituiu no Brasil de modo devastador?

---

<sup>35</sup> Depoimento deixado na comunidade Contra cotas, no tópico “perfil do cotista”.

O dicionário *Aurélio* registra para o vocábulo negro: trata-se de um adjetivo que se diz do indivíduo de raça negra; preto. Também aparecem os sentidos: muito triste, lúgubre, melancólico, funesto, lutuoso, maldito, sinistro, perverso, escravo. Ao procurar termos correlatos, encontramos: negrada com o significado de grupo de indivíduos dados a pândegas ou desordens e também negregado, com o significado de desgraçado e infeliz, infausto, trabalhoso e, por fim, o verbo intransitivo negrejar que significa ser ou parecer negro; causar escuridão, sombra; mostrar-se triste, lutuoso; surgir como coisa triste e ameaçadora (1997, p. 452-453).

Ao se deparar com esses significados, como se vê o negro diante de si mesmo? O que isso reflete numa criança negra? Embora não seja objeto desta pesquisa, não podemos negar o efeito nefasto do termo para uma criança negra e que reflete no seu comportamento quando adulto.

O contrário se vê no adjetivo branco. Significa da cor da neve, do leite, da cal, alvo cândido, sem mácula, inocente, puro, senhor, patrão (1997, p.103).

A noção dessas diferenças entre cores fica patente quando se considera a questão da raça. O branco vê o negro conforme esses sentidos e o que faz com que muitos negros se vejam também assim. O Datafolha (1995) mostrou por meio de pesquisa que 22% dos negros concordavam parcialmente que “negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída”. E 8% concordavam que os brancos eram mais inteligentes do que eles (negros) (p.26).

Outro dado importante para entendermos o racismo é o fato de que os pardos se revelam, conforme Datafolha (1995), tão preconceituosos quanto os brancos. Todas essas constatações equivalem-se ao que encontramos durante as pesquisas nas comunidades e tópicos do orkut.

Mas hoje há muitos negros que têm consciência social de seu papel como cidadão e, por isso, são combatidos. Como esse ator negro, de 22 anos, estudante da UFBA, já citado antes que afirma:

Para os que não são a favor das cotas só tenho a dizer que o pensamento ainda é embranquecido, como foi a tentativa sem sucesso na época da imigração no Brasil. Enquanto não entendermos que cotas significa reparação e que nesse sentido não temos o que discutir, vamos conviver mais tranquilamente, porém como ainda neste país a voz racista insiste em ecoar eu utilizo minha voz negra para sobrepor todos os ecos.

Como vemos a questão racial não nasceu com as cotas, elas não vão racializar o país, o racismo presentifica-se na sociedade brasileira. As cotas raciais têm feito com que as discussões acaloradas, por vez, também traga para esse campo parte da população branca que já não mais acredita ser possível conviver com a crença de que vivemos num país harmônico onde as raças convivam com cordialidade.

Oi. Me autodeclaro Branco. Ainda estou fazendo a graduação em Informática com ênfase em gestão de negócios. Sobre a discussão no Orkut, a vejo como representativa de uma camada social um pouco mais elevada que não representa a realidade. Porém, em geral, as cotas raciais não são muito aceitas mesmo entre os mais pobres já que a questão do racismo não tem relação direta entre o nível social, ele está em todas as camadas. Mesmo entre os negros existe uma parcela que é contra as cotas, ora por não estar entre os excluídos e ficar com medo de carregar um estigma de cotista mesmo não sendo, ora porque não tem plena consciência da desigualdade racial no Brasil e achar que o problema é apenas a desigualdade social. No entanto, o importante é que exista polêmica pois o melhor legado das cotas é a reflexão que ela está gerando em relação a desigualdade racial e racismo no Brasil e a qualidade da educação pública e não o benefício direto que elas trazem.

Esses dois depoimentos são de dois jovens de idades semelhantes. Um negro, residente em Salvador; outro branco, residente em Praia Grande, São Paulo. Ambos deixaram “scraps” em minha página do orkut e estão do mesmo lado. Porém, são muitos os que os combatem. O jovem branco já foi expulso de várias comunidades por nelas defender a questão das cotas para a população negra.

A idéia de que os negros são inferiores aos brancos é imagem recorrente no orkut. Se não eram e são inferiores porque não progrediram como os imigrantes, conforme diz esta neta de imigrantes:

A maioria dos meus antecedentes chegaram ao Brasil depois de 1900. Eram imigrantes e trabalharam muito pra conseguir o pouco que tinham. A única que estava aqui antes de 1900 era minha bisavó materna, que era índia. O lugar onde moro mal fazia parte do Brasil na época da escravidão. Por que diabos eu tenho que arcar com as mazelas trazidas pela escravidão?? Isso é justiça?? Ser branco não é sinônimo de ser rico, explorador e o malvado culpado por todos os problemas dos negros; Brancos (sim!!!) também tem problemas, também sofrem com o preconceito, também usam o SUS, também usam o ônibus, também moram na favela. [...] E, sinceramente, estou me lixando pros problemas históricos, sociais e educacionais do Brasil. Já tenho muito com o que me preocupar e tenho que lutar pelo meu, já que sei que não tem governo, nem ONG, nem o capeta pra me dar um empurrãozinho e me dar um diploma. E, claro, sempre que tiver a oportunidade de chamar um cotista de burro e incompetente eu vou aproveitá-la, quem sabe assim um deles se ligue e entenda que quem não tem competência não se habilita! [...] (Comunidade Contra Cotas, Tópico “Desabafo”).

Esse depoimento mostra-nos que um mito se soma ao outro: incompetência por não ter progredido como os imigrantes, inferioridade, baixo nível intelectual tem se esboçado como perfil do negro como anticiência, como marginal. Essa é a visão racista de uma jovem “revoltada” com o sistema de cotas e sua voz se une no mesmo tom a outras vozes contrárias à ascensão educacional da população negra.

Seu depoimento no tópico do orkut, fez com que ela recebesse um “scrap” com esse conteúdo

Tenho acompanhado tuas Mensagens na Comunidade "CONTRA COTAS". Em primeiro lugar: Parabéns! Concordo com tuas palavras em gênero, número e grau. Mas... Não adianta discutir com "alguns Negros". Qualquer coisa que se diga e que vá além da compreensão limitada e estúpida de alguns deles, você já é taxada de racista e até de nazista! “Eles” adoram isso. Na realidade “alguns deles” gostam dessa cômoda situação de serem as eternas Vítimas da Sociedade, pobre excluídos! Aí, na condição de Excluídos e com um imenso Recalque, assaltam e sequestram pais de Família, vão pra cadeia e começam a compôr um Rap ou um Hip Hop Racista para criticar a Lei e a Sociedade Branca malvada. Quer um conselho? Não se dê o trabalho de discutir com essa gente! Estude, vença na Vida e compre uma Pistola Automática e ande sempre com ela! (com bastante Munição!). E o que eu faço! De resto, qualquer coisa que se fale e se discorde, "eles" vão correndo fazer queixa na delegacia pra te arrancar uma boa Grana num processo!

Esse recado é de um jovem, neto de imigrantes italianos, residente em Santa Catarina. Qual o objetivo desses jovens ao insultar de modo tão agressivo a população negra? Santos (2002) apresenta três teses: provar a todos que os negros são inferiores e os brancos superiores; atestar que no Brasil não houve barreiras racistas que favorecessem os imigrantes, em detrimento dos negros; gerar um sentimento de repulsa do branco pelo negro e de resignação do negro diante de sua própria inferioridade.

Essas teses, defendidas pela autora, são eficientes porque foi grande o número de imigrantes vindos para o Brasil no início do século XX com o intuito de “embranquecer” a população brasileira para “melhorá-la” e a, devido à situação exploratória vivida pelos negros, baixa estima da raça negra que a levou a desejar a miscigenação.

Desse modo, os negros alienados de sua própria história, enfatizado seu caráter passivo e desinteressado, sem forças e poder político para lutar contra as mazelas que rondavam a população negra submeteram-se e ainda se submetem à integração numa sociedade cujas regras de convivência são determinadas pela população branca, como mostra esse jovem que se indigna diante de uma moça negra que se posiciona contrária às cotas: “Sem hipocrisia. Eu sei que ela é negra e pronto. Se ela não considera

eu respeito, mas esse seu papinho é foda. Cor não é subjetiva e não existem brancos com a cor dela”<sup>36</sup>.

Parece-nos importante destacar que, conforme mostrado nessa fala, não há dúvida sobre quem é negro e quem é branco, o que nos faz refletir sobre a negação de que não se tem como definir quem é branco e quem é negro no Brasil.

No estudo elaborado por Santos (2002), ela traça um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. Nesse percurso, uma questão nos chama a atenção: o fato de que a visão negativa sobre o negro surge com bastante força quando se faz qualquer ameaça contra a supremacia branca. As vozes do orkut ecoam nessa mesma direção.

**EITA MULESTIA!!!**

CARA OUTRO RACISTA COTISTA!! ESSE AI ODEIA BRANCO!! NÃO SABE NEM O QUE É COTAS DIREITO!! AI MEU VAI CONTINUAR ENTRANDO NOS LUGARES PELA PORTA DA COZINHA É ISSO QUE VC QUER EDUARDO!! ENTRA PELA FRENTE DE CABEÇA PRA CIMA !! E NÃO DE CABEÇA BAIXA !!!COTAS = EU SOU BURRO E TIREI SUA VAGA. HOOO BRANCO!! ISSO SÓ VAI AUMENTAR O RACISMO NO BRASIL!! PASSADO SÓ NO MUSEUU!! FUTURO SOMOS NOS QUE IREMOS FAZER!! COTA=RACISMO AO CUBO!! MAIS COMO NOS DOS OUTROS É REFRESCO NÉ !! AINDA BEM QUE JÁ ME FORMEI !! ESPERO QUE NO MESTRADO TENHA COTAS TAMBÉM AI EU LEVO MINHA VOZINHA (ELA É NEGRA) PRA FAZER A ESCRITÃO COMIGO E PROVAR QUE EU SOU NEGRO !! (DEPOIS DE UM BRONZE). AI MEU MESTRADO NÃO DEPENDE DA CARIDADE DE PROFESSORES DANDO NOTA NO MEU PROJETO !!! (Comunidade Contra Cotas, Tópico “Cotista=vagabundo”).

Insulto, escárnio, tentativa de desqualificar e desmoralizar o negro encontra ecos em outras vozes. Todas ressoam de modo afirmativo, não deixando dúvida de que o sujeito falante sabe exatamente sobre o que fala. Já não temos mais aqui um racismo dissimulado, e sim explícito, sem reservas e sem medo de se revelar.

Refletimos: será que esses indivíduos que proferem esses insultos pensam que poderiam estar cometendo crime de racismo? Ou será que eles consideram isso irrelevantes? Ou, acostumados à supremacia racial da população branca, acreditam que a lei legisla em favor deles? Ou, ainda, pela morosidade da aplicação das leis brasileiras, crêem que ninguém se disporá a denunciar essas ações? Sendo um ou outro caso, não nos cabe aqui discutir. Cabe-nos, no entanto, apresentar esses insultos, seus

---

<sup>36</sup> Depoimento retirado da comunidade Contra Cotas, tópico: “Dívida social!! Eu não tenho”.

modos de manifestação e, apoiando-nos na teoria de Guimarães (2002), analisá-los como forma de construção de uma identidade social estigmatizada.

O insulto estabelece sempre uma relação de poder (idem). São duas pessoas que se confrontam: o insultador e o insultado. Àquele cabe a legitimação de seu poder, de sua hierarquia social, econômica e política.

Em nossa análise, os insultos têm fundamentalmente a tentativa de legitimar uma hierarquia social pautada na idéia da raça, com o intuito de relembrar à população negra de sua inferioridade histórica e, com isso, solidificar a baixa estima dessa população, como vemos nesta voz:

Aqui neste país, grupos de esquerda, de (in)consciência negra, de populações marginalizadas (ou de marginais mesmo) gostam de pregar ódio à classe-média e/ou a burguesia como se estes fossem culpados por todos os seus problemas de gravidez na adolescência, alcoolismo, pobreza, desemprego e criminalidade. É mais fácil culpar os outros do que a si próprio (Comunidade Contra Cotas, Tópico “Mais um negro contra cotas”).

Vemos que os insultos raciais são todos, de acordo com as vozes aqui transcritas, usados como instrumento para humilhar. A eficácia do insulto “reside [...] em demarcar o afastamento do insultador em relação ao insultado” (GUIMARÃES, 2002, p.173). Ao insultado cabe reconhecer sua incompetência ou até sua animalidade: “Fica claro pq o Vinícius defende cotas... ele mesmo é um total analfabeto. No fundo, acho q ele está certo... de q outra forma os burros conseguiriam entrar para a Universidade?”<sup>37</sup>.

Se em todo momento não deixamos que a população negra se esqueça de sua origem como escrava, se o termo “preto” já carrega uma marca pejorativa, se a própria cor é estigmatizante como claramente percebemos, inclusive, nos significados constantes nos dicionários, como sujo, encardido, perverso, de que modo podemos exigir que o negro não se sinta estigmatizado? Como podemos querer que ele não internalize certas frases como “rastejando pela porta de serviço” numa clara referência ao lugar do negro:

São esses mesmos. Por isso que o ensino superior está horrível, por conta desses despreparados que entram na faculdade se rastejando pela porta de serviço, escondido e de madrugada que é pra ninguém ver. Vale ver o a Maria, o João, entre outros entrando de cabeça erguida pela porta da frente, botando a mão no peito e falando: "Eu passei por

---

<sup>37</sup> Retirado da comunidade Contra Cotas, do tópico “A verdade dói... mas é a pura verdade!!!”

méritos" (Comunidade Contra Cotas, Tópico "A verdade dói... mas é a pura verdade!!").

É para validarmos todas essas idéias que, ainda, as fortalecemos com os dizeres do senso comum: "negro é que é racista", "ele mesmo se discrimina". Preferimos atribuir a eles a culpa pela própria situação, ou seja, entendemos que o negro se auto-estigmatiza e não vemos que seu comportamento é uma espécie de defesa e reflexo de uma sociedade racista.

Livrar-se do estigma, do estereótipo, exige um aprendizado que passa, segundo Guimarães, por um processo de ensinar aos considerados subalternos o significado da marca de cor. A comunidade "Negros" foi criada com esse intuito. Nela vemos: "Comunidade da união racial! Comunidade de Negro para Negro. Todos aqueles que possuem não só a pele negra mas também a cabeça, este é o lugar. A livre expressão é garantida, porém o racismo irracional é intolerável. Ser NEGRO não é uma questão de pele, sim um estado de espírito....Aqui não existe termos depreciativos como: mulato (igual filho de mula), pardo (filho de pardal), multiétnico (Se alguém souber o que é isso me explique); em suma: somos todos NEGROS seja de pele ou cabeça....".

O criador dessa comunidade, um jovem negro, tem consciência de sua identidade e também das dificuldades por que passa a população negra e, mais, dos insultos e estigmas a que essa população está submetida. Não se furta, entretanto, de sua responsabilidade social e política externando suas idéias de forma corajosa.

Apesar de ser uma comunidade com o intuito de valorizar a população negra, criando-lhe identidade, muitos são os que não respeitam a idéia do criador e registram suas vozes de modo intolerante.

O tópico "Comunidades 'brancas' no orkut" criado, dentro da comunidade "Negros", por um jovem branco, informa sobre algumas comunidades existentes no orkut com intuito de valorizar a raça branca. Um depoente, também branco, que se autodeclara judeu, copia de uma dessas comunidades, os seguintes dizeres: "Qual e o problema de ser fascista? agora ate esta tão em moda na europa! E chique ser fascista! rrsrsr" "A culpa não e deste monte de merda com cabeça de melão... a culpa foi do Hitler não ter feito o serviço completo..." "portugues nao é branco? hahahahaha. richard, vc é judeu, perseguidos e mortos aos monte, feito cao sem dono em portugal, tua raça é tão ignorante qt aos pretos. judeu = preto - burros e ignorantes, precisou de nós (brancos e portugues (europeus)) para subir no mundo".

Como conseguir valorizar a identidade se há todo momento essa identidade aparece subjugada? Sobreviver em um país onde se nega a existência de raças, onde se nega a desarmonia racial e onde recusamos a ver a real necessidade dos desiguais e exigir, ainda, que os desiguais consigam se afirmar em busca de seus direitos é uma tarefa hercúlea. Em todo momento, ouvimos que o maior preconceituoso é o próprio negro, ele é que é racista. Senso comum no orkut, senso comum no dia-a-dia.

De acordo com Guimarães, o que se tem diante disso é a criação de uma “barreira intransponível entre agressor e vítima, confortável para o primeiro, de modo que este precisa apenas pronunciar o nome do grupo, designação sintética de injúria” (p.173). Como vimos aqui e como eu mesma fiz quando expressei a opinião de que “havia muito *nequinho* querendo ocupar o meu lugar”.

O autor nos chama a atenção para termos que são usados com o objetivo de inverter uma hierarquia social, considerada natural, porque são usados no sentido de que as pessoas insultadas querem usurpar uma posição que não é sua. Termos assim são recorrentes nos depoimentos dos contrários às cotas raciais.

O esquema é o seguinte, o tamanho da pseudo-dívida é proporcional à incapacidade/incompetência do cobrador. Hehehehe (Comunidade Contra Cotas, Tópico “Dívida Social!! Eu não tenho”).

---

Escreve mal, "hipocresia" é bem coisa de cotista mesmo (Comunidade Contra Cotas, Tópico “Dívida Social!! Eu não tenho”).

---

Que história é essa de igualdade? Nem seus 5 dedos da mão são iguais! Quem trabalha mais merece mais. Essa conversa de dívida social é pura utopia. Não admito que digam que sou igual a um vagabundo que não estuda e trabalha menos que eu. Quem estudar mais deve ficar com as vagas. Quem não estuda, que se f....! (Comunidade Contra Cotas, Tópico “Dívida Social!! Eu não tenho”).

---

Acho que as COTAS são para pessoas como você, incompetentes, que não se valorizam, desprovidas de auto-estima, que acham que o governo é que deve sustentá-las pelo que elas próprias colheram, por achar que todo mundo o discrimina e mesmo assim não fazer nada para que lhe reconheçam por seu próprio mérito (Comunidade Contra Cotas, Tópico “A verdade dói... mas é a pura verdade!!”).

---

Incapazes, incompetentes, analfabetos, vagabundos, não merecedores de vagas nas universidades porque não possuem mérito para isso, sem auto-estima e



aproveitadores são pechas atribuídas à população negra. Além desses há muitos outros termos injuriosos que intentam atingir tanto moral, intelectual e biologicamente o indivíduo negro. Todas elas estão diretamente ligadas à questão racial.

Cotista =vagabundo.

Enquanto alguns valorizam a Escola e se dedicam aos estudos pois sabem que isso irá lhe garantir um futuro melhor, outros fazem exatamente o contrário. Quem conhece a realidade nos CIEPs sabe do que eu estou falando. A grande maioria só quer saber de baile funk, soltar pipa, fumar maconha e pixar muro. Estes mesmos jovens que vivem de fazer merda são os mesmos que vivem cabulando aulas no CIEPs, desrespeitando professores e tratando com desdém a própria educação. Quando chegam a idade adulta, descobrem que o vestibular é implacável com o tipo de vida acadêmica que eles levaram nos CIEPs e por isso se rebelam "contra o sistema" e começam a fazer furiosas passeatas clamando por cotas nas universidades. "Discriminação racial"? "Falta de justiça social"? "Falta de condições"? Na verdade é a "falta de vergonha na cara mesmo". "Vergonha na cara" é algo que essa turba não aprendeu dentro do núcleo familiar e vai morrer sem nunca aprender. Vou ser claro e franco: tenho pouco (ou nenhum respeito) por estes negros que ficam fazendo passeatas clamando por cotas raciais. É difícil simpatizar com estes cidadãos sabendo que nenhum deles jamais deu duro na vida e nunca deu o devido valor aos estudos. Tenho respeito sim pela Maria, pelo João e outros negros q já apareceram aqui recusando ser tratado com esmolos. Melhor seria nivelar os negros por cima ("aqueles que batalham, estudam e correm atrás"). do que querer nivela-los por baixo tendo como parâmetro os mais vagabundos q só querem saber de cotas. Aviso aos malandros: não será tentando "ganhar no grito" que vcs conseguirão entrar pela janela na universidade...não mesmo...

O que lemos nesse depoimento? Em resumo, temos a voz de um adulto branco, que atribui aos negros o estigma de desavergonhados, usuários de drogas, ladrões, pixadores, vagabundos e malandros.

Nenhum dos insultos registrados foi proferido por um jovem negro. Todos os insultadores se autodeclaravam brancos, multiétnicos, entre outros. Em nenhum, há insultos escritos por afro-descendentes. Todos eles ou são profissionais liberais, ou professores, ou universitários, ou aspirantes às carreiras universitárias entre outros.

Todos os insultos ocorrem em função de os ofensores se posicionarem contra a implantação das cotas raciais nas universidades públicas.

Refletem estereótipos, imagens pré-construídas e sedimentadas ao longo de séculos de hegemonia na população branca em território brasileiro.

Refletem um caminho de discriminação sedimentado, difícil de ser rompido e que prevalece no imaginário dos brasileiros do século XXI, ou seja, o legado que recebemos do século XX, tratamos de perpetuá-lo. Mas há vozes dissonantes e que

fazem com que acreditemos que a discriminação negativa cederá lugar à positiva em algum momento deste século trazendo à população negra uma nova imagem.

Pra mim você é negra, mas o que importa é o que você se sente. Ao meu ver, se vc disser que não é está negando a raça. Só está embasando o que eu venho dizendo que a quantidade de negros fica subestimada pq muitos negros se declaram pardos. (Comunidade Contra cotas, Tópico “Dívida social, eu não tenho!!”).

Esse jovem responde a uma depoente negra que apóia claramente as pessoas que se dizem contrárias às cotas. E ela é um exemplo daquilo que analisamos sobre o fato de que alguns negros para se integraram à sociedade identificam-se com ideais outros e passam a negar suas origens como clara referência à necessidade de ser aceito pela coletividade, mesmo que para isso tenha de se negar.

Não se pode atribuir toda a culpa aos políticos e dizer que a gente já está pagando. Por um acaso a sociedade está fazendo sua parte? está atuando ativamente pela diminuição das desigualdades? Não, o que vejo são pessoas não admitindo dividir espaço nas universidades (que ainda representam uma enorme oportunidade de ascensão social). Esses mesmos votam em políticos como o Geraldo Alckmin e ainda tem a cara de pau de dizer que é preciso melhorar a educação. Os políticos são SIM reflexo dos seus eleitores (Comunidade Contra cotas, Tópico “Dívida social, eu não tenho!!”).

Esse jovem, um dos poucos, branco admite seu apoio às cotas raciais e afirma que não vê, o que nós aqui também não vimos, pessoas admitindo dividir espaços nas universidades. Questiona também o papel da sociedade porque recorrentemente as opiniões deixam claro que são os políticos que tem de resolver a questão, ou seja, não se percebe a presença de uma consciência política. Poucos são os que assumem o papel de cidadão e menos ainda há os que admitem ter a população negra direito à cidadania,

*Seria bom se todos os negros tivessem pelo menos 1% da dignidade desse sujeito*  
Imagino que negros como **Lélia Gonzalez** e **Abdias do Nascimento** não tenham nenhuma dignidade...rs...rs...rs... E pelas declarações acima imagino também que nenhum negro nesse país tenha dignidade... (Comunidade Contra Cotas, Tópico “Mais um negro contra cotas”).

O depoimento acima é de um jovem negro indignado com um depoente branco que elogia um outro, dizendo: “Seria bom se todos os negros tivessem pelo menos 1% da dignidade desse sujeito”. Esse sujeito a que ele se refere e o denomina digno é, logicamente, um negro que se posiciona contrário às cotas.

Por isso, a resposta inicia com a mesma frase e finaliza: “rs, estranho, um negro tem dignidade quando concorda com você?”.

O número de comunidades e tópicos registrado no orkut mostra que a polêmica cresce. Iniciada em 2004, ganhou força em 2005 e diariamente são postadas opiniões. Mas por que esse assunto desperta tanta interesse por parte de tantos? Porque como vimos é o espaço dos encontros entre os iguais, das vozes e dos registros das intolerâncias, mas é também é um dos lugares onde a população negra tem podido se mostrar, defender-se e também consolidar a força positiva da implementação das cotas raciais.

Há muito mais sobre o que refletir. Há muito mais sobre o que analisar de todos esses fatos. Há muito mais contido nessas vozes.

Preconceito, racismo, discriminação, esse é o retrato das desigualdades que vimos permear ao longo desse caminho que aqui temos percorrido. Insultos, ofensas, ataques e defesas. Todas levantadas porque se levantou a questão de possibilitar o ingresso da população negra nas universidades públicas brasileiras por meio de cotas raciais. Se as cotas raciais vão permitir a real inclusão dos negros na sociedade brasileira, ainda é cedo para dizermos.

Não é cedo, porém, para afirmar que as cotas raciais carregam em si um grande potencial transformador: podem ser o veículo que irá transportar o longo caminho da discriminação negativa para um novo caminho, da percepção de que somos uma sociedade dividida racialmente e que somente uma discriminação positiva poderá possibilitar novos percursos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação e o levantamento de vozes registradas no orkut sobre as cotas raciais foi o objeto desta pesquisa, em que se pretendeu mostrar que a adoção de cotas raciais nas universidades pode, além da inclusão da população negra no ensino superior, também apontar o Brasil como um país onde há claras fronteiras demarcadas do lugar do negro na sociedade, isto é, somos um país preconceituoso racialmente, discriminamos o negro e aqui o racismo impera e gera profundas desigualdades sociais oriundas da racial.

O trabalho aqui desenvolvido teve como fonte o site de relacionamentos “orkut”. Esse trabalho é significativo porque abre um novo campo para a pesquisa – o da internet – como espaço para entender como se processa as relações raciais no Brasil.

Foi possível constatar o que já se desenhava empiricamente por meio de minha experiência como professora de uma universidade que adota cotas: a população branca rejeita as cotas raciais não porque se trata de um sistema de cotas, mas sim porque convivemos em nossas relações com uma sociedade racista e preconceituosa.

Tal constatação foi construída por meio da observação e da análise dos relatos dos “orkuteiros”, dentre eles estão falas de professores, médicos e advogados, por exemplo.

Descobriu-se por meio desta pesquisa, importantes fatos que podem transformar a visão sobre os estudos das relações raciais no Brasil. Em primeiro, tem-se o rompimento da etiqueta das relações raciais no país. Os atores que deixavam seus depoimentos no orkut faziam-no com a mais completa liberdade, ou seja, valiam-se de palavras do mais baixo calão, como citavam teóricos conhecidos para, por meio deles, defender suas idéias. Essas atitudes demonstram claramente o rompimento dessa etiqueta, isto é, os usuários do orkut romperam com essa regra ao expor declaradamente e sem subterfúgios o que pensam e o que sentem em relação à população negra. Palavras antes evitadas como “preto”, “macaco”, “burra”, “analfabeta” e outros termos considerados pejorativos são largamente usadas.

Um outro dado novo é o próprio objeto: um site de relacionamentos que é usado como espaço para a expressão da intolerância contra o povo negro. O que permite, sem sombra de dúvida, afirmar que o orkut desnuda o depoente, pois ele se sente protegido porque invisibilizado pela máquina, e corajoso o suficiente, inclusive, para cometer crimes raciais, como registrados nesta pesquisa. Possibilita também

afirmar que esses comportamentos não são irrefletidos. São sim, pensados e repetidos, considerando que muitos “orkuteiros” repetem suas idéias em comunidades e tópicos diferentes ou usando a mesma opinião ou outra ainda mais contundente.

Outro fato constatado foi o de comportamentos agressivos, violentos, opiniões irônicas e inclusive “banimento” – proibição de participar de uma determinada comunidade porque, por exemplo, o criador da comunidade era contrário às cotas e um outro favorável entrava na comunidade e depositava nela argumentos que contrariavam seu criador.

As pessoas favoráveis às cotas raciais tendem a ser mais tolerantes, tendem a se abrir mais para o diálogo e em nenhum momento se registrou ofensas aos não favoráveis às cotas raciais. Esse comportamento difere-se dos contrários às cotas que se mostram muitas vezes irascíveis, como, por exemplo, os depoimentos do médico cuiabano e do um jovem, neto de imigrantes, residente em Santa Catarina.

Assim, no orkut, o comportamento racista não é velado, é desmascarado,; não é sutil, é veementemente expresso. O “orkuteiro” não só reconhece o negro como inferior, como tem consciência do lugar que o branco ocupa e se sente legitimado por ocupar esse lugar, o que o faz negar diversas vezes o racismo e, ao mesmo tempo, denominar a população negra de “inferior”.

Permitiu-se visibilizar claramente o comportamento racista da sociedade brasileira. A questão raça, negada pelos contrários às cotas raciais, assim como a possibilidade de que essa medida dividiria racialmente o Brasil também não se consolida. Somos um país racialmente dividido. Somos um país onde as pessoas definem claramente quem é negro, quem é branco e onde não se predomina a harmonia racial. Todas essas afirmativas foram comprovadas pelos depoimentos registrados no orkut. Pessoas que se autodeclaram como brancas e dizem: “sou branco” e que também dizem a negros: “não há pessoa branca com sua cor”.

A raça é realmente um constructo social e o reconhecimento do termo raça sedimenta o racismo e o lugar que o negro ocupa socialmente. Registros deixados na voz de muitos “orkuteiros”: “nasceu na favela”, “se é para vender, vamos comprar”, “entrar pela porta do fundo” comprova a existência do racismo no campo social.

A discussão sobre a constitucionalidade das cotas raciais permite afirmar o novo comportamento da justiça brasileira perante essa questão: a justiça tende a reconhecer a diferença entre igualdade formal e material. Esta se faz mediante

instrumentos que desiguais visam igualar condições sociais, por isso, a justiça tem considerado constitucional o princípio das ações afirmativas e as cotas raciais no Brasil.

Os contrários às cotas raciais não combatem todas as cotas, pois muitos defendem as cotas sociais. Por isso, depreende-se que o combate às cotas raciais está diretamente ligado à questão cor, ou seja, define-nos como um país onde se discrimina o negro. Em outras palavras somos racistas porque discriminamos a raça negra. A conclusão de Florestan Fernandes sobre o fato de os brasileiros terem preconceito de ter preconceito permanece também ainda viva e muito verdadeira, considerando que muitos depoentes abrem suas falas como os dizeres: “eu não tenho preconceito”; “eu não sou racista”, para , em seguida, bradar: “esses negros são analfabetos”.

Afirmar que somos um país racista e que trazemos internalizados todos os preconceitos que vigem desde o período da escravidão bem vivos dentro de nós pode surpreender alguns, mas esta é a realidade da qual participamos e com a qual convivemos.

Como afirmar isso com tanta veemência? Não há como negar um fato explicitado por inúmeros brasileiros, em sua maioria branca ou que se declaram multiétnico - considerando as comunidades e tópicos levantados no orkut - e que proliferaram suas vozes insultuosas ao se referirem à população negra - nesta pesquisa vestida na pele a condição de cotista.

Essa descoberta, para os próprios depoentes do orkut e para muitos outros, pode causar espanto: vamos nos reconhecer preconceituosos, vamos nos reconhecer racistas, pois as falas registradas coadunam-se com muitas outras que rondam a sociedade brasileira, construindo-a.

Percebeu-se que os jovens negros, candidatos ao vestibular, sofrem com a questão das cotas raciais, feridas são abertas pelas discussões e pelas ofensas e muitos se dizem contrários às cotas para se defenderem dessa situação.

Vencer uma discriminação quando se foi e se é vítima dela, vencê-la quando se é o sujeito de sua veiculação são caminhos difíceis e árduos. É preciso criar possibilidades para que esse autoreconhecimento floresça. Estar acostumado a ser apontado como “ladrão” e agora como “usurpador” de um lugar eminentemente branco como é a universidade brasileira tem levado muitos negros a se posicionarem contra as cotas raciais. Não pode ser esse, no entanto, o entrave para a consolidação dessa medida. Sabemos o porquê dessas atitudes de autonegação.

Esta pesquisa buscou pensar as cotas raciais como mecanismo de inclusão, a princípio. Durante a trajetória da pesquisa, à medida que se consolidavam a orientação recebida e o trabalho ganhava corpo, a pesquisa avançou e se observou que as cotas raciais vão além do princípio primário da inclusão, elas nos revelaram uma sociedade racista, por isso excludente.

Um novo olhar sobre nós, sobre o preconceito e a discriminação que criamos e espalhamos contra a população negra e que impedem sua ascensão, faz-nos crer que a discriminação negativa, pelo reconhecimento de suas conseqüências, pode-se transformar em algo novo. Isto é, podemos, discriminando positivamente, criar um novo espaço social para a população negra no Brasil.

O potencial transformador inerente às cotas raciais consiste em fazer, então, criar uma nova forma de pensar da população branca sobre o que é o Ser negro e sobre o direito que a população negra tem em construir sua identidade.

A impressão que fica desta pesquisa é que vivemos ainda em um estágio de irracionalidade. Evoluímos muito pouco em se tratando de nosso reconhecimento, do reconhecimento do outro e da necessidade de redistribuir lugares sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George Reid. Ação afirmativa: um modelo para o Brasil?. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p. 137-144.

ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. *Decisão judicial sobre o sistema de cotas da UFPR*. In. João Reis. Documento enviado por e-mail. Assunto: justiça e cotas, em 18 de maio de 2006.

BERNARDINO, Joaze. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In.: \_\_\_\_\_; GALDINO, Daniela (orgs.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A/LPP/UERJ, 2004. p. 15-38. (Coleção Políticas da Cor).

\_\_\_\_\_. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Revista Estudos Afro-asiáticos*. Ano 24, no. 02, 2002. p. 247-273.

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araújo. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(2): 264, maio/agosto/2004.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. 4.ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BOWEN, William G.; BOK, Derek. *O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa na universidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. *Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata*. Declaração e Programa de Ação. Brasília: Ministério da Educação/Fundação Cultural Palmares, 2001.

BRANCO. In. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Folha de São Paulo/Nova Fronteira, 1994/95. p. 103.

CARDOSO, Fernando Henrique. Pronunciamento do Presidente da República na abertura do Seminário “Multiculturalismo e Racismo”. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p. 13-17.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2003.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. As políticas de ação afirmativa no ensino superior: contribuições no campo jurídico. *Revista Advir*. (Cotas: um debate inconcluso). Rio de Janeiro: ASDUERJ/PPCOR, no. 19, setembro de 2005. p.117-121.



CARVALHO, José Jorge de Carvalho. Ações afirmativas como base para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In. GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves. *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 61-96.

\_\_\_\_\_. *Inclusão racial e étnica no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In. LOPES, Eliana M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.151-204.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Texto online. [http://galileu.radiocb.com/ebooks/durkheim\\_as\\_regras\\_do\\_metodo\\_sociologico.pdf](http://galileu.radiocb.com/ebooks/durkheim_as_regras_do_metodo_sociologico.pdf). Acesso em: 29 de out. de 2006.

FERES JÚNIOR, João. *Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: EUA e Brasil*. (2005). Disponível em: < [www.achegas.net/ numero /30/ joao\\_feres\\_30.pdf](http://www.achegas.net/numero/30/joao_feres_30.pdf).>. Acesso em: 30 de ago. de 2006.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio, 34).

\_\_\_\_\_. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. [http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/português/obra/livros/pref\\_brasil/casagrande.htm](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/português/obra/livros/pref_brasil/casagrande.htm). Acesso em 27 de set. de 2006. Fonte: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. 517p. (Prefácio).

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GILLIAM, Ângela. O ataque contra a ação afirmativa nos Estados Unidos – um ensaio para o Brasil. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p. 39-61.

GOMES, Joaquim Barbosa. *Ação afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o Direito como instrumento social de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

\_\_\_\_\_. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In.: SANTOS, Renato E. dos; LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-57.

\_\_\_\_\_. A recepção do Instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In. SANTOS, Sales Augusto dos. *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 45-79.

GOMES, Nilma Lino. *Cotas Étnicas*. Palestra proferida durante o “Seminário Ampliação do Acesso à Universidade Pública: uma urgência democrática”. Universidade Federal de Minas Gerais: Auditório da Reitoria, 09 de maio de 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In. LOPES, Eliana M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 325-346.

\_\_\_\_\_. De preto a afro-descendente: da cor da pele à categoria científica. In.: BARBOSA, Lúcia M. de A.; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B.; SILVÉRIO, Valter R. (orgs.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 2004. p. 15-24.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p.233-242.

\_\_\_\_\_. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de pesquisa*. n. 118, março de 2003. p. 247-268. (Temas em debate. Ação afirmativa).

\_\_\_\_\_. O acesso de negros às universidades públicas. In.: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 193-216.

\_\_\_\_\_. *Contexto histórico de desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil*. Seminário Internacional “Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto Pós-Durban”. 20 a 22 de setembro de 2005. Auditório Petrônio Portela, Senado Federal, Brasília. (Palestra).

HASENBALG, Carlos A.. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, julho de 2001. (Texto para Discussão n.º. 807).

HOFBAUER, Andréas. Raça, cultura e identidade e o racismo à brasileira. In.: BARBOSA, Lúcia M. de A.; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B.; SILVÉRIO, Valter R. (orgs.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 2004. p.59-68.

IBGE/PNAD. *Síntese dos indicadores sociais 2005*. Rio de Janeiro: síntesepnad2005.pdf, 2006.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. n. 9, agosto de 2004. www.politicasdacor.net.. Acesso: em jan. de 2006.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasil: IPEA, 2002.

LEONARD, Jonathan S.. O impacto da antitendência dos Estados Unidos e a política da ação afirmativa na desigualdade social. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p. 85-104.

MARX, Anthony. A construção da raça no Brasil: complicações históricas e implicações políticas. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p. 157-167.

MEDEIROS, Marcelo. *As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos*. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão n. 998).

MÉRITO. In. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Folha de São Paulo/Nova Fronteira, 1994/95.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In. \_\_\_\_\_ (org.). *Estratégias e políticas de combate á discriminação racial*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 9-94.

\_\_\_\_\_. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In.: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p.115-128.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. In. GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy alves (orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.47-59. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

NEGRO. In. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Folha de São Paulo/Nova Fronteira, 1994/95. p. 452-453.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção Pensadores & Educação, v.4).

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Racismo, direitos e cidadania. *Estudos avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Avançados. vol. 18, no. 50, jan-abr 2004. p. 81-93. (Dossiê O negro no Brasil).

PAIXÃO, Marcelo J. P. *Desenvolvimento Humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A/LPP/UERJ. 2003. (Coleção Políticas da Cor).

PETRUCELLI, José Luis. *A cor denominada: estudo das informações do suplemento PME*, julho/98. 2001.

PINHEIRO et alli. *Retrato das desigualdades*. 2. ed. Brasília: UNIFEM/IPEA, set. 2006.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In.: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 33-43.

*RACISMO* – Preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional. Disponível em <[www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br)>. Acesso: em 28 de ago. de 2006.

ROSENFELD, Michael. Educação, cultura e igualdade: multiculturalismo e narrativa social. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p. 77-83.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública. In.: *Revista USP*. Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, n. 68, dez. jan. fev. 2005-2006. p. 58-75. Edição Especial: Racismo I.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: (um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros)*. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUC/FAPESP/Pallas, 2002.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 13-29. (Introdução).

SECCHI, Darci. Lidando com as diferenças nas políticas públicas brasileiras. In. MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (org.). *Diferenças e desigualdades*. v. 03. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 11-16.

SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? In.: *Revista USP*. Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, n. 68, dez. jan. fev. 2005-2006. p. 76-87. Edição Especial: Racismo I.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In.: *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago., número 020.

Pesquisado em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27502005.pdf>. Acesso em: 26 de set. de 2006.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. Ação Afirmativa e cotas para afro-descendentes: algumas considerações sociojurídicas. In.: SANTOS, Renato E. dos; LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-82.

\_\_\_\_\_. As políticas públicas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil e sua compatibilidade com o ordenamento jurídico nacional. *Jus Navigandi*. Teresina, a.9, n. 598, 26 fev. 2005. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6357>>. Acesso em: 23 maio de 2006.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (orgs.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A/LPP/UERJ, 2004. (Coleção Políticas da Cor).

SKIDMORE, Thomas E.. Ação afirmativa no Brasil? Reflexões de um brasileiro. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p. 127-135.

SVERDLICK, Ingrid; FERRARI, Paola; JAIMOVICH, Anália. *Desigualdade e inclusão no ensino superior: um estudo comparado em cinco países da América Latina*. Tradução Ana Carla Lacerda. Buenos Aires: laboratório das Políticas Públicas Buenos Aires, no. 10, março de 2005. (Série Ensaios & Pesquisas do laboratório de Políticas Públicas).

TEIXEIRA, Moema de Poli. Relações raciais na sociedade brasileira. In. MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (org.). *Diferenças e desigualdades*. v. 03. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 43-57

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (orgs). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo/Datafolha. 1995.

WALTERS, Ronald. Racismo e ação afirmativa no Brasil. In. SOUZA, Jessé (org.) et. all. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997. p.105-123.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)